

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM  
INSTITUTO DE FILOSOFIA CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA  
(PPGSCA).

**O trabalho terceirizado de mulheres numa escola municipal de Manaus: estigma e  
marcas de violência simbólica**

ELISIANE SOUSA DE ANDRADE

MANAUS/ AM

2021

ELISIANE SOUSA DE ANDRADE

**O trabalho terceirizado de mulheres numa escola municipal de Manaus: estigma e marcas de violência simbólica**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. Linha de pesquisa: Sistemas Simbólicos e Manifestação Socioculturais, sob orientação da professora doutora Iraildes Caldas Torres.

Orientadora: Iraildes Caldas Torres

MANAUS/AM

2021

### Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

A553t Andrade, Elisiane Sousa de

O trabalho terceirizado de mulheres numa escola municipal de Manaus: estigma e marcas de violência simbólica / Elisiane Sousa de Andrade . 2021

154 f.: ii.;31 cm.

Orientadora: Iraildes Caldas Torres

Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia)  
Universidade Federal do Amazonas.

1. Gênero. 2. Trabalho. 3. Relações de poder. 4. Trabalho terceirizado. I. Torres, Iraildes Caldas. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

ELISIANE SOUSA DE ANDRADE

**O trabalho terceirizado de mulheres numa escola municipal de Manaus: estigma e marcas de violência simbólica**

Aprovada em 31 de março de 2021.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Iraildes Caldas Torres – Presidente  
Universidade Federal do Amazonas

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Renilda Aparecida Costa  
Universidade Federal do Amazonas - Membro

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Marcia Maria de Oliveira  
Universidade Federal de Roraima - Membro

### ***Dedicatória***

A todas as mulheres que estão no trabalho terceirizado, em especial a todas que participaram dessa pesquisa. Todo respeito e admiração pela garra, coragem, solidariedade e lutas diárias sem perderem a ternura. São memórias vivas, são vozes que serão visibilizadas nas páginas a seguir.

Aos meus amados filhos Erick Henrique e Michael Felipe, parceiros incondicionais de todas as horas.

## AGRADECIMENTOS

Percorrer o curso de mestrado foi exaustivo, intenso, difícil e não teria conseguido sem o apoio de pessoas especiais com quem pude contar no decorrer deste processo. Por isso, a única palavra que encontro nesse momento final, é gratidão.

Agradeço a Oxum, primeiramente, pela força, amor e proteção. Ao Universo pelas energias positivas, às Deusas das águas e da floresta pela força que me concederam para superar os inúmeros desafios que se apresentaram, principalmente pela oportunidade de seguir a vida depois de enfrentar o Covid-19;

Agradeço à minha orientadora, professora doutora Iraildes Caldas Torres, por me acolher como orientanda, por me conduzir e me direcionar com muito profissionalismo e seriedade nos caminhos da Ciência, por confiar no potencial do tema deste trabalho. Gratidão pelo incentivo, apoio, paciência, compreensão, pelas precisas e assertivas observações, orientações, sugestões que muito contribuíram durante o processo de escrita e conclusão desse trabalho.

Não tenho palavras suficientes para externar tamanha gratidão. Gratidão pela oportunidade de participar da organização do 6º EMFLOR e do 3º e 4º SISCULTURA, dois grandes congressos, nos quais aprendi muito. Gratidão, a senhora e aos professores do Programa e aos membros do GEPOS;

Agradeço às professoras Selda Vale e Heloisa Helena Corrêa da Silva, pelos ensinamentos valiosos no decorrer dos Seminários de Pesquisa I e II. Foram de grande valia para mim conseguir trilhar com mais segurança os caminhos da pesquisa e reelaboração do projeto de pesquisa;

Agradeço os membros da banca de qualificação, professora Ivânia Vieira e Simone Eneida Baçal de Oliveira, pelas valiosas contribuições ao nosso objeto de estudo, por ocasião deste ritual de qualificação;

À minha mãe, Maria Deusa Pereira de Sousa, por ter me gerado em seu ventre. Foi ela a minha primeira inspiração quando me tornei mulher. Sua beleza, garra e resiliência significaram para mim, fonte de força, fé e maturidade. Ao meu pai, Raimundo de Andrade, um homem analfabeto que sentiu grande alegria quando descobriu que eu estava decifrando as primeiras palavras;

Agradeço o meu primogênito, Erick Henrique, por me proporcionar o autoconhecimento, por todo amor e carinho, pela água e cafezinho nas horas intensas de

escrita. Ao meu filho caçula, Michael Felipe, pela amizade, amor, companheirismo de todas as horas, pela compreensão, por segurar a barra junto comigo sempre. Sem eles eu jamais chegaria aqui. Aos meus irmãos, Jailson Andrade, Eder Junio e Jaidelene Andrade, pelo apoio em muitos momentos no decorrer do curso de mestrado.

Aos colegas do mestrado, Rafael Ângelo, Fancenilda, Tatiana, Raphael Cortesão, Luana Gozalez, Márcio Noronha, Felix Cândido, Ruy Wanderley, Andrea, Nairon, Ronaldo e Adriano pela troca de experiências, respeito, apoio e solidariedade. À Sandra Almeida pela infinita bondade, parceria, força e solidariedade. À representante dos discentes, Alessandra Sales, pela seriedade, responsabilidade, generosidade e paciência.

Agradeço ao Grupo de Estudo, Pesquisa e Observatório Social: Gênero, Política e Poder – GEPOS, pela formação propiciada a mim, repleta de fraternidade, solidariedade, companheirismo e respeito, possibilitando-me momentos de aprendizado e crescimento, por meio dos encontros anuais na Fazenda Experimental da UFAM e mensais de formação com temáticas multidisciplinares.

Agradeço a professora doutora Iraildes Caldas Torres, coordenadora do GEPOS e aos demais membros, por confiarem a mim e à Alessandra Sales, representar o grupo junto ao Fórum Permanente de Mulheres de Manaus e no Conselho Municipal de Direitos da mulher.

Aos amigos do GEPOS, em especial a Raquel Silva pela força incondicional e troca de ideias, à Rayane Viana, Wesley Cerdeira, Sandrelle Gonçalves, Adson Bulhões, Ana Paula, Jucimara, Rosimay, Valcirene Bruce e Naia pelos momentos de diálogo, diversão e incentivo a prosseguir na pesquisa e na escrita da dissertação.

Às mulheres participantes dessa pesquisa, obrigada pela disposição, pela socialização das informações por meio das entrevistas e pela confiança.

À Martha Valério, feminista do Movimento de Mulheres Camponesas e do Fórum Permanente de Mulheres de Manaus - FPMM, por me conceder as entrevistas.

Ao Promotor do Ministério Público do Trabalho, por aceitar ser entrevistado.

A todos e todas aqueles/as que, de uma forma geral contribuíram para dar vida a este trabalho. Registro aqui minha sincera e eterna gratidão.

Eu sou aquela mulher  
a quem o tempo muito ensinou.  
Ensinou a amar a vida  
e não desistir da luta,  
recomeçar na derrota,  
renunciar a palavras  
e pensamentos negativos.  
Acreditar nos valores humanos  
e ser otimista.

**(Cora Coralina)**

## RESUMO

Este estudo assume o desígnio de analisar a violência simbólica sofrida pelas mulheres no contexto do mercado de trabalho terceirizado, buscando perceber de que forma essa violência se manifesta e como os sujeitos envolvidos contribuem para potencializar esse mal estar que atinge a vida dessas mulheres. Trata-se de um tema ancorado na temática de gênero que estabelece diálogo com saberes interdisciplinares como a Antropologia Social, Sociologia e a Educação. A terceirização como parte da reestruturação produtiva é um fenômeno mundial nas sociedades capitalistas. Concentra-se como uma política organizada por empregos flexíveis e tem gerado muitos conflitos por ser uma modalidade apontada como uma forma de exploração e precarização da força de trabalho na contemporaneidade que tem aprofundado as desigualdades sociais e não se distancia da lógica do capital que sempre se valeu das violências para obter acúmulo. A terceirização difundiu-se nas instituições públicas e vem ampliando-se nos setores da limpeza e manipulação de alimentos. Nesse processo, as violências estão bem presentes e afetam fortemente as mulheres que estão em nichos, onde a força de trabalho delas prevalece. O trabalho de campo assumiu a orientação das abordagens qualitativas sem excluir os aspectos quantitativos. A coleta dos dados empíricos foi realizada sob a técnica da entrevista profunda e semiestruturada. O locus da pesquisa concentrou-se na Escola Municipal Presidente João Goulart, situada na Zona Norte da cidade de Manaus, no Amazonas. A investigação revelou a existência e recorrência da violência simbólica impetrada nas perdas de direitos trabalhistas no campo da cidadania. As trabalhadoras são acometidas a calotes, atrasos de salários, remuneração inferior e incertezas; essa modalidade de trabalho afeta a saúde, interfere na subjetividade e autoestima, causa dor e sofrimento que configuram violência simbólica e a feminização da pobreza ao qual elas estão sujeitas. É um elemento causado pelas estruturas de poder econômico, político e de Estado. Essas mulheres são sujeitos sociais que também constroem suas histórias de lutas e resistências frente aos ataques do capital. Deve-se reconhecer, por fim, que a violência simbólica tem raízes sólidas nas relações desiguais de gênero, na divisão sexual do trabalho e sua continuidade sendo legitimada pela violência institucional e capitalista, perpetradas nas novas relações de trabalho.

**Palavras-Chave:** Gênero; Trabalho; Relações de poder; Trabalho terceirizado.

## Resumen

Este estudio asume el propósito de analizar la violencia simbólica que sufren las mujeres en el contexto del mercado laboral tercerizado, buscando comprender cómo se manifiesta esta violencia y cómo los sujetos involucrados contribuyen a potenciar este malestar que afecta la vida de estas mujeres. Es un tema anclado en la temática de género que dialoga con saberes interdisciplinarios como Antropología Social, Sociología y Educación. La subcontratación como parte de la reestructuración productiva es un fenómeno mundial en las sociedades capitalistas, se concentra como una política organizada por trabajos flexibles y ha generado muchos conflictos, ya que es una modalidad considerada como una forma de explotación y precariedad de la fuerza laboral en la época contemporánea. ha profundizado las desigualdades sociales y no se aleja de la lógica del capital, que siempre ha utilizado la violencia para obtener acumulação. La subcontratación se ha extendido a las instituciones públicas y se ha ido expandiendo en los sectores de limpieza y manipulación de alimentos. En este proceso, la violencia está muy presente y afecta fuertemente a las mujeres que se encuentran en nichos donde prevalece su fuerza laboral. El trabajo de campo asumió la orientación de los enfoques cualitativos sin excluir los aspectos cuantitativos. La recogida de datos empíricos se realizó mediante la técnica de una entrevista profunda y semiestructurada. El lugar de la investigación se concentró en la Escuela Municipal Presidente João Goulart, ubicada en la Zona Norte de la ciudad de Manaus, en Amazonas. La investigación reveló la existencia y reincidencia de violencia simbólica provocada por la pérdida de derechos laborales en el ámbito de la ciudadanía, los trabajadores se ven afectados por impagos, atrasos salariales, remuneraciones inferiores e incertidumbres; este tipo de trabajo afecta la salud, interfiere en la subjetividad y la autoestima, provoca dolores y sufrimientos que configuran la violencia simbólica y la feminización de la pobreza a la que son sometidos es un elemento provocado por las estructuras de poder económico, político y estatal. Estas mujeres son sujetos sociales que también construyen sus historias de luchas y resistencias ante los ataques del capital. Finalmente, hay que reconocer que la violencia simbólica tiene raíces sólidas en las relaciones desiguales de género, en la división sexual del trabajo y su continuidad siendo legitimada por la violencia institucional y capitalista, perpetrada en las nuevas relaciones laborales.

**Palabras clave:** género; Trabajo; Relaciones de poder; Trabajo subcontratado

## ABSTRACT

This study assumes the purpose of analyzing the symbolic violence suffered by women in the context of the outsourced labor market, seeking to understand how this violence manifests itself and how the subjects involved contribute to potentiate this malaise that affects the lives of these women. It is a theme anchored in the gender theme that establishes dialogue with interdisciplinary knowledge such as Social Anthropology, Sociology and Education. Outsourcing as part of productive restructuring is a worldwide phenomenon in capitalist societies, it is concentrated as a policy organized by flexible jobs and has generated many conflicts, as it is a modality considered as a form of exploitation and precariousness of the workforce in contemporary times. It has deepened social inequalities and is not far from the logic of capital, which has always used violence to obtain accumulation. Outsourcing has spread to public institutions and has been expanding in the sectors of cleaning and food handling. In this process, violence is very present and strongly affects women who are in niches where their workforce prevails. The fieldwork assumed the orientation of the qualitative approaches without excluding the quantitative aspects. The collection of empirical data was carried out using the technique of a deep and semi-structured interview. The locus of the research was concentrated at the Presidente João Goulart Municipal School, located in the North Zone of the city of Manaus, in Amazonas. The investigation revealed the existence and recurrence of symbolic violence caused by the loss of labor rights in the field of citizenship, the workers are affected by defaults, wage arrears, inferior remuneration and uncertainties; this type of work affects health, interferes in subjectivity and self-esteem, causes pain and suffering that configure symbolic violence and the feminization of poverty to which they are subjected is an element caused by the structures of economic, political and state power. These women are social subjects who also build their stories of struggles and resistance in the face of attacks by capital. Finally, it must be recognized that symbolic violence has solid roots in unequal gender relations, in the sexual division of labor and its continuity being legitimized by institutional and capitalist violence, perpetrated in new labor relations.

**Key words:** Gender; Job; Power relations; Outsourced work

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Cena do filme Germinal .....	29
<b>Figura 2</b> - Frente do prédio da Escola João Goulart.....	59

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Corpo técnico e estrutura física da Escola Municipal Presidente João Goulart.....	60
---	----

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1-</b> Quantitativo de alunos da escola no ano de 2019.....	32
<b>Gráfico 2-</b> Número de filhos das participantes desta pesquisa.....	69
<b>Gráfico 3 -</b> Percentual de desocupados no 3º trimestre de 2020 quanto ao gênero, jovens e raça.....	127

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Empresas prestadoras de serviços terceirizados na Escola de 2013 a 2020...52
<b>Quadro 2</b> – Empresas prestadoras de serviços terceirizados que estão atuando.....62
<b>Quadro 3</b> - Caracterização das mulheres ouvidas e suas identidades.....66
<b>Quadro 4</b> - Ações realizadas pelas trabalhadoras pra suprir suas necessidades quando o salário atrasava.....94

## LISTA DE SIGLAS

<b>ABDI</b>	Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial
<b>ANAMATRA</b>	Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho
<b>ANOREG</b>	Associação dos Notários e Registradores do Estado do Amazonas
<b>CIEP</b>	Centro Integrado de Ensino Público
<b>CLT</b>	Consolidação das Leis do Trabalho
<b>CMM</b>	Câmara Municipal de Manaus.
<b>CEMEI</b>	Centro Municipal de Educação Infantil
<b>CNDM</b>	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
<b>CNI</b>	Confederação Nacional da Indústria
<b>CUT</b>	Central Única dos Trabalhadores
<b>DMT</b>	Democracia e Mundo do Trabalho
<b>EJA</b>	Educação de Jovens e Adultos
<b>FPMM</b>	Fórum Permanente de Mulheres de Manaus
<b>IBDFAM</b>	Instituto Brasileiro de Direito de Família
<b>IBGE</b>	Instituto de Pesquisa Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IPEA</b>	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
<b>MHUD</b>	Movimento Humanos Direito
<b>MMC</b>	Movimento das Mulheres Camponesas
<b>MPT</b>	Ministério Público do Trabalho
<b>MPF</b>	Ministério Público Federal
<b>MUSA</b>	Museu da Amazônia
<b>OIT</b>	Organização Internacional do Trabalho
<b>PPP</b>	Projeto Político Pedagógico da Escola
<b>RCA</b>	Construções Conservação e Serviços de Limpeza.
<b>SEDECTI</b>	Secretaria Estado de Desenvolvimento Econômico Ciência, Tecnologia e Inovação
<b>SEMED</b>	Secretaria Municipal de Educação

**UBS**

Unidade Básica de Saúde

**UNFPA**

Fundo de Populações das Nações Unidas

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>19</b>
<b>CAPÍTULO I – O TRABALHO FEMININO E A PRECARIZAÇÃO .....</b>	<b>26</b>
1.1- O trabalho das mulheres no contexto da precarização. ....	26
1.2- A terceirização e a feminização da pobreza .....	41
1.3- Caracterização do Espaço Sócio Ocupacional das mulheres trabalhadoras terceirizadas.....	53
<b>CAPÍTULO II – PRODUÇÃO DE VIOLÊNCIA SIMBÓLICA CONTRA A MULHER NO ÂMBITO DO TRABALHO TERCEIRIZADO NA ESCOLA PRESIDENTE JOÃO GOULART. ....</b>	<b>65</b>
2.1 – Mulheres no trabalho terceirizado, quem somos? .....	65
2.2- Subjetividade e autoestima das mulheres pesquisadas .....	77
2.3- O Caminho das pedras: denúncia de violência ao Ministério Público do Trabalho. .....	87
<b>CAPÍTULO III –VIOLÊNCIA SIMBÓLICA VIVIDA POR MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA QUE TRABALHAM NA ESCOLA MUNICIPAL PRESIDENTE JOÃO GOULART.....</b>	<b>99</b>
3.1- Vida e trabalho de Açucena: uma história de muitos desafios e saberes.....	99
3.2- A violência simbólica vivida por Margarida.....	109
3.3- A trajetória de trabalho de Margarida: os percursos da infância à terceirização.....	119
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>130</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>134</b>
<b>ANEXOS</b>	

## INTRODUÇÃO

*Precisamos ser criadas  
para a liberdade. O  
mundo é grande demais  
para não sermos quem a  
gente é.*

**(Elza Soares)**

Este estudo versa sobre a violência simbólica sofrida pelas mulheres no mercado de trabalho terceirizado, buscando perceber de que forma essa violência se manifesta e como os sujeitos envolvidos contribuem para perpetuar esse mal estar. Nossa intenção consiste em analisar em que sentido as mulheres trabalhadoras das empresas terceirizadas da Escola Municipal de Manaus Presidente João Goulart, são atingidas pela violência simbólica no contexto do trabalho. Busca-se, também verificar, a inserção das mulheres no trabalho terceirizado com ênfase na precarização e na feminização da pobreza; e identificar o aspecto de violência simbólica contra a mulher reproduzida no âmbito desta modalidade de emprego, voltando o olhar para as merendeiras e trabalhadoras de serviços gerais na escola locus desse estudo. Por fim, busca-se tracejar a história de vida de duas mulheres chefes de família que enfrentam a violência simbólica no contexto do trabalho terceirizado.

A violência simbólica assume primazia na temática de gênero, no campo da Antropologia Social, numa tessitura interdisciplinar com a Sociologia e a Educação. As discussões envolvendo gênero tem possibilitado análises sobre uma série de implicações da mulher no mundo do trabalho, contribuindo para dar visibilidade à inserção feminina no trabalho e suas lutas contra todas as formas de violência, opressão e exploração. Para Butler (2015, p. 20), “se tornou impossível separar a noção de ‘gênero’ das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida”.

O interesse pelo tema de gênero está associado à minha trajetória de vida, como mulher negra, pobre, mãe, professora e militante do Movimento de Mulheres. As experiências de trabalho como empregada doméstica, dos 12 aos 27 anos de idade, possibilitaram-me conhecer profundamente os desafios, as dificuldades, as injustiças

e as violências às quais as mulheres são sujeitadas, principalmente as mais subalternizadas e desprovidas de conhecimentos no campo dos direitos trabalhistas. Direitos que, por muitos séculos, eram inexistentes para as empregadas domésticas. Essas experiências, somadas à luta dos anos de militância, impulsionam-me a ir além, a trazer para a ciência questões pertinentes, que envolvam a exploração de mulheres no mundo do trabalho, deixando-as em estado de vulnerabilidade social.

Este estudo integra-se à nucleação de outras pesquisas que discutem as diversas implicações das mulheres no trabalho terceirizado alocadas em instituições públicas como a USP, conforme vimos em Assunção (2013), na UFBA, segundo Souza (2010). Ambos comprovaram a violação de direitos, a predominância feminina, sobretudo, das classes subalternizadas, em sua maioria mulheres negras e com baixa escolaridade. Pontuam também suas resistências e enfrentamentos frente às diversas manifestações de opressão e injustiças.

A entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho, sobretudo, a partir da década de 1970, também é marcada pelas tensões, resistência e lutas. Nos diversos enfrentamentos, as mulheres cobram do Estado políticas públicas e equipamentos sociais que possibilitem mudanças significativas tanto na divisão social do trabalho, quanto nas relações sociais de gênero. É neste contexto de resignificação e resistência que as trabalhadoras terceirizadas da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, alocadas nas escolas, entre elas, a escola locus desse estudo, ao sentirem-se afetadas pelas empresas contratantes em relação aos atrasos de salários e demais direitos trabalhistas não cumpridos, organizaram-se e foram a público protestar e denunciar junto ao Ministério Público do Trabalho, os abusos sofridos.

É esta dialética que tem permeado a vida das mulheres no mercado de trabalho: por um lado, o trabalho como elemento civilizador e construtor da dignidade humana, afinal, ao adentrarem na esfera pública, as mulheres se sentiram úteis, libertas, mais autônomas, assim como passam a ter mais conhecimentos, percebendo-se como sujeitos pertencentes à sociedade. As multifaces de exploração advinda dos mercados também encontram resistências por parte das trabalhadoras que não aceitam mais os abusos por parte dos patrões, e tampouco compactuam para a naturalização da opressão da classe trabalhadora.

A terceirização é uma tendência de trabalho que afeta majoritariamente as mulheres das classes subalternizadas, as quais, por necessidade acabam submetendo-se aos abusos daqueles que estão a serviço do capital. É nesse tipo de trabalho

terceirizado que está inserida a maioria das trabalhadoras que possuem baixa escolaridade e pouca qualificação profissional. Essas questões nos remetem a Hirata (2017, p.143), quando enfatiza que, “o gênero é um organizador-chave da globalização neoliberal. As dinâmicas internacionais do trabalho hoje mantêm e agravam um amplo leque de desigualdades sociais”. Santos (2000), denomina essa situação de violência estrutural que está na base de produção das outras, dentre as quais podemos incluir a violência simbólica.

A violência simbólica no mercado de trabalho terceirizado com enfoque de gênero é uma realidade concreta. Deve-se reconhecer que as reconfigurações dos mercados que se estabelecem como uma nova ordem social pautado na flexibilização, retirada de direitos e fragmentação da classe trabalhadora, constitui-se no processo de desvantagem às mulheres. Não é demasiado dizer que desde de sua gênese, o capital sempre se valeu do uso da violência para suprir seus interesses, inferindo profundamente no sentido ontológico e conseqüentemente na subjetividade dos trabalhadores, atingindo fortemente as mulheres.

Elas continuam em desvantagem salarial em relação aos homens e aos trabalhadores diretos, tendo a mesma qualificação profissional, são preteridas na ascensão a postos de trabalho, não dispõe de creches para os seus filhos e, no caso das terceirizadas objeto deste estudo, recebem calote ficando meses sem receber salários, demonstrando violência simbólica. Conforme sinaliza Bourdieu (2018), a ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação. Isto é perceptível não só nas formas de dominação masculina, mas também no capitalismo e em suas configurações de dominação e opressão.

A realidade das mulheres no trabalho terceirizado não é um caso isolado como pode-se comprovar no estudo de Diana Assunção (2013), sobre as trabalhadoras da Universidade de São Paulo-USP, que prestam serviço de limpeza e que se organizaram coletivamente para reivindicar e denunciar a violação de direitos que sofriam constantemente. São problemas similares aos das trabalhadoras das empresas que prestam serviço nas escolas da SEMED, como atrasos de salários, calote, humilhações dentre outros fatores. A mesma problemática é apresentada na Universidade Federal da Bahia, no estudo de Elaine Silva de Souza, intitulado: A “Maquiagem” do trabalho formal: Um estudo do trabalho das mulheres terceirizadas no setor de limpeza na Universidade Federal da Bahia. A terceirização atinge homens e mulheres, sendo, portanto, fruto da globalização que concebe o lucro acima da vida, fragilizando os

direitos e dignidade também das futuras gerações. Nesta pesquisa o foco são as mulheres que trabalham em regime de terceirização, que prestam serviços como manipuladoras de alimentos e serviços gerais em uma escola da rede municipal de ensino.

As diversas formas de violência e opressão constitui um fator que atinge não apenas uma classe, embora as mulheres trabalhadoras das camadas subalternizadas sejam atingidas em grande maioria. Para D’Atri (2008, p.22) “a opressão das mulheres se manifesta de diversos modos, em todas as classes sociais. Mas a metade da humanidade não é repartida igualmente entre as distintas classes”. Scott (1990, p.86), ao abordar gênero como uma categoria analítica define em duas proposições: “1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos; e 2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”. As relações apresentadas pela autora podem ser utilizadas para estabelecer intersecção com os conceitos de classe, a raça, a etnicidade ou qualquer processo social. É, sobretudo, nessa concepção que pretendemos dar visibilidade às mulheres que encontram-se em um dos nichos, onde a presença feminina é marcante.

O trabalho feminino predominante nos serviços de limpeza e manipulação de alimentos é associado à casa, uma extensão das atividades domésticas. Para Assunção (2013, p.65), “a ideia de que são as mulheres as ‘naturalmente’ aptas aos trabalhos de limpeza e asseio, tem contribuído para que sejam elas a esmagadora maioria de trabalhadoras de limpeza, um dos ramos onde a terceirização mais avançou em nível mundial”. A terceirização é o processo pelo qual uma empresa deixa de executar uma ou mais atividades realizadas por trabalhadores diretamente contratados e as transfere para outra empresa<sup>1</sup>.

As relações de poder sempre estiveram presentes nas sociedades, tanto nas instituições, nas diversas organizações humanas, quanto em outros âmbitos do processo social, umas de forma mais visíveis outras muitas vezes despercebidas. Para Torres (2005, p. 26) “as relações de gênero estão transvertidas de relações de poder. A mecânica do poder tem uma forma capilar de existir, “no ponto que o poder encontra o nível dos indivíduos, atinge seus corpos, vem se inserir em seus gestos, suas atitudes, seus discursos, sua aprendizagem, sua vida cotidiana” (FOUCAULT, 2017, p. 215).

---

<sup>1</sup> DIEESE, 2007. O processo de terceirização e seus efeitos sobre os trabalhadores no Brasil

Por isso, há necessidade de compreender e interpretar as relações de poder que permeiam no âmbito do trabalho das mulheres.

Tornar visível a violência simbólica engendrada no serviço terceirizado que atinge a vida das mulheres trabalhadoras deste setor é um momento bem oportuno, pois esta, é resultado das multifaces do poder, entre as quais o poder simbólico, que predomina na sociedade enraizado nas diversas estruturas. De acordo com Bourdieu (1989), “o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”.

A visibilidade, resistência e luta das mulheres se dá com base num consciência cidadã em que elas se organizam coletivamente e vão ao enfretamento de todas as formas de violência, exploração e opressão. A reação e organização sociopolítica das mulheres em diversos setores da sociedade tem contribuído significativamente para a luta geral das trabalhadoras, especialmente os trabalhadores da indústria, como constata Torres (2005), em sua pesquisa sobre as mulheres operárias do Polo Industrial de Manaus.

Em uma escala global e local muitos estudos como os de Hirata (2002), Bruschini (1998), Abílio (2014) e de Torres (2005), realizados nas últimas duas décadas, tem contribuído para reflexões e debates aprofundados sobre as mulheres, especialmente em relação à participação feminina no contexto das transformações do mundo do trabalho

Esta pesquisa assumiu as disposições das abordagens qualitativas sem desconsiderarmos os aspectos quantitativos, sob o aporte das teorias de gênero e seu contexto no âmbito das Ciências Humanas e Sociais. Os procedimentos técnicos utilizados na coleta dos dados empíricos se ativeram na realização de entrevista semiestruturada junto a uma amostra de 10 mulheres funcionárias das empresas terceirizadas, alocadas nas atividades de serviços gerais e merendeiras no período de 2013 a 2020, na Escola Municipal Presidente João Goulart. Devido a pandemia causada pelo Covid-19, tornou-se difícil finalizarmos o processo de pesquisa de campo e algumas entrevistas foram concluídas via telefone. Algumas trabalhadoras demonstraram medo em participar deste estudo, demoraram a sentir segurança e ceder à entrevista, outras realmente se recusaram, algo que dificultou a conclusão da coleta de dados, acarretando atrasos na escrita dos capítulos finais.

Excluimos da pesquisa mulheres trabalhadoras efetivas que desenvolvem a mesma atividade na escola locus desse estudo, pois nosso foco foi analisar a violência simbólica no âmbito do trabalho terceirizado. Também buscamos saber que tipo de ações e estratégias são tomadas por essas mulheres frente ao atraso de seus rendimentos e outras violações de direitos, além dos impactos da violação de direitos em suas vidas. Utilizamos nomes de flores para nomear as mulheres ouvidas em nossa pesquisa, para salvaguardar o anonimato de suas identidades, integridade moral evitando qualquer tentativa de repressão por parte de seus superiores.

Com intuito de obter mais informações sobre os problemas enfrentados pelas mulheres no âmbito do trabalho terceirizado, entrevistamos 01 funcionária da administração da referida escola e 01 representante do Ministério Público do Trabalho. Os movimentos de mulheres têm ao longo dos anos protagonizado a luta pelos direitos das mulheres e contra todas as formas de violência, por isso, achamos pertinente entrevistar 01 representante de movimento feminista de Manaus. Essas entrevistas deram-se sob a técnica de entrevista profunda que, conforme Bourdieu (1999), diz respeito a uma técnica que nos permite entrevistar o mesmo sujeito quantas vezes forem necessárias.

A nossa intenção na coleta de dados dos sujeitos institucionais voltou-se para destacarmos as medidas tomadas frente ao impasse de atraso do pagamento das mulheres funcionárias das empresas terceirizadas, ou se ocorre um silenciamento diante dessa opressão e violências que atingem essas trabalhadoras. Para obtermos êxito nas respostas geradas na pesquisa aplicamos os instrumentos com perguntas distintas aos sujeitos da pesquisa. Tomamos conhecimentos das ações realizados pelo MPT, que afirmou receber constantes denúncias, por parte de funcionárias contra as empresas terceirizadas.

Este trabalho está estruturado em três capítulos interdependes para melhor disposição didática. O primeiro capítulo versa sobre o trabalho feminino e a precarização, momento em que buscamos problematizar a degradação e exploração do trabalho das mulheres no contexto da precarização, enfatizando a terceirização e a feminização da pobreza. No último tópico discorreremos sobre a caracterização do espaço sócio ocupacional das mulheres trabalhadoras terceirizadas.

O segundo capítulo discute a reprodução de violência simbólica contra a mulher no âmbito do trabalho terceirizado na escola Presidente João Goulart, e apresenta o perfil das mulheres. Destacamos a exaustiva dupla jornada de trabalho e a

forma de inserção nas empresas. Procuramos dar às inferências do trabalho terceirizado na subjetividade e autoestima das mulheres pesquisadas. Apontamos a forma como se deu o caminho das pedras percorrido até a efetivação da denúncia de violência ao Ministério Público do Trabalho.

O terceiro capítulo dá destaque à violência simbólica vivida por mulheres chefes de família que trabalham na escola locus deste estudo. Apresentamos a vida e trabalho de Açucena dando ênfase à sua trajetória desde a saída do lugar onde nasceu, sua inserção na atividade doméstica, seus saberes, adversidades, até a sua alocação no trabalho terceirizado. Por fim, a violência simbólica vivida por Margarida, uma mulher aguerrida que desde a adolescência teve que enfrentar a dura realidade de submeter-se às ocupações precárias para sobreviver e sustentar seus filhos.

É assim que este estudo assume fundamental importância não só para a temática de gênero no âmbito da Antropologia Social, mas também porque poderá contribuir para a luta das mulheres que historicamente reivindicam melhores condições de trabalho e justiça social para esse segmento de gênero.

## CAPÍTULO I – O TRABALHO FEMININO E A PRECARIZAÇÃO

### 1.1 O trabalho das mulheres no contexto da precarização

#### **SER MULHER**

*A mulher não é rosa com espinhos  
 não é boneca de vidro  
 nem estátua de mármore  
 a mulher é um ser humano  
 que sente  
 pensa  
 sonha  
 e tem o direito de escolher o seu  
 caminho.*

**(Isabel Furini)**

O trabalho é uma das atividades humanas mais antiga voltado para garantir a sobrevivência dos seres humanos organizados em grupos. Nas sociedades primitivas era realizado de acordo com a necessidade do coletivo. O tempo empreendido nos afazeres também seguia essa lógica. Em Marx (1844), o trabalho é a mediação entre o homem e a natureza e dessa interação deriva todo o processo de formação humana para satisfazer suas necessidades. O trabalho possibilita ao homem desenvolver suas potencialidades humanas. Lessa (2016), afirma que para Lukács o trabalho é a protoforma, ou seja, a forma originária do agir humano, é a categoria fundante do ser social. Podemos afirmar que o trabalho também é produtor do mundo simbólico<sup>2</sup>, considerando que é por meio do trabalho que o homem produz o mundo, o patrimônio material e imaterial, na sociedade onde vivemos. Para Santo Agostinho, toda atividade humana é trabalho, estando, pois, no mesmo plano tanto o esforço braçal quanto o intelectual<sup>3</sup>.

Com o advento da acumulação primitiva e o surgimento das classes antagônicas, os sentidos do trabalho passaram por transmutações radicais, passando a ser utilizado para o acúmulo de riquezas e uma nova ordem se estabelece na qual o trabalhador transformado em mercadoria passa pelo processo de alienação, estranhamento e abstração, é subjugado pelos detentores do poder. O trabalho de cariz

---

<sup>2</sup> A esse respeito é sugestiva a leitura de Béguin, (2006)

<sup>3</sup> Para aprofundamento a respeito do assunto ver, Salamito (2005) em: Trabalho e trabalhadores na obra de Santo Agostinho.

criador vai sendo transformado cada vez mais em sofrimento. Desprovida dos meios de produção, a classe trabalhadora passa a vender sua força de trabalho, por meio de contratos e emprego para garantir a subsistência. Trabalho e emprego, muitas vezes são vistos como sinônimos, mas são termos totalmente distintos. Emprego é fonte de renda, um contrato social baseado num valor de venda e compra. O trabalhador vende sua força de trabalho ao patrão que compra com um valor salarial. O trabalho é o dispêndio de forças intelectuais do cérebro para o fazimento de uma coisa e nesse processo de hominização, o homem se faz e se refaz, sendo um encontro do homem com ele mesmo.

A inserção das mulheres no mercado de trabalho se deu nessa dialética entre a emancipação, cidadania e a exploração. A entrada na esfera pública também gerou conflitos, considerando que o espaço do trabalho fora de casa era reservado somente para os homens, passaram a enfrentar o preconceito, a discriminação e ocupar nichos inferiorizados, submetidas a longas jornadas, insalubridade, baixos salários, além da jornada duplicada. As desvantagens que elas enfrentam são produzidas culturalmente na sociedade raizada no patriarcado e nas hierarquias sociais.

Ao serem requisitadas pelo capital as mulheres saem da esfera privada para a esfera pública, tornam-se parte da classe trabalhadora. Com o advento da indústria elas passam a vender sua força de trabalho e a inserção delas no processo produtivo vem crescendo, desde a década de 1970, no âmbito do trabalho precário. A precarização não é aqui compreendida como situações de trabalho de baixo *status* social, mas sim como ausência de cidadania e de proteção social. A não garantia dos direitos trabalhistas e sociais dos trabalhadores é que determina a precarização das relações de trabalho.

A reorganização no mundo trabalho e mercado, a partir da reestruturação produtiva tem condicionado homens e mulheres a submeterem-se à lógica do capital/Estado, com as políticas de emprego pautadas na falta de proteção social e direitos trabalhistas, submetendo os trabalhadores a exaustivas horas de trabalho. Este reordenamento internacional do trabalho faz parte da estratégia do capitalismo na busca de solucionar o quadro crítico acentuado ao qual encontrava-se, sobretudo a partir da década de 1970, “atentando-se à esfera fenomênica, à sua manifestação mais visível, tratava-se, para o capital, de reorganizar o ciclo reprodutivo, preservando seus fundamentos essenciais”, (ANTUNES, 2009, p. 38). Para o autor, é nesse contexto que se inicia as mutações no interior do padrão de acumulação, surgindo desde então novas

formas de acumulação flexível.

Atualmente, diante do desaceleramento do emprego no mercado, as trabalhadoras vendem sua força de trabalho em contratações instáveis, com baixos salários e carga horária mais extensas do que o previsto em lei, submetendo-se à desproteção em relação aos direitos sociais. O mercado precarizou as relações de trabalho eximindo-se de suas responsabilidades com os trabalhadores e suas conquistas históricas.

As novas relações de trabalho, pautadas na retirada de direitos conquistados com muita luta ao longo do século XX, tem demonstrado o aumento da superexploração em dimensões gigantescas, principalmente com a expansão das plataformas do trabalho terceirizado, (POCHMANN, 2015). Para Martins (2012, p. 156), no limite, superexploração se manifesta sob a forma de escravidão, em particular quando os mecanismos “culturais e ideológicos do auto engano, da ilusão igualitária nas relações de trabalho, são corroídos pela realidade crua da superexploração do trabalho como extorsão e privação.”

A perspectiva da precarização do trabalho está no centro principal do capitalismo desde o seu surgimento, considerando que este sistema não enxerga a pessoa, o sujeito de direitos, a condição cidadã de quem compõe a maior parcela da sociedade. Todas as vezes que o capitalismo entra em crise, a classe trabalhadora é atingida e golpeada no campo dos direitos, posto que a sobrevivência do capital é baseada na degradação humana. As configurações se apresentam como novas, portanto, mascaram a existência de velhas e atuais formas de exploração que existem desde a origem do capitalismo. São relações de exploração multifacetadas, por esta razão, as mulheres muitas vezes não percebem essas condições aviltantes nas estão inseridas.

Do ponto de vista histórico sobre a precarização, podemos observar que os séculos de trabalho escravo no Brasil, na América Latina, na África, principalmente, deixaram raízes profundas que ainda marcam grande parcela de pessoas que têm a força de trabalho cada vez mais degradada. Barros (2019, p. 100), sinaliza dizendo que, “historicamente, as formas precárias de trabalho têm se desenvolvido na periferia do sistema de modo muito mais amplo do que nos países capitalistas avançados”. Deste modo, o trabalhador cada vez mais coisificado, sujeito ao aviltamento, onde o trabalho assalariado perde cada vez mais a centralidade. Na contemporaneidade, as mutações dos mercados forçam o surgimento de novas categorias cada vez mais desprotegidas

de quaisquer direito no campo social e trabalhista.

Ao longo da história as formas de precarização vão tomando novas configurações como no início da chegada das mulheres na indústria têxtil ou no início da industrialização, como podemos encontrar nos diversos estudos da Sociologia e da História, ou em filmes como Tempos Modernos, O Germinal e outros, nos quais retratam que os trabalhadores recebem salários, mas não tinham os demais direitos trabalhistas reconhecidos. A figura a seguir retrata a cena do filme Germinal<sup>4</sup> de 1993. O filme é elemento da história em tom de denúncia ao retratar as péssimas condições e relações de trabalho. Também visibiliza as classes antagônicas: os patrões, donos das minas de carvão abastados, com mesas fartas; de outro, as famílias dos trabalhadores em extrema situação de pobreza, sujeitos a todas as formas de privações, vivendo em condições sub-humana.



**Figura 1-** Cena do filme Germinal – greve dos trabalhadores das minas de carvão  
**Fonte:** Google

A figura retrata um momento de eclosão de greve protagonizada pelos trabalhadores das minas de carvão. A greve contava com a participação de todos os membros da família entre homens, mulheres e crianças. Nesta manifestação, a mulher com a criança no colo presencia o marido ser assassinado pela polícia, força repressora do Estado. Este é um contexto que marca os primeiros anos da Revolução Industrial,

---

<sup>4</sup> O filme se passa na França do século XIX. É baseado no romance de Émile Édouard Charles Antoine Zola. Diretor Claude Berri.

provocando transformações políticas, sociais e históricas na sociedade. No trabalho nas minas de carvão crianças, mulheres e homens eram submetidos a longas jornadas de trabalho, riscos de desabamento e vulneráveis a diversas doenças e recebiam míseros salários. Marx (1998) assinala que, com o surgimento da indústria o capital apropria-se também da força de trabalho das mulheres e crianças, afim de aumentar os lucros. Este contexto também registra o início da organização da classe trabalhadora contra a superexploração e condições precárias de trabalho.

A precarização é um fenômeno que se traduz pela flexibilização da legislação trabalhista, pelo crescimento da insegurança social<sup>5</sup>. De acordo com Druck (2016, p. 40), “é preciso reconhecer que ela se metamorfoseou”. Ou seja, a classe trabalhadora torna-se cada vez mais refém das readaptações das relações de trabalho. Nesse contexto de flexibilização, cada vez mais intensa no século XXI, a uberização se consolida como uma nova fase da exploração e precarização da força de trabalho. Com o fetiche do empreendedorismo as empresas-aplicativos alicerçadas nas plataformas digitais seguem em curso eliminando o vínculo empregatício, além de transferir todas as responsabilidades de custos e riscos para o trabalhador. Esse modo de subordinação e apropriação dos meios administrativos e produtivos operam sob novas lógicas com mudanças significativas no que se refere a situação e condições do trabalhador e suas mudanças subjetivas (ABÍLIO, 2017).

A presença das mulheres no contexto do trabalho precarizado sugere que esta condição tem sido um entrave para o desenvolvimento e autonomia das mulheres, sobretudo, aquelas das classes subalternizadas. É na articulação entre o trabalho improdutivo e produtivo que se dá o aprofundamento da continuidade da precarização das atividades das mulheres. É neste contexto de escassez de emprego e de realinhamento do mercado que as trabalhadoras do chão da escola locus desta pesquisa, encontram-se inseridas nas condições de trabalho precários. São mulheres que estão nas camadas mais subalternizadas, constituem a mão de obra solicitada num setor que não exige qualificação profissional e nem escolaridade elevada. Elas estão nos serviços de limpeza e na manipulação de alimentos, são contratadas com salários inferiores ao das servidoras concursadas que exercem a mesma função.

No decorrer das entrevistas, constatamos algumas características do trabalho precarizado presente no segmento de mulheres que trabalham na escola nos serviços

---

<sup>5</sup> Ver Albani de Barros, 2019.

retromencionados, uma delas é a baixa escolaridade. Das dez mulheres entrevistadas identificamos que apenas três concluíram o Ensino Médio. Diversos fatores<sup>6</sup> influenciaram para essas mulheres interoperem os estudos, que hoje tem reflexos em suas vidas em relação a mercado de trabalho.

A presença das mulheres no trabalho precarizado é fortemente articulado com a falta de qualificação profissional, resultante também da baixa escolaridade. De acordo com Hirata (2009, p. 26), “níveis baixos de qualificação: ausência de qualificação formal e a baixa renda levam em inúmeros casos, à precariedade e ao desemprego”. Esses fatores têm contribuído para a permanência feminina nessas ocupações e para a continuidade das condições de empregabilidade inferiores a dos homens, mesmo elas representando 40% da população ativa mundialmente. Conforme o relatório da Organização Internacional do Trabalho (2013, p.27),

As mulheres representam 40 por cento da população ativa mundial, mas em numerosos países, as suas condições de empregabilidade e de trabalho são ainda muitas vezes inferiores às dos homens. As mulheres estão sobre representadas em formas atípicas de emprego, como o emprego a tempo parcial, trabalho precário e ocasional, e emprego informal e, em muitos países mais pobres, as taxas de emprego vulnerável das mulheres são muito mais elevadas do que as dos homens.

A realidade encontrada na escola Presidente João Goulart, é um fenômeno que afeta as mulheres no mundo todo, uma vez que o novo padrão de acumulação flexível das políticas neoliberais tem operado intensivamente com a terceirização, a qual atinge mais as mulheres que historicamente não tiveram acesso à educação formal. A ausência de escolarização é um fator que tem contribuído para a presença maciça de mulheres em “guetos” de trabalhos que não exigem qualificação, como é o caso dos serviços de limpeza e manipulação de alimentos. Trata-se de diversas formas de discriminação a qual elas estão sujeitas, entre as quais os baixos salários. De acordo com Bruschini (1985, p. 28), “a discriminação salarial se apresenta com muito mais vigor, tanto nos chamados ‘guetos’ femininos quanto nas ocupações que requerem nível mais elevado de escolaridade”.

A reestruturação produtiva se mostra celetista nas formas de contratos criando classes e subclasses, ou seja, a estratégia de impulso da competitividade separa de um

---

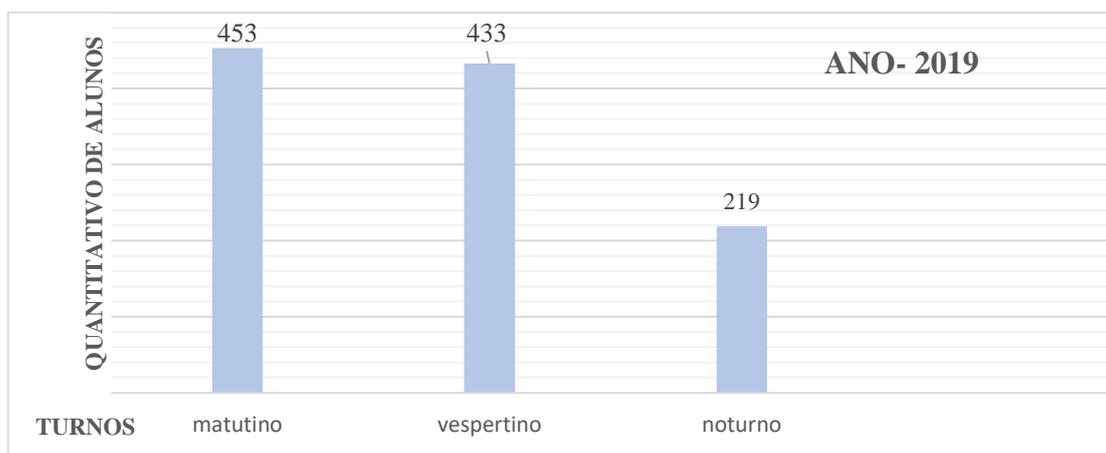
<sup>6</sup> - Mas a frente apresentaremos os fatores referentes a escolaridade e outras variantes da caracterização das mulheres nesta pesquisa e suas identidades.

lado os trabalhadores bem pagos e de outro os contratados ampliando a malha de terceirização e subcontratação com salários inferiores. Neves (2000, p. 180), assinala que “a precarização das formas de contratação e condições trabalho e condições de trabalho vem se ampliando cada vez mais, na medida em que cresce consideravelmente a nova estrutura industrial de cadeias de subcontratação”.

Esta situação nos leva a perceber que a precarização engendra a feminização. Há a questão de gênero bem delineada nesta modalidade de trabalho. As mulheres são amplamente requisitadas para este tipo de trabalho porque historicamente o patriarcado a considerou um ser inferior e destituído de direitos. A presença das mulheres nos serviços de limpeza e alimentos está associada ao trabalho doméstico, uma forma de instituição do patriarcado no sistema produtivo (TORRES, 2005).

Conforme Hirata (2001), a globalização complexa e contraditória destaca o visível crescimento das mulheres no mercado de trabalho formal e informal nos setores mais precários e vulneráveis. O local de trabalho das mulheres participantes deste estudo também é um aspecto relevante no contexto da precarização, especificamente o depósito onde são guardados os alimentos e o espaço da cozinha, ambiente ocupado pelas merendeiras da escola, onde é preparado os alimentos que são servidos aos estudantes. Neste aspecto podemos analisar alguns fatores como a temperatura do local e a quantidade de estudantes a serem atendidos com alimentação.

De acordo com os dados coletados na entrevista com uma servidora da administração da escolar, na manipulação de alimentos, a escola conta com três merendeiras para atender um público de 453 estudantes no turno matutino, 433 no turno vespertino e 219 no turno noturno, totalizando 1105 discentes, distribuídos nos três, conforme indica o gráfico abaixo:



**Gráfico 1-** Quantitativo de alunos da escola no ano de 2019

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2019.

Além de ser um quantitativo alto de estudantes para apenas três merendeiras, observamos também que a área na qual elas desenvolvem o trabalho por muitas horas contínuas, é um espaço<sup>7</sup> que mede 9 metros de comprimento por 9 de largura, espaço precário, insalubre<sup>8</sup> que pode comprometer a saúde dessas trabalhadoras. Podemos constatar esses agravantes na narrativa de Margarida (44 anos), a saber:

É bastante quente, tem dois ventiladores, mas um não funciona, não dá vento direito e o outro é pra esfriar a merenda. Já passei mal, ainda mais porque eu tenho pressão alta. O depósito da merenda é igual uma sauna, não tem ventilação quando é para arrumar saio de lá molhada de suor. Os cara que entregam a merenda até reclamam da quentura. (Entrevista, 2019).

A narrativa de Margarida expõe a situação do clima equatorial predominante no Amazonas, onde a capital, Manaus, apresenta temperatura variante que pode chegar até 40° C. Constatamos que o ambiente onde elas passam horas desenvolvendo seus trabalhos não tem condições adequadas e humanas. Essas situação tem afetado a saúde das trabalhadoras. Para a Organização Mundial de Saúde- OMS, a saúde é o estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não meramente a ausência de doenças. A saúde da trabalhadora fica ainda mais vulnerável diante do desconforto num ambiente de elevada temperatura, sem ventilação, aumentando ainda mais quando estão diante dos panelões, enfrentando altas temperaturas.

O depósito onde é armazenado os alimentos é um pouco menor que a cozinha, possui apenas um cobogó<sup>9</sup> pequeno nas paredes que fazem fronteira com as áreas externas. Na cozinha e no depósito é visível o quanto elas sofrem com o calor, transpiram intensamente. São horas sem intervalos por causa da urgência do tempo, não podem atrasar o horário de servir a merenda dos estudantes nos intervalos determinado pela administração da escola.

A precariedade do local de trabalho constitui-se num aspecto presente no processo de flexibilização do trabalho que culminou com as diversas faces da terceirização, portanto, as trabalhadoras deparam-se com diversas fragilidades entre as quais, a saúde. O Dossiê da Central Única dos Trabalhadores - CUT (2014, p 21),

---

<sup>7</sup> Dentre os perigos físicos no ambiente de trabalho estão: ruídos, radiações, vibrações, calor excessivo, nanopartículas, (OMS,2010). São situações que tornam o ambiente físico de trabalho precário.

<sup>8</sup> A definição de insalubridade é dada pelo art.189 da CLT: “serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites e tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos.

<sup>9</sup> É um tipo de tijolo perfurado, feito de cimento utilizado na construção de paredes.

pontua que a segunda face, talvez a mais cruel, “trata das diversas doenças, acidentes e mortes causadas pela terceirização. A principal razão disso são as condições precárias de trabalho, às quais os trabalhadores terceiros são submetidos diariamente”.

Entre as implicações das relações de trabalho precarizado é a inexistência de um plano de saúde, e a ausência de amparo sindical. Essas trabalhadoras, além do problema da pressão alta estimulada pela alta temperatura do local, ficam muitas horas em pé, aumentando o risco de aparecimento de varizes. Outro fator observado é o esforço físico despendido no carregamento de panelões com capacidades para 200 e 300 litros, elas levam-os do fogão cheios de comida ferventes para o balcão onde é servida a merenda para os estudantes. Soma-se a esses elementos os riscos,<sup>10</sup> de queimaduras no decorrer do deslocamento do fogão para o balcão. Às vezes elas contam com a ajuda de um colega de trabalho, mas isso não exclui a participação das merendeiras de carregar os tachos com a merenda preparada e esse movimento requer delas muito esforço físico. Margarida (44) descreve esta situação da seguinte forma:

Tem merenda que a gente precisa ficar muito tempo em pé e na beira do fogo, mexendo a comida que está sendo preparada. Depois temos que carregar com muito cuidado para o balcão onde servimos os alunos. Além de pesado é muito quente, as vezes pedimos ajuda do colega que trabalha no mesmo horário, mas mesmo assim temos ter força pra carregar e evitar que a gente se queime. Para esfriar mais rápido, por conta do horário do recreio colocamos o ventilador próximo dos tachos, no balcão. (Entrevista, 2019).

A reestruturação produtiva tem apresentado ao logo dos últimos anos o acarretamento de diversas fragilidades à vida dos sujeitos da classe trabalhadora. Conforme Antunes (1999, p.190), “fundamentalmente, essa forma de produção flexibilizada busca a adesão de fundo por parte dos trabalhadores que devem assumir o projeto do capital”. Os efeitos desse processo têm recaído o efeito nefasto sobre a maior parcela da sociedade, em todos os aspectos, que são as mulheres subalternizadas. A globalização dos mercados trouxe novas configurações estruturais ao trabalho com foco na competitividade.

Percebemos que há vulnerabilidades também em relação à saúde e outros riscos que atingem as trabalhadoras da limpeza. Essa situação foi revelada na narrativa de

---

<sup>10</sup> Por conta de exposições a riscos, que esses, por exemplo, que podem comprometer a saúde, a OMS sinaliza que a segurança, saúde e bem-estar dos trabalhadores são preocupações vitais de centenas de milhões de profissionais em todo o mundo.

Rosa. Os riscos se apresentam em virtude de alguns produtos químicos e por algumas vezes, terem que subir nas escadas para limpar os vidros das janelas e, retirar a tela do ar-condicionado para fazer a limpeza. Vejamos a narrativa de uma de nossas entrevistas:

Teve um tempo que eu ficava toda empolada, alguns produtos me davam alergia. A empresa não dava luva, as botas demoraram pra chegar, o tênis logo ficava molhado. As vezes a gente tem que subir na escoda para limpar os vidros das janelas e a tela do ar condicionado. A gente não deveria está subindo em escadas penso que esse não é nosso trabalho, morro de medo de cair. Eu espirro muito quando vou varrer e espanar as salas, não temos mascarar. Agora que estou melhor. Mas é bem difícil. (Rosa, 43, entrevista, 2019).

A exposição de Rosa demonstra que as relações de trabalho intensificam a precarização não só quanto às questões dos desmontes no campo dos direitos trabalhistas, fragilidades contratuais, mas principalmente no que diz respeito às condições precárias no local de trabalho em que as mulheres são submetidas nos espaços onde há predominância feminina. Conforme Bruschini (1998, p. 15), “algumas características da ocupação feminina nos nichos mais desfavorecidos de atividade econômica ilustram a precariedade de parcela expressiva (40%) da mão de obra feminina”.

De acordo com Santos (2000), para a maior parte da humanidade a globalização está se impondo como uma fábrica de perversidade, ou seja, os mercados interligados não inseriram uma boa parcela da população nas condições dignas de vida, não garantiram a estes os bens mínimos para a sobrevivência. Muito pelo contrário, essa globalização avassaladora tem contribuído para aprofundar as desigualdades sociais e econômicas locais, aumentar a pobreza, o desemprego, os conflitos, a escassez dos recursos do planeta, a contaminação do solo, das águas, a desregulamentação dos mercados ancorados na competitividade e na exploração das minorias, sobretudo as mulheres.

O processo de industrialização que transformou camponeses, artesãos, em operários é marcado pela precarização do trabalho. Pochmann (2015), considera que estas mudanças sobretudo a partir da Segunda Revolução Industrial e Tecnológica, ocorrida no final do século XIX, tornou-se uma realidade incontável. O autor sinaliza que o “deslanche de uma Terceira Revolução Industrial e Tecnológica terminou por favorecer a consolidação das redes globais de valor comandadas por

gigantescas corporações transnacionais” (POCHMAN, 2015, p.52).

O que se vê são esses progressos a serviço do capital que a partir de novos arranjos aprofundam o ataque às minorias entre estas, as mulheres. O que ocorre, então, é o aprofundamento das desigualdades. Furtado (2011), ressalta que o uso do trabalho é para a produção e manutenção da riqueza de segmentos sociais privilegiados e dominantes, a precarização está relacionada a exploração para o acúmulo do capital. Marx (1844, p. 79) chama atenção para o fato que “o trabalhador baixa à condição de mercadoria e à de mais miserável mercadoria, que a miséria do trabalhador, põe-se em relação inversa à potência e à grandeza da sua produção”. Seguido essa lógica, o resultado necessário da concorrência é a acumulação de capital em poucas mãos.

Para este autor, os donos do capital detém todo o monopólio dos meios de produção ao ponto de estabelecer uma sociedade dividida em duas classes: proprietários e trabalhadores. Deste modo, a subsistência do trabalhador depende do salário condicionado pelos detentores do poder econômico, muitos subordinados à ocupações desprivilegiadas. As mulheres negras e pobres estão nas fileiras dos grupos excluídos dos postos de trabalho mais privilegiados, vítimas de todas as formas de preconceitos e discriminação, estigmatizadas principalmente por serem mulheres. De acordo com Montali (2017), no período de 1991 a 2010, constata-se a intensificação da entrada da mulheres no mercado de trabalho no Brasil, um fenômeno que vem desde a década de 1970, no entanto, entre os trabalhos precários, as mulheres são as que mais ocupam tais espaços.

Na opinião da representante do movimento feminista de Manaus, Martha Valério, os principais fatores que contribuem para o trabalho precarizado são os seguintes:

Os fatores que contribuem são o alto índice de desemprego no Brasil, chegando a 13 milhões de desempregados, que com certeza esses dados estão muito mais altos, porque há pessoas que nem vão mais atrás de trabalho, e não são contabilizados. E as mulheres sabem que se não se submeterem serão demitidas, porque há uma “massa de pessoas” à espera de um trabalho. Esses serviços considerados menores, e degradante na sua grande maioria ficam para as mulheres, que por necessidade acabam aceitando, sabem que é uma maneira de conseguir sobreviver e sustentar seus filhos e filhas. E apesar de toda exploração, se submetem. (Martha Valério, 51, entrevista / 2019).

Martha Valério traz elementos do atual momento histórico no Brasil em que o desemprego tem afetado milhões de brasileiros, fazendo com que esta massa submeta-se a informalidade, ao subemprego e demais formas de trabalhos terceirizados. Há,

portanto, uma massa de trabalhadores de vários setores sedentos por uma vaga em qualquer empresa que seja. Segundo Martins (2012, p. 29), “hoje em dia o trabalhador, tanto da indústria quanto do comércio e de serviços é cada vez mais um trabalhador que busca trabalho”. Para Maruani e Meron (2016, p. 81), “nos últimos cinquenta anos, o mercado de trabalho se consolidou, no Brasil, como o espaço em que os indivíduos estão premidos a buscar sua sobrevivência”.

Pesa sobre as mulheres a responsabilidade de complementar ou garantir sozinha o sustento da família. Estas circunstâncias do mercado não estão deslocadas da reestruturação produtiva que com o discurso de recuperação econômica o mercado instaura empregos flexíveis e precarizados, marcados por incertezas. De acordo com Leone (2000, p. 106), “nesse contexto de incertezas e precarização do mercado de trabalho, a sobrevivência depende cada vez mais de um esforço coletivo dentro da família. A necessidade de complementar à renda familiar atinge a maioria delas”.

A realidade de desemprego que atingia o país nos anos 1990 não é tão diferente da atual. As políticas neoliberais voltaram para a agenda, ocorreu a flexibilização das Leis através da Reforma Trabalhista, da Terceirização, a Reforma da Previdência, também aconteceu, deixando a classe trabalhadora em condições vulneráveis e propícia à superexploração do capital. De acordo com Martins (2012, p. 20), “o que vale é o predomínio das Leis de mercado”. Cada vez mais fragmentados, movidos pelas incertezas, jovens, mulheres, trabalhadores com idade avançada, moradores das periferias, pessoas com longos períodos desempregados, tornam-se a principal força de trabalho explorada nas novas formas de acúmulo do capital.

Conforme Biroli (2018, p. 31), “a posição de desvantagens das mulheres atualiza-se, assim, nos padrões de organização do capitalismo”. Assunção (2013), afirma que a precarização tem rosto de mulher, pois elas são as mais atingidas com a implantação da agenda neoliberal. Para Souza (2012) a produção capitalista põe em curso várias opressões dentre as quais, a opressão da mulher. As reconfigurações do capital nestes tempos contemporâneo, sobretudo com o fetiche do neoliberalismo tem intensificado as mudanças das relações de trabalho expropriando ainda mais os trabalhadores. De acordo com Marx (2001, p. 828), “o processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios de subsistência e os de produção.”

Para este autor esse mecanismo converte em assalariados os produtores diretos. A chamada acumulação primitiva é apenas o processo que dissocia o trabalhador dos meios de produção. Nesta lógica de transformar o trabalhador em mercadoria, as barbáries do capitalismo seguem em curso com outras configurações e tem sido perverso com as mulheres. Historicamente, a classe detentora do capital sempre se utilizou das formas mais bárbaras das relações de trabalho. Até as primeiras décadas do século XX, as relações e condições de trabalho eram extremamente desumanas, os trabalhadores eram totalmente desassistidos de quaisquer direitos sociais. A inserção das mulheres no mercado de trabalho perpassa por essas barbáries, a condição de ser mulher soma-se à continuidade delas nos trabalhos mais precários.

A presença feminina em trabalhos precários são resquícios da organização das sociedades de classes, baseada na propriedade privada onde originam-se as classes antagônicas distanciando o sentido do trabalho, deixando os desprovidos de poder econômico nas mãos dos donos dos meios de produção. No pensamento marxista o poder está ancorado no capital e na ideologia circunscrita à classe dominante, através das ideias que servem para legitimar a exploração e a dominação. O trabalho na sua gênese é a conexão que o homem faz com a natureza transformando-a e recriando-se a si mesmo. Marx (1844, p. 84), assinala que, “o trabalho, como atividade vital, a vida produtiva mesma aparece ao homem, apenas como meio para satisfação, a satisfação de uma carência, a necessidade de manutenção da existência física”. Ou seja, a vida produtiva é, a vida genérica. É a vida engendradora na vida.

Na dinâmicas de reajuste do capital o trabalho ganha outras dimensões e suas relações tornam-se mais complexas. Para este autor, o trabalho no qual o homem se exterioriza é um trabalho de auto sacrifício de mortificação. É nessa transformação advinda do capital que as mulheres estão cada vez mais inseridas no trabalho alienado, abstrato, estranhado, que torna sua mão de obra cada vez mais desvalorizada pelo mercado. Por isso, torna-se cada vez mais central as análises sobre gênero e trabalho e o papel das mulheres nas dinâmicas da vida pública e privada.

Estudos como os de Leone e Krein et al. (2017), Biroli (2018), Passos (2018), Abreu e Hirata et. al. (2016) têm comprovado essa situação de desvalorização da força de trabalho feminina, o que justifica e naturaliza as formas precarizadas das relações de trabalho. Mesmo com o crescimento das mulheres no mercado de trabalho ainda há a predominância delas em alguns nichos, o que sugere a continuidade da divisão sexual do trabalho, não de forma generalizada, mas este ainda é um problema que

atinge o universo feminino.

Assomam-se a esta discussão as desigualdades e as discriminações imbricadas nas relações de gênero, raça e etnicidade, como fatores condicionantes para a presença predominante de mulheres em determinadas ocupações. Conforme Pscitelli (2016, p. 48)<sup>11</sup>, “a intersecção de gênero, nacionalidade/eticidade, ‘cor’ e posição social, subalternizando tais mulheres, as destinou a certos nichos ocupacionais”. Estas problemáticas visibilizadas pelas autoras em relação às migrantes brasileiras não destoam da situação das trabalhadoras no âmbito local.

Estas questões marcam a chegada da mulher no mercado de trabalho gerando conflitos em disputa com os homens. Teixeira (2017, p. 68), considera que as mulheres estão “excluídas dos principais ofícios, a sua qualificação estava no lar, e sua identidade política estava subordinada ao homem. Embora o salário das mulheres fosse essencial para as famílias operárias, sua condição era explicitamente desvalorizada”. O trabalho das mulheres tem sido cada vez mais essencial na subsistência da família, mas elas continuam em desvantagens no mercado de trabalho, recebendo baixos salários e submetidas às péssimas condições de trabalho assomado à precarização no campo da negação de seus direitos sociais e trabalhistas.

A nossa pesquisa constatou um outro aspecto ao qual as mulheres merendeiras estão submetidas, que são as horas prolongadas que ultrapassam as oito horas estabelecidas na legislação. Essa situação é uma das implicações causadas a partir da reestruturação do trabalho e do desemprego. As dinâmicas do capital têm avançado no projeto de superexploração da classe trabalhadora, obrigando-as a situações exaustivas. Na narrativa de Margarida, podemos analisar o quanto as estratégias de acúmulo projetadas pelo capitalismo tem sido nefasto para as mulheres. Vejamos:

Nós somos três merendeiras, eu entro às 6h30 min e saí às 17h30min a outra entra às 7 h e sai às 16h30min a que fica até a noite, entra às 13 h e sai às 20 h. Mas pela empresa o contrato de trabalho é pra gente cumprir 8 h de trabalho. Este outro horário é feito pela gestora, tem vez que a gente nem tira a hora de almoço que é o certo. Mas a empresa não sabe disso. (Entrevista, 2019).

Essa realidade narrada por Margarida tem sido uma característica apontada como a superexploração da força do trabalho. Nas contratações flexíveis as mulheres são duplamente exploradas. Margarida trabalha praticamente 11 horas por dia, ou seja,

---

<sup>11</sup> Pesquisa realiza em Barcelona com as migrantes brasileiras que estão em nichos como cuidado e trabalho doméstico em países da Europa.

além de ser mal remunerada, tem 3 horas de trabalho não remuneradas, aviltando ainda mais a sua cidadania e saúde. Conforme o Dossiê da CUT (2014), em relação à jornada de trabalho contratado, os trabalhadores em regime de terceirização realizam uma jornada de trabalho de 3 horas a mais semanalmente. No caso de Margarida, percebemos que ela trabalha 15 horas sem remuneração, semanalmente, considerando as 3 horas que ela cumpre para além do contrato. O mesmo não ocorre com as trabalhadoras concursadas.

Para Margarida e suas colegas, as horas trabalhadas são despercebidas, elas parecem não se dar conta da superexploração que recai sobre elas. O excesso de horas solicitado pela gestora no interior da Escola demonstra a carência de profissionais para atender a demanda da instituição. Estes arranjos têm agravado as condições de exploração da força de trabalho das mulheres. Para Barros (2019, p.40), “não há dúvida de que a ‘flexibilização’, entendida aqui como precarização, anda de mãos dadas com a degradação humana”. Estes fatos têm afetado as mulheres e aprofundado ainda mais as desigualdades que a partir da expansão das políticas globais, tem gerado um novo precariado.

A noção de precariado, ou seja, do proletariado precarizado, conforme sinaliza Braga (2012, p. 18), “é formado por aquilo que, excluídos tanto o lumpemproletariado quanto a população pauperizada, Marx chamou de ‘população relativa’ [...] ela permite-nos localizar o precariado no coração do próprio modo de produção capitalista [...] e possibilita-nos tratar a precariedade como uma dimensão intrínseca ao processo de mercantilização do trabalho”. O precariado também distingue-se da noção de subproletariado<sup>12</sup>.

Para este autor, o precariado, mesmo sendo uma população flutuante, demonstra capacidade de mobilização coletiva. Em termos analíticos, Braga (2012, p.19), destaca que devemos diferenciar o pauperismo e o lumpemproletariado do precariado devido o entendimento de que “os trabalhadores precarizados são uma parte da classe trabalhadora em permanente trânsito entre a possibilidade da exclusão socioeconômica e o aprofundamento da exploração econômica”. Percebemos que as mulheres que estão no trabalho terceirizado no setor de serviços são parte desse

---

<sup>12</sup> Conceito do economista e sociólogo Paul Singer na década de 1970. Essa definição está relacionada aos peões da construção civil, a setores de serviços como empregadas domésticas, porteiros, vigia etc., também a pessoas com renda inferior a 1 salário mínimo e metade das que tinham renda de 1 a 2 salários mínimos. Para o economista, o subproletariado não possuíam condições econômicas e sociais mínimas para engajar lutas reivindicativas. Sobre esses assunto sugerimos a leitura de Braga (2012).

preariado urbano presente nos centros urbanos, mais mal remunerados, vivendo as incertezas, mas que também têm demonstrado força reivindicativa, conforme detectamos nessa pesquisa.

## **1.2 A terceirização e a feminização da pobreza**

A terceirização é um mecanismo de racionalização do trabalho utilizado pelo capital que tem como intuito reestruturar o mercado frente às novas exigências do capital. Trata-se de uma forma de precarização da força do trabalho que atinge frontalmente o estatuto da cidadania dos trabalhadores cujos direitos foram conquistados com muitas lutas. Teve início com o Toyotismo nos anos 1970, no Japão, modelo pautado na flexibilização e competitividade. No Brasil esta modalidade contratual culmina com a chegada do receituário neoliberal propagado pelo Consenso de Washington, documento formulado em 1989, que põe em pauta a soberania dos mercados, as privatizações que estão entre os dez pontos do documento, que são observados com rigor na gestão dos governos conservadores.

A expansão do projeto neoliberal redirecionou fortemente o mundo do trabalho em várias dimensões atingindo os trabalhadores sob o fluxo de novas relações de trabalho. Conforme Batista (1994, p. 19), “a contradição entre a prática e o discurso se revela indiscutível na área da política fiscal. Para justificar o encolhimento do Estado, invocam-se os excessos de regulamentação, asfixiantes das forças produtivas”. De acordo com Pochmann (2010), no Brasil, as ideias do Consenso de Washington ganharam força a partir do final da década 1980, com ascensão do neoliberalismo defendido pelos governos dos anos 1990.

No processo histórico das relações de trabalho no Amazonas, a Zona Franca de Manaus é criada nesse contexto de expansão do capital como estratégia de dominação do capital global com o objetivo de obter mais lucros às custas da exploração da mão de obra barata dos trabalhadores da região. O Estado concedeu todas as condições lucrativas favoráveis às empresas. O caráter exploratório não difere daqueles visualizados na modalidade de terceirização, conforme vimos no estudo de Célia Santiago (2010). Porém, essa empreitada do capital global gerou diversos conflitos e resistências, pois conforme esta autora, o “estabelecimento de novas relações de trabalho obviamente não foi feita de forma tranquila. Havia muitos interesses antagônicos em jogo” (SANTIAGO, 2010, p. 65). Os dirigentes das

empresas sentindo-se superiores aos trabalhadores da região, ofereciam condições precárias de trabalho aos operários. Era então, natural a reação dos trabalhadores contra a superexploração a qual eram submetidos.

Esse deslocamento do capital com estabelecimentos de novas relações trabalho se estabelece em locais propícios à criação de mão de obra excedente, como ocorreu em Manaus e condiciona a classe trabalhadora a submeter-se às condições precárias de trabalho. As reconfigurações do capital têm sido esmagadoras para a classe trabalhadora e tende a intensificar-se com a revolução tecnológica e, no caso do Brasil, esse agravamento assoma-se às reformas trabalhistas e previdenciária e à Lei da Terceirização. Martha Valério (51 anos) feminista ouvida nessa pesquisa se pronuncia sobre este tema da seguinte maneira:

A Reforma Trabalhista, a Lei de Terceirização e a Reforma da Previdência fazem parte dessa Revolução 4.0<sup>13</sup> que é tirar todos os direitos das trabalhadoras e trabalhadores. Quem mais sofreu com a Reforma Trabalhista foram as mulheres, e as mulheres negras que estão na base da pirâmide, perderam seus direitos conquistados e estão sendo exploradas e aceitam porque é a única forma de permanecerem trabalhando. Voltamos à época da escravidão, a super exploração do trabalho, ou isso, ou nada. Para entendermos a situação, partidos políticos de esquerda entraram no Supremo Tribunal Federal contra a Lei de Terceirização, porque ela viola a Constituição Federal e os Ministros e Ministras do Supremo votaram a favor da lei dizendo que é a única forma de gerar e manter os empregos, ou seja, para eles ou você é explorada e tem um emprego, ou fica desempregada. Uma outra maneira de os patrões aumentarem seus lucros, é demitindo seus funcionários e readmitindo por salários mais baixos, e, ou elas e eles aceitam, ou o patrão coloca outra pessoa. Precisamos debater essa temática urgente, do contrário, não teremos tempo, quando acordarmos estaremos escravizadas novamente. (Entrevista, 2019).

Martha se refere à nova agenda da indústria que surge a partir do avanço da tecnologia da informação e da internet convergindo com outras tecnologias. A Indústria 4,0<sup>14</sup> é uma estratégia do capital global voltada para a competitividade, rapidez e baixos custos. No Brasil, associa-se à retomada do crescimento econômico conforme consta na agenda brasileira para a indústria 4.0. A Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial- ABDI (2017), sinaliza que o conjunto de reformas econômicas em curso já demonstram recuperação da economia, com impactos positivos em relação a investimentos na indústria. O sucesso dessa agenda depende das estratégias empresariais e das políticas públicas. A quarta revolução, também

---

<sup>13</sup> O termo foi criado na Alemanha, em 2011, durante uma feira em Hannover

<sup>14</sup> Para a ABID e a CNI, Revolução 4.0 é positiva- Elas são entidades empresariais.

conhecida como manufatura avançada se caracteriza por um conjunto de tecnologias que permite a fusão do mundo físico, digital e biológico. A Reforma Trabalhista teve como um dos objetivos atender as novas regras e tendência do mercado de trabalho.

Para o Confederação Nacional da Indústria-CNI, essas tecnologias alteram a forma de trabalhar e impactam as relações de trabalho, permitindo que as atividades sejam executadas com mais produtividade, economia de tempo, redução de custos, eficiência e melhor controle de qualidade. Essa mudança acarretará o “deslocamento de mão de obra entre setores e funções específicas e a flexibilização do regime de trabalho” (CNI, 2017, p. 27). A preocupação de Martha se dá principalmente pelo processo histórico, onde nos momentos de recessão econômica e reconfiguração dos mercados a classe trabalhadora é duramente penalizada, às mulheres, principalmente. Essa Revolução apresenta uma enorme capacidade de destruir empregos nos diversos setores, devido a exigência de capacitação e a substituição de pessoas por robôs em diversas atividades.

A Revolução 4.0, pode desencadear o desemprego crônico, principalmente nos países em desenvolvimento, pois exigirá melhor qualificação no campo da tecnologia e ficará cada vez mais difícil para trabalhadores menos qualificados encontrarem um emprego. Muitos postos de trabalho poderão desaparecer inclusive no setor de média qualificação. Para Rodrigues (2017, p. 70), “as novas tecnologias devem criar aproximadamente dois milhões de empregos, porém, sete milhões de empregos desaparecerão nos próximos cinco anos, o que representa uma perda líquida de cinco milhões de vagas de trabalho”. A autora acentua o fato de a indústria 4.0, criar a “necessidade de revisão dos convencionais [...] modelos de educação e treinamento, estimulando a educação continuada e a colaboração público-privada em novos arranjos trabalhistas, compatíveis com o emprego à distância e com plataformas flexíveis de prestação de serviços”.

O futuro das relações do trabalho tendem a ser mais flexíveis, pautado nas incertezas e exclusão de uma grande parcela da população com impacto direto na vida das mulheres que adentram cada vez mais no mercado de trabalho e são submetidas às exigências e condicionantes do capital. A preocupação de Martha é pertinente quanto à urgência do debate sobre a revolução tecnológica, a Terceirização e a Reforma Trabalhista. As mulheres que estão no trabalho terceirizado vivem as incertezas quanto a Seguridade Social devido a dificuldade para acumular o tempo mínimo exigido à

aposentadoria por tempo de contribuição. De acordo com o DIEESE<sup>15</sup> (2019), a Previdência Social é o reflexo da vida economicamente ativa do indivíduo, o fato de as mulheres terem menor envolvimento com a atividade econômica e trabalharem durante menos tempo e em piores condições, faz com que sua contribuição para a Previdência também ocorra em situação desvantajosa.

A flexibilização proposta nas agendas dos mercados deu início a diversas formas de empregos flexíveis, temporários e terceirizados, e à informalidade, aumentando deste modo, as vulnerabilidades da classe trabalhadora, fragilizando direitos conquistados na luta dos trabalhadores ao longo do século XX. A agenda neoliberal seguida no Brasil tem aprofundado as desigualdades e a fragmentação da classe trabalhadora. O enxugamento do Estado tem fortalecido a hegemonia do capital, levando a população ativa a submeterem-se a novos regimes contratuais. De acordo com Martins (2012, p. 153), a “terceirização do trabalho coloca esses setores a serviço do grande capital e das grandes empresas, o que nos põe diante de um verdadeiro sistema de exploração do trabalho vinculado a própria dinâmica do capitalismo”. Este autor destaca que, esse é certamente o ponto mais grave, pois não estamos apenas em face de episódios e surtos de violação dos direitos e dos deveres trabalhistas. O recuo da proteção trabalhista tem sido um ponto presente na pauta dos movimentos de mulheres nos últimos anos.

A desvalorização do trabalho das mulheres tornam-se mais ostensivas com a flexibilização das Leis, como é constatado na aprovação da Lei da Terceirização<sup>16</sup>, Nº 13.429, de 31 de março de 2017. O contexto de aprovação desta Lei ocorreu em meio a diversos debates e opiniões nos meios de comunicação, nos movimentos sociais, sindicatos, profissionais especialistas em direitos trabalhistas, associações, artistas e demais segmentos da sociedade. Essa Lei regulariza a precarização, exploração e instabilidade de emprego, ampliando e legitimando a terceirização. Amplia a contratação de atividades-meio para atividade-fim.

O Estado que deveria promover o Bem-Estar Social a todos, torna-se o

---

<sup>15</sup> O principal argumento utilizado pelo governo para justificar o endurecimento das regras de acesso à aposentadoria feminina é que as mulheres contribuem menos para o sistema previdenciário e vivem, em média, sete anos a mais do que os homens. Mas há as variantes regionais. A expectativa de vida ao nascer nos estados do Norte e parte do Nordeste varia entre 70,3 e 72,0 anos, enquanto no Sul pode chegar a 78,7 anos”.

<sup>16</sup> A Lei recém aprovada altera dispositivos da Lei n o 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços terceirizados.

principal aliado dos detentores do capital desregulamentando as Leis e destituiu as conquistas sociais da classe trabalhadora. De acordo com Martins (2012, p, 44), quando Marx aponta “a importância da igualdade jurídica para acobertar a desigualdade econômica propõe o fundamento desse teatro. Apenas não tinha se dado conta de que a alienação não é um processo passivo, mas sim um processo social ativo”. Esta Lei continua sendo alvo de críticas profundas e representa um prejuízo grave para os trabalhadores, tendendo a aumentar a precarização. Continua muito relevante a crítica de Marx ao Estado, pois seu acobertamento se evidencia com o desmonte neoliberal.

Esta lei atinge, sobretudo, as mulheres que terão de sujeitar-se à jornadas extensas de trabalho e com salários inferiores, tornando-as mais vulneráveis em relação aos direitos sociais, principalmente por ser uma forma de flexibilização de trabalho própria de grupos marginalizados, negros e mulheres. A campanha<sup>17</sup> “Todos contra a Terceirização”, já atentavam para as vantagens que seriam apenas para os patrões que usariam a mão de obra com custos baixos. A campanha chamava a atenção para o que seria uma forma de invisibilizar o trabalho escravo no Brasil, considerando que os trabalhadores perderiam direitos conquistados com anos de lutas.

As diversas implicações engendradas no processo de terceirização tem sido uma preocupação dos movimentos feministas presentes na cidade de Manaus, que há anos vem atuando na defesa dos direitos das mulheres. A representante do Movimento Feminista expõe sua preocupação em relação a esta temática da seguinte forma:

Eu penso que a terceirização do trabalho é uma forma de subemprego, porque as empresas contratam as/os trabalhadoras/es sem os direitos trabalhistas, como por exemplo, a carteira de trabalho não será assinada, e trabalhará sem nenhum vínculo empregatício, e por um período limitado de três meses, podendo ou não ser renovado, como há um exército de desempregados os donos do capital trocam constantemente os trabalhadores e com essa forma de agir economizam e ganham muito mais dinheiro. E como há um alto número de desempregados, as pessoas se submetem a isso, para sobreviver. Por essa razão considero a terceirização uma forma

---

<sup>17</sup> De autoria da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA) com a participação do Movimento Humanos Direitos (MHUD), realizada por estas associações em 2013. Referia-se ao Projeto de Lei 4330/ 2004, com a proposta de regularizar a terceirização no Brasil que tramitou por várias Comissões desde o dia 26 de outubro de 2004 no qual a redação discorria sobre a terceirização que foi aprovada em 2015 na Câmara Federal, que deu origem a Lei da Terceirização, Nº 13.429/ 2017. Aprovada a Redação Final assinada pelo Relator, Dep. Arthur Oliveira Maia (SD-BA) enviada ao Senado Federal por meio do Of. nº 140/2015/PS-GSE.

perversa de legalização da exploração dos trabalhadores/as. (Entrevista, 2019).

A organização das mulheres em movimentos sociais, nos sindicatos e partidos políticos tem sido fundamental para dar voz e visibilidade à população feminina. Desde o século XX, elas têm protagonizado grandes lutas reivindicativas em defesa dos direitos sociais, das políticas públicas e ao enfrentamento a todas as formas de violência, exploração e opressão. Esta organização foi fundamental no chão de fábrica do Distrito Industrial de Manaus, as quais, conforme Torres (2005) obtiveram avanços significativos nas condições de trabalho.

Mesmo sob ameaças elas enfrentaram o machismo tanto de colegas homens, quanto dos patrões. A luta das mulheres tem sido contra a exploração do capital e contra o domínio masculino. Para Torres (1997, p.334), “dentro de um contexto de industrialização e expansão do capital na região sob o modelo da Zona Franca esse movimento estimula os movimentos sociais a emergirem pleiteando direitos”. Na conjuntura de desindustrialização, essas lutas continuam fundamentais. A luta das mulheres por sua emancipação é também – e decisivamente – uma ação contra as formas histórico-sociais da opressão masculina.

Na opinião de Diamante, 55 (Funcionária da administração da escola), a terceirização é um ponto positivo, porque amplia as oportunidades de empregos: “eu acredito que a terceirização é uma forma boa de trabalho que temos que dar continuidade e oportunidade de emprego para as pessoas” (entrevista, 2019). A narrativa de Diamante destoa de estudos apresentados sobre as configurações de contratação postas a partir da agenda neoliberal. De acordo com Pochmann (2010, p. 57), “os países que mais docilmente aceitaram o pacote neoliberal foram os que apresentaram os piores resultados econômicos e sociais”.

O Ministério Público do Trabalho do Amazonas, é o órgão que fiscaliza e tem acompanhado os processos de denúncias das trabalhadoras em regime de terceirização das escolas municipais de Manaus e demais instituições. O representante desta instituição ouvido nesta pesquisa sinaliza para o seguinte quadro:

A terceirização é um processo global. O Brasil não está preparado para a terceirização, tanto em atividades meios quanto atividade fins, porque precariza. Agora a terceirização foi liberada tanto na atividade meio como na atividade fim. Antigamente a terceirização só era considerada possível, do ponto de vista jurídico, na atividade meio ou em serviço especializado, como agora pode ser feito na atividade fim,

então hoje nós temos empresas, por exemplo a Petrobrás hoje ela não tem um funcionário que fure para fazer petróleo, não tem um funcionário que faça o refino do combustível, ela não tem um funcionário que cuide especificamente da distribuição de combustível, que seria os três maiores negócios econômicos dela, por que? Porque todos esses serviços são terceirizados, então como é que você fala de uma petrolífera que é terceirizada. O Brasil não está prepara para a terceirização na atividade fim, porque já demonstra muita precarização nas atividades meios. Esta modalidade de emprego cria um círculo vicioso, além de fragilizar a organização dos trabalhadores do ponto de vista sindical, é importante destacar que antes não existia uma lei que regularizava a terceirização, era permitida através da Súmula 331. (Pedro, 45. Entrevista, 2019).

Pedro levanta aspectos relevantes em relação a terceirização. Sua opinião confirma fragilidades já existentes no país sobre essa forma de contrato. A feminização da terceirização é ampliada pela referida lei na medida em que são as mulheres a principal força de trabalho inseridas nos serviços terceirizados, sendo portanto, essa lei aplicada a elas. Esta realidade contribui para promover as continuidades das desigualdades sociais e de gênero no mercado de trabalho que transformam as mulheres em trabalhadoras de segunda categoria, tendo sua mão de obra cada vez mais desvaloriza em determinados nichos desprivilegiados. Para Biroli (2018, p.22), “o gênero não se configura de maneira independente em relação à raça e à classe social nem é acessório relativamente a essas variáveis. De fato, na conformação conjunta do capitalismo e do patriarcado em seus padrões atuais [...] as mulheres são posicionadas como um grupo onerado pelo cotidiano de trabalho [...] geralmente direcionado a ocupações específicas, menos remuneradas que os homens”.

A lei da terceirização demonstra ser mais uma estratégia para fragmentar e diminuir o potencial político da classe trabalhadora. Antunes (1999, p. 109), assinala que, “os salários, os direitos, as condições de trabalho, em suma, a precarização das condições de trabalho tem sido ainda mais intensificados quando nos estudos sobre o mundo fabril, o olhar apreende também a dimensão de gênero”. A expansão do projeto neoliberal afetou fortemente o mundo do trabalho em várias dimensões aumentando também as complexidades das novas relações de trabalho. Martha Valéria chama a atenção para o fato de que,

A terceirização contribui para a feminização da pobreza, porque há um alto número de desempregadas e desempregados, e quando falta emprego, as primeiras a sofrerem as consequências são as mulheres. Que por falta de emprego, ficam mais pobres, levando-as a pobreza extrema. Para ajudar na reflexão sobre a feminização da pobreza, precisamos considerar a nova Revolução Industrial, chamada de

Revolução 4.0, para respondermos a essa ponderação, precisamos conhecer as “novidades” apresentadas pela nova Revolução Industrial, como a robótica e sua evolução chamada de 4.0, a nanotecnologia, e outras, substituindo os seres humanos no trabalho. E a previsão com a implantação da Revolução 4.0 é não só a feminização da pobreza, mas a pobreza em massa, e até o momento há poucas discussões sobre a situação e a busca de saídas e caminhos para esse tão grande desafio. E com certeza que mais sofrerão serão as mulheres. (Entrevista, 2019).

O termo feminização da pobreza foi utilizado pela primeira vez, em 1978, pela socióloga norte-americana Diane Pearce, com o objetivo de retratar a tendência majoritária de mulheres presentes entre os pobres, como também o crescimento do número de indivíduos, em famílias chefiadas por mulher, entre os pobres. A Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, chama atenção para o fato que,

Durante o último decênio, o número de mulheres que vivem em condições de pobreza tem aumentado de forma desproporcional ao de homens, especialmente nos países em desenvolvimento. A feminização da pobreza, recentemente, começou também a ser um sério problema nos países com economia em transição, como consequência de curto prazo do processo de transformação política, econômica e social (ONU Mulheres, 1995, p. 164).

Entretanto, conforme o estudo apresentado pelo IPEA (2005), não há feminização da pobreza em todos os países, considerando também que o percentual de famílias chefiadas por mulheres assume variação. Novelino (2014, p. 2) pontua a seguinte questão, o “fato é que, sendo ou não real este processo de feminização da pobreza, muitos estudos vêm sendo feitos nos últimos 25 anos, os quais tomam ora como pressuposto ora como hipótese a sua existência”.

A feminização da pobreza é uma constatação mundial que se circunscreve, sobretudo, aos segmentos das mulheres trabalhadoras que recebem salários menores do que os homens e que possuem desvantagens em termos de acessos às oportunidades. Em outras palavras, a pobreza assume contornos de gênero, ou seja, a vulnerabilidade econômica recai mais sobre mulheres de certos segmentos de trabalhadoras como, por exemplo, as chefes de família. Nos últimos anos os lares chefiados por mulheres têm aumentado, conforme dados do IPEA (2017), passando de 23%, em 1995 para 40%, em 2015. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015), mostra que 38,7% dos quase 58 milhões de domicílios, já eram chefiados por mulheres.

Santos (2000) aborda três definições de pobreza existentes nos países em

desenvolvimento: a pobreza incluída, produzida em certos momentos, ocidental ou sazonal; a pobreza denominada de marginalidade, produzida pela divisão internacional ou interna do trabalho, diretamente ligada aos processos econômicos; e a pobreza estrutural que do ponto de vista político e moral equivale a uma dívida social.

No desenvolvimento desta pesquisa constatamos que as mulheres terceirizadas que prestam serviços na Escola Municipal Presidente João Goulart, possuem este perfil de feminização da pobreza no contexto geral das desigualdades de gênero. O Boletim, Observatório das Desigualdades da Fundação João Pinheiro -FJP e o Conselho Regional de Economia CORECON-MG (2020), sinalizam quatro mecanismos que contribuem para a feminização, dentre as quais: a divisão sexual do trabalho, que gera a menor participação feminina na força laboral, a maior ocupação em postos mais precários e a desvalorização econômica e social das tarefas tradicionalmente desempenhadas por mulheres e a o impacto das recentes mudanças nas políticas sociais, que atingem de forma mais contundente as mulheres.

As mulheres continuam sendo as mais afetadas pelas constantes mutações do trabalho que assoma-se com o desmonte do Estado promovendo retrocessos e aprofundando a subordinação pela lógica do capital. Ademais, elas continuam enfrentando a discriminação do mercado de trabalho que ainda segue o princípio hierárquico construindo seguindo o imaginário fálico. Para Hirata e Kergoat, (2007, p. 600) a forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores:

o princípio de separação, existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres e o princípio hierárquico um trabalho de homem 'vale' mais que um trabalho de mulher. Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. [...]Nessa lógica podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Sendo assim, o gênero é rebaixado ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a 'papéis sociais' sexuados que remetem ao destino natural[...].

A feminização da pobreza está relacionada às desigualdades de gênero, à inserção das mulheres no trabalho de baixa rentabilidade, precarizado, que aumenta as desigualdades socioeconômicas. Os calotes, os atrasos de salários e outros direitos trabalhistas não cumpridos pelas empresas, são pontos que constatamos no decorrer da pesquisa que reforçam a feminização da pobreza entre o segmento de mulheres terceirizadas. Jasmim (39) expressa o drama vivido como trabalhadora da modalidade terceirizada nos seguintes termos:

Depois de dois anos disseram que a empresa tinha falido. Sempre atrasavam nosso pagamento. Fui demitida por falência da empresa. Procurei um advogado pra entrar com o processo para receber 01 férias, 02 anos de décimo e 01 mês de salário, não recebi nenhum direito a mais. Essa empresa era contratada para prestar os serviços de limpeza e Manipulação de alimentos em todas as escolas da SEMED. Até agora não recebi nada. Quando essa empresa saiu, passei logo para outra empresa que passou a operar para a prefeitura, RCA-Construções Conservação e Serviços de Limpeza. Essa empresa continuou com os mesmos problemas da outra, atrasos de salários de 7 meses. Dessa vez a gente se juntou e colocamos na justiça, foi todas nós funcionárias, foi feito um acordo de parcelamento, só pagaram duas parcelas até agora (Jasmim, entrevista, 2019).

O jeito de como Jasmim expôs esses acontecimentos nos chamou a atenção para alguns aspectos, tais como: a voz suave, calma, doce, serena, não demonstrou desespero ou angústia. À primeira vista parece que esta mulher tem um jeito “inocente de ver os fatos” com o olhar de alguém que está sempre disposto a obedecer. Estas características lembram a educação feminina pautada na cultura do patriarcado, segundo a qual as mulheres tem que ser dóceis, sensíveis, obedientes, submissas e conformadas com a situação de aviltamento. De acordo com Costa (2005), até nos romances do século XX no Brasil as mulheres aparecem como figuras frágeis e submissas.

Não obstante, devemos ter cuidado com essa demonstração de comportamento calmo. Sua docilidade não significa que ela seja ingênua ou totalmente desconhecadora de seus direitos, isso pode ser notado na seguinte frase: “procurei um advogado pra entrar com o processo”. Ela não informou se foi orientada por alguém, mas com base em nossa observação, podemos dizer que mesmo com pouca escolaridade as mulheres não estão mais dispostas a tolerar os abusos, as humilhações e a total exploração por parte dos patrões. Elas têm avançado no protagonismo das diversas lutas, afirmando-se como sujeitos. Conforme Assunção (2013, p.71), “as mulheres que se organizam para enfrentar a exploração e a opressão de seus patrões fora de casa se fortalecem para também se organizar e lutar contra a opressão dentro de casa”.

Bruschini (1985, p. 49) destaca que “a divisão sexual do trabalho, de fato, é responsável pelo confinamento das mulheres em empregos de baixa qualificação e de salário inferior”. As mulheres foram vistas pelo capital como força de trabalho que dispensam a qualificação profissional, em virtude da educação sexista que receberam na família. Elas pareciam estar naturalmente, preparadas na atenção e perfeccionismo,

necessário ao trabalho industrial.

Estudos como o de Neves (2000) e Teixeira (2017), constataam que as mulheres estão concentradas em atividades menos qualificadas. Desde o período manufatureiro quando o mercado fez a separação entre operários não qualificados e qualificados, contexto em que o capital passa a explorar o trabalho das mulheres e crianças, essa inserção é marcada pela resistência dos operários homens.

Falquet (2016, p.43)<sup>18</sup>, chama a atenção para à urgência das análises sobre a “situação das mulheres não privilegiadas por sua posição de ‘raça’ e de classe, as quais constituem a maioria das classes das mulheres e a parte dessa classe mais afetada pela globalização, deve ser colocada no centro da análise”. Em relação às mulheres da Amazônia ocorre, conforme Torres (2005), uma tripla discriminação social. Trata-se da discriminação de gênero, étnica e regional.

Nesse contexto histórico da cidade de Manaus, em meio as reconfigurações dos mercados, as trabalhadoras locais são afetadas pela terceirização, principalmente nas instituições públicas. No trabalho terceirizado, nos serviços de merendeira e serviços gerais a maioria são mulheres. São poucos os homens, eles ajudam na limpeza, mas elas são responsáveis pela maior parte do trabalho, ou seja é um nicho onde a concentração da mão de obra feminina é bem expressiva, conforme detectamos no locus desta pesquisa. Açucena (56) narra essa situação da seguinte forma:

Aqui somos mais mulheres, tem só dois homens, um trabalha de manhã ou outro à tarde e vai até a noite, eles ajudam na limpeza quando tem homem eles ajudam na limpeza, mas somos mais nós, às mulheres que fazemos o que tiver as escola é grande, varremos, lavamos, ajudamos a servir merenda a gente se vira, subimos escada para limpar as telas do ar condicionado, para limpar os vidros é perigoso mas a gente arrisca tem que fazer. Os homens ficam mais no portão, auxiliam na entrada de alunos, por aí. Eles são das contratados pela empresa terceirizada assim como nós, e passam pelos mesmos problemas, de atrasos, calotes. Quando as empresas dizem que faliram ai já sabe pra recebermos só um milagre (risos). (Entrevista, 2020).

Açucena revela um problema corriqueiro pelo qual trabalhadores nessa modalidade de emprego enfrentam, o calote. Conforme o Dossiê da Central Única dos Trabalhadores (2014, p. 21), “quando se fala em terceirização no Brasil, o principal problema vivenciado pelos trabalhadores terceirizados é o calote”. O calote é

---

<sup>18</sup> A autora refere-se as mulheres da classe trabalhadora e das classe burguesa.

caracterizado pelo não pagamento das remunerações, rescisões e outras obrigações da empresa tomadora de serviços. Muitas vezes essa inadimplência trabalhista se dá no final do contrato ou durante o período que o/a funcionário/a ainda está sob a responsabilidade da empresa.

Foi o que aconteceu com as terceirizadas da Escola Municipal Presidente João Goulart. Em sua narrativa Margarida chama atenção para o seguinte:

Trabalhei 3 anos e 8 meses contratada pela RCA - Construções, Conservação e Limpeza Ltda. Agora estou trabalhando pela PRI - Apoio Administrativo e Operacional há 01 ano e 02 meses como merendeira. O contrato aa RCA com a prefeitura acabou em outubro de 2017, cheguei a ficar até 7 meses sem receber o salário. A empresa alegou falência, ficou devendo além de salários atrasados, férias, 13°. Negociamos eles parcelaram em três vezes, só recebi 02 parcelas. (Entrevista, 2019).

A RCA- Conservação e Limpeza Ltda estabeleceu contratos com a Prefeitura de Manaus para prestar serviço à Secretaria Municipal de Educação – SEMED. De acordo com os relatos de Margarida o tempo de prestação de serviços desta empresa com a SEMED foi marcado por atrasos de salários. Situações como esta tem impactado a vida das trabalhadoras que estão sob este regime de contratação. Um dos motivos pelo qual a terceirização tem sido pauta de grandes debates públicos por diversos segmentos da sociedade é que ela é uma forma de emprego que contribui para o aprofundamento das desigualdades e exclusão social.

A pesquisa documental detectou que no período de 2013 à 2020, quatro empresas tiveram contratos com a Prefeitura de Manaus. De acordo com as trabalhadoras, todas apresentaram problemas igual ao da RCA. Segundo elas, a empresa que tem apresentado menos problemas é a PRI, que continua com vínculo contratual com a Secretaria de Educação do Município. Baseado na pesquisa de campo, observamos que as empresas terceirizadas começaram a prestar serviço para a Prefeitura em 2007, conforme vimos na carteira de trabalho de Açucena, que antes trabalhava pela cooperativa.

<b>Empresa</b>	<b>Ano</b>
LBC – Conservação e Limpeza e Conservação	2013 – 2014 -2017-2018-2019-2020
JM - Serviços LTDA	2015
RCA - Construções, Conservação e	2015-2016-2017

Limpeza Ltda.	
PRI- Apoio Administrativo e Operacional	2017-2018- 2019-2020

**Quadro 1** – Empresas prestadoras de serviços terceirizados na Escola de 2013 a 2020  
**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2019/2020.

A situação vivida pelas mulheres terceirizadas na Escola Municipal Presidente João Goulart, cabe bem no título do livro de Coutinho (2015) “terceirização máquina de moer gente trabalhadora”. É de fato um volume de mazelas superpostas que as trabalhadoras estão sujeitas, são questões que no campo da análise social do trabalho requer uma profunda avaliação.

A avaliação crítica a respeito da terceirização e seus impactos na vida das mulheres é extremamente relevante, principalmente no que se refere a usurpação de direitos essenciais previstos na Constituição Federal, na ONU mulher, na Declaração dos Direitos Humanos, etc. As narrativas apresentadas nesse estudo e as literaturas utilizadas nas análises desvendam as novas e velhas formas de superexploração, as violências, a opressão e discriminação. Essas questões devem estar no centro do debate com reflexões profundas acerca das condições femininas no mercado de trabalho, pois são elementos que distanciam às mulheres da cidadania e intensificam as desigualdades de gênero, evidenciadas cada vez mais nesses tempos de incertezas.

### **1.3 Caracterização do Espaço Sócio Ocupacional das mulheres trabalhadoras terceirizadas**

O espaço sócio ocupacional é o ambiente onde os trabalhadores exercem seu trabalho na esfera pública . É o espaço onde as relações sociais se dão nas dinâmicas do dia a dia. Os diversos locais que habitamos ultrapassam o contexto da geografia física para se constituírem em ambientes de construções sociais onde os diversos atores interagem entre si no trabalho, na casa, na escola, nas cidades, nas ruas, sindicatos, movimentos sociais, partidos políticos e demais instituições. São espaços que os sujeitos ocupam, onde as dinâmicas sócio espaciais se entrelaçam, se reconhecem e se ressignificam constituindo práticas sociais. De acordo com Santos ( 2004, p. 261), o ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço. “A construção do espaço é obra da sociedade em sua marcha histórica ininterrupta”.

O espaço social é muito mais que um conjunto dos habitats. Bourdieu (2010.

p, 137) define a sociedade como um conjunto de campos sociais, onde ocorre lutas e interações. É “ um espaço multidimensional de posições tal que qualquer posição atual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes” . Este autor pontua, que o espaço, tal como nós o habitamos e como o conhecemos, é socialmente marcado e construído. Entender as interações que se constituem entre o social , o lugar e o cultural, também nos possibilita a compreensão das diferenças sociais e as dinâmicas hierárquicas presentes na tessitura social.

A Escola Municipal João Goulart possui uma relação muito peculiar com os moradores do Santa Etelvina, posto que antes da sua construção o espaço era um campo de futebol, onde nos fins de tarde e finais de semana os residentes do bairro juntavam-se para o futebol. Por dois anos no estabelecimento da escola funcionou o serviço de atendimento de alimentação aos moradores do bairro conhecido popularmente como sopão. No bairro todos conhecem como CIEP, era uma escola piloto que funcionava em tempo integral. Nos tempos do sopão dezenas de pessoas transitavam pelo espaço, onde hoje funciona o refeitório da escola e algumas salas de aula.

É neste contexto que são tecidas diversas relações sociais, não só entre professores e estudantes, mas com pessoas da comunidade que dão significado popular ao local. É neste lugar que já foi cenário de diversas dinâmicas e interatividade que estão presentes em seu interior as trabalhadoras participantes desta pesquisa, vozes que buscamos ouvir, considerando que as pesquisas na temática de gênero têm chamado a atenção para a necessidade de darmos visibilidade às mulheres e suas práticas sociais. Conforme Bourdieu (2012, p. 11),

Para compreender o que se passa em lugares que, como os ‘conjuntos habitacionais’ ou os ‘grandes conjuntos’, e também numerosos estabelecimentos escolares, aproximam pessoas que tudo separa, obrigando-as a coabitarem, seja na ignorância ou na incompreensão, mútua, seja no conflito, latente ou declarado com todos os sofrimentos que disso resultem, não basta dar razão de cada um dos pontos de vistas tomados separadamente.

O lugar nos instiga a compreender a pluralidade de relações dos sujeitos que estão na confluência da dinâmica urbana, levando em conta que essas pessoas também são partes dos fenômenos causadores da expansão da cidade, portanto, vivenciamos

diferentes problemas<sup>19</sup> que afetam determinados grupos. Na cidade de Manaus os espaços têm se modificado e interferido no tecido social, sobretudo no que diz respeito à necessidade de políticas urbanas como a melhoria do transporte público, da saúde, da educação, enfim, do emprego, o que exige o olhar da pesquisa para diagnosticar as demandas. De acordo com Cruz (2012, p. 43), “a produção das cidades na Amazônia resulta das dinâmicas de atores sociais com origens diversas, em períodos diferentes de sua constituição histórica, [...] pelas relações econômicas relacionadas à produção de territórios, considerando estes espaços como espaços de ações coletivas e de relações sociais[...]”.

Manaus, capital do Estado do Amazonas, localizada no centro da maior floresta tropical do mundo. O crescimento populacional da cidade de Manaus nas últimas décadas é significativo. De acordo com do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (2020) Manaus estima-se que Manaus tenha 2.219.580 habitantes, dos quais 51, 21% são mulheres, conforme as informações apontadas pela Secretaria Estado de Desenvolvimento Econômico Ciência, Tecnologia e Inovação (SEDECTI), é a 7ª cidade mais populosa do país. É a maior metrópole do Norte do Brasil e da Amazônia brasileira e o principal centro econômico da região com uma área territorial de 11.401,092 km<sup>2</sup>. Observamos que o crescimento populacional segue em curso desenfreado esvaziando principalmente o interior do estado. Ramos (2003, p. 99), assinala que o resultado do “processo migratório levou Manaus a concentrar hoje mais da metade da população do estado, atraindo o povo do interior do Amazonas e de outras regiões do país para a Zona Franca de Manaus”.

Os processos de migração na Amazônia brasileira têm se intensificado, sendo que é a cidade que mais cresceu nesse processo, em virtude da instalação do Distrito Industrial que ainda é o principal motor econômico existente na região, mesmo nesse contexto histórico de crescente desemprego. Deve-se reconhecer que a economia no estado do Amazonas gira em torno de Manaus, embora este não seja o único fator influenciador deste fenômeno. Conforme Melo e Pinto (2003, p. 16),

---

<sup>19</sup> - Nesse momento histórico, Manaus apresenta sinais de esgotamento na rede pública hospitalar, devido ao rápido aumento do número de casos de COVID-19. É o atual epicentro da epidemia na Amazônia. Essa situação expõe a gravidade da epidemia em contextos de grande desigualdade social e fraca efetividade de ações governamentais, em especial aquelas voltadas ao enfrentamento das desigualdades sociais e para a garantia e fortalecimento do Sistema Único de Saúde, que já apresentava sucateamento antes da pandemia. Ver: Orellana e Cunha et al (2020)- Explosão da mortalidade no epicentro amazônico da epidemia de COVID-19

O deslocamento para Manaus é um do processo que não pode ser analisado somente do ponto de vista da atração que a Zona Franca exerce sobre a população, mas, sobretudo, do ponto de vista da expulsão do lugar de origem, ocasionada por questões estruturais de uma sociedade gerida pela lógica do capital.

Em decorrência do fluxo migratório em curso, há impactos significativos no processo habitacional da cidade com o movimento de ocupação de terra. Conforme o IBGE (2010) a Zona Norte é a área mais populosa de Manaus, tendo registrado o crescimento populacional de 195,9% em 14 anos de 1996 a 2010, passando de 169.323 habitantes para 501.055. A Zona Norte que atualmente representa 27,8% dos habitantes de Manaus, em 1996 liderava como a quarta zona na lista das mais populosas, passando para o primeiro lugar em 2010. De acordo com estimativas do IBGE/2017, sua população era de 592 325 e a renda média por habitante de R\$ 891,40.

A Zona Norte de Manaus é uma região administrativa estabelecida pela Prefeitura de Manaus, é formada por 10 bairros<sup>20</sup>. Comporta a terceira maior área do município de Manaus, no total de 98,76 km<sup>2</sup> do município. Existem bairros bastante valorizados como a Cidade Nova e Nova Cidade, com comércio popular e muito movimentados, bairros estritamente residenciais e bairros com população de baixa renda como é o caso do Monte das Oliveiras, da Colônia Santo Antônio, o Lago Azul, o Novo Aleixo, o Novo Israel e a Colônia Terra Nova.

Nesse nucleamento de bairros há áreas de comércio pujante e variado. Dispõe de Terminal de Integração, como o terminal de ônibus 03, escolas públicas de qualidade, Instituto Médico Legal, o Hospital Universitário Francisca Mendes e o Hospital e Pronto Socorro da Zona Norte, dois shopping center: Sumaúma, Park Shopping e Via Norte; e o Centro de Convivência o Parque Estadual Sumaúma, a Reserva Adolpho Ducke e o Museu da Amazônia – MUSA, esta reserva é uma das poucas florestas primárias em área urbana do mundo.

É nesta Zona da cidade na qual o bairro Santa Etelvina está localizado, possui aproximadamente 26.260 moradores, composto por 13.184 homens e 13.076 mulheres de acordo com os dados obtidos do Censo do IBGE de 2010. O bairro inicia na Avenida Torquato Tapajós com o Igarapé da Bolívia, numa superfície de 669,45<sup>21</sup> ha. Antes pertencia à Zona Rural de Manaus, era formado por muitas chácaras. Conforme

---

<sup>20</sup> Cidade de Deus, Cidade Nova, Colônia Santo Antônio, Colônia Terra Nova, Lago Azul, Monte das Oliveiras, Nova Cidade, Novo Aleixo, Novo Israel e Santa Etelvina.

<sup>21</sup> Diário Oficial do Município, quinta-feira, 14 de janeiro de 2010. Ano XI, Edição 2365.

o Diário Oficial do Município o Santa Etelvina foi elevado à categoria de bairro em 1984, antes conhecido apenas como quilômetro 16 da Am-010, estrada que liga Manaus a Itacoatiara. O crescimento da cidade para a Zona Norte foi se modificando e agora é um dos bairros periféricos formado por várias comunidades que aloca escolas, hospital, UBS, feiras, condomínios. A área comercial popular é bastante movimentada.

Por meio do acesso ao documento que registra o histórico do bairro, encontrado na biblioteca da escola e com os relatos da gestora que é moradora antiga, sabemos que a formação do Santa Etelvina ao contrário de outros bairros não iniciou com ocupação de terras, foi instituído loteamento e repassados aos moradores que eram caseiros dos sítios. A área rural foi sendo habitada, abrindo os primeiros caminhos que viriam a se tornar ruas, dando início ao crescimento da região. Nos últimos anos as demais áreas do bairro e adjacências não escaparam das ocupações crescente, danando continuidade ao crescimento populacional da cidade. Para Cruz, (2012, p. 63),

A dimensão urbana na Amazônia resulta dos nexos estabelecidos por aspectos relacionados à exploração de recursos naturais, a produção de territórios, as políticas públicas, ao explosivo crescimento populacional, ao desempenho e impacto dos grandes projetos de infraestrutura e econômicos, à ocupação e disputa pelo espaço de moradia, ao planejamento do desenvolvimento urbano e territorial, que de modo conflituoso evidência processos de lutas sociais desencadeados pelo grau de segregação social e de disputa pela ocupação de lugares.

Com o crescimento da cidade para a Zona Norte, o bairro Santa Etelvina foi se modificando, tornando-se populoso constituindo-se num dos bairros periféricos formado por várias comunidades. Encontramos no bairro pessoas oriundas de outros estados, do interior, também de outros países. Aloca escolas (uma das escolas do bairro tem o nome de uma das primeiras moradoras do bairro, Elizabeth Beltrão), hospital, UBS, feiras, condomínios, Delegacia, Centro de Atenção Psicossocial, Centro Esportivo Amadeu Teixeira, além do comércio popular diversificado e movimentado.

No bairro Santa Etelvina também estão presentes algumas indústrias como a Dafra Motos, Bipacel e cozinha industrial, setores que empregam muitos moradores do lugar. Nos últimos anos o Centro de Treinamento do DETRAN - AM e o Shopping Manaus Via Norte passaram também a fazer parte do bairro. As principais vias de

acesso são a Avenida das Flores que interliga o Pólo Industrial de Manaus à rodovia AM-010, à Torquato Tapajós.

Localizada na Rua Samambaia S/N, no bairro Santa Etelvina, conforme a figura 1, a Escola Municipal Presidente João Goulart, locus desta pesquisa, é uma das primeiras instituições públicas construídas com o intuito de atender a demanda de crianças do bairro, conforme detectamos na pesquisa documental. Sob o Ato de criação Lei 0069/91, CNPJ- 01631858/0001-17, inicia as atividades escolares no dia 11 de dezembro de 1989, porém, o Complexo Educacional só foi inaugurado em 28 de setembro de 1990. Iniciou as atividades escolares em 1991 e foi construída para funcionar como CIEP<sup>22</sup> (Centro Integrado de Ensino Público), atendendo os estudantes em tempo integral. De acordo com a gestora, o nome da Escola é em homenagem ao ex presidente do Brasil João Belchior Marques Goulart, apelidado de Jango.

Com o crescimento populacional do bairro Santa Etelvina intensificou-se cada vez mais o número de crianças em idade escolar. Houve necessidade de aumentar o número de vagas para atender a demanda. Por reivindicação da comunidade, a Secretaria Municipal de Educação implantou em 1993 o sistema regular de ensino. O CIEP que inicialmente passou a atender cerca de 800 estudantes no horário diurno e 225 no horário noturno. Atualmente consta com 22 salas de aula e funciona nos três turnos: matutino, vespertino e noturno. Atende alunos do Ensino Fundamental I e II, e na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Desde 2018 atende o Projeto denominado Pro- jovem. Para Saviani (2014, p.20), “obviamente, cabe aos municípios manter escolas, em especial de educação infantil e de ensino fundamental, o que aliás, está prescrito expressamente no inciso VI do artigo 30 da Constituição Federal de 1988”.

---

<sup>22</sup> CIEP – Centro Integrado de Educação Pública, é uma escola modelo piloto implantada pelo prefeito da época Arthur Virgílio Neto, baseado no modelo dos Brizolões do Rio de Janeiro.



**Figura 2** – Frente do prédio da Escola João Goulart.

**Fonte:** Arquivo pessoal.

Os estudantes da escola são moradores do bairro e adjacências. A escola não é diferente do contexto em relação a diversidade de pessoas vindas de outros lugares, consonante com a formação populacional de Manaus e do bairro. No período da matrícula a escola é muito procurada, principalmente por estar localizada na área central do bairro, próximo a via principal de acesso ao bairro, a avenida Sete de Maio. Comporta um complexo formado pela principal feira do local, a UBS- Unidade Básica de Saúde, a Igreja e o CEMEI- Centro Municipal de Educação Infantil.

No âmbito pedagógico, recebe os Programas Federais que dispõem de recurso direto para a Escola como: PDDE Educação Básica e PDDE Estrutura e Escola Conectada, que são administrados por meio do Conselho Escolar, composto pela gestão, representante do administrativo<sup>23</sup>, da comunidade (que tenha filho/a matriculado na escola) e representante dos docentes. A escola desenvolve alguns projetos pedagógicos com o intuito de envolver os estudantes e melhorar o rendimento escolar como: Concurso da Escola Leitora, que é iniciativa da Secretaria Municipal de Educação, tendo como público alvo estudantes da EJA. Outros projetos desenvolvidos na instituição são Pró Curumim (introdução a linguagem de Programa e robótica), Horta na Escola e Ler é bom a qualquer hora.

Quanto aos índices de aprovação em 2017 o percentual era de 49%, em 2018 foi de 53, 68 e até o terceiro bimestre de 2019 o índice está em 67, 77 por cento. Segundo as informações da gestora, os índices de evasão e reprovação são frequentes na Educação de Jovens e Adultos. No desenvolvimento dos projetos a escola tem sido ganhadora de diversos concursos, desde 2014, tem tirado o primeiro lugar no concurso da Escola Leitora, também tem se destacado nas Ciências Robótica. De acordo com a

<sup>23</sup> - Servidor/a que trabalha na parte documental na secretaria da Escola.

gestora o que compromete os índices são as turmas de EJA Especial que não entram na estatística de aprovação, mas são computados em relação aos índices da escola, além dos altos dados de reprovação na EJA do Primeiro Segmento.

Atualmente a escola possui o corpo técnico e a estrutura física a seguir:

<b>Corpo Técnico Administrativo e Pedagógico da Escola</b>	
<b>Cargo</b>	<b>Quantidade</b>
Gestora	01
Professores	46
Administrativo	04
Alunos	1105
Merendeiras terceirizadas	03
Serviços Gerais concursadas	02
Serviços Gerais terceirizadas	08 - 6 são mulheres e 2 são homens.
<b>Estrutura Física da Escola</b>	
<b>Cômodos</b>	<b>Quantidade</b>
Sala da Gestora	01
Sala de coordenação pedagógica	01
Salas	22
Banheiros	04
Quadra Poliesportiva	01
Refeitório	01
Secretaria	01
Laboratório de Informática	01
Pátio	01

**Tabela 1** – Corpo técnico e estrutura física da Escola Municipal Presidente João Goulart.

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2019/2020.

Em relação à estrutura física, o prédio recebeu a última reforma em 2005. Nos últimos anos tem passado apenas por algumas pinturas. Ultimamente encontra-se bem deteriorado, principalmente os banheiros dos estudantes que estão em estado bem precário. A cozinha também apresenta alguns problemas em sua estrutura desde a precariedade de serviços hidráulicos até a falta de ventilação. Observamos também que a equipe de serviços não é suficiente para atender a demanda, considerando que é a maior escola municipal do bairro.

No início, as funcionárias do serviço de limpeza e manipulação de alimentos eram moradoras do bairro, contratadas por meio de cooperativa RDA e Contrato Temporário. Atualmente são concursados e terceirizados. O público de trabalhadores da escola também é consonante com a forma de como o bairro foi estruturado, com pessoas originárias de diversos lugares, semelhante a tantos outros bairros da cidade.

No relato de Diamante podemos visualizar melhor a situação do quadro de trabalhadores que estão nos serviços de limpeza e manipulação de alimentos.

Eu passei um tempo aqui em desde 1994 até 2005, vivenciei uma boa parte da história dessa Escola, fiz um trabalho aqui depois fui pra outra escola, retornei agora em 2018, e estou aqui até a presente data. O serviço de merendeira de forma terceirizada começou em 2005, de serviços gerais, em 1994 já existia através de cooperativa, todas eram moradoras do bairro. Até então a contratação desses serviços era através de concursos. Algumas mulheres que contribuíam com a escola fizeram concurso e passaram e outras foram efetivadas. Hoje nós temos 02 efetiva, 02 homens e outras 07 mulheres que são terceirizadas, todos eles trabalham as mesmas quantidades de horas. Funcionam 5 pela manhã e 3 pela parte da tarde. Não temos o serviço de vigia, a segurança é feito pelo monitoramento do Cose (Diamante, entrevista, 2019).

Pela fala de Diamante o processo de terceirização iniciou na prefeitura de Manaus a partir de 2005, e permanece até então. Várias empresas já passaram pelo processo de licitação com a prefeitura. A terceirização nas instituições públicas é uma realidade que acompanha a dinâmica neoliberal pautada no Estado Mínimo. Nesta configuração as instituições públicas passam a seguir a forma administrativa da gestão privada, sobretudo nos setores de serviços. O Dossiê da CUT, considera que essa mudança teve forte ênfase nos anos 1980 e 1990, a saber:

Durante as décadas de 80 e 90, a forte ênfase dada para a redução do tamanho do Estado e o combate à burocracia foram os pilares do chamado Plano Diretor de Reforma do Estado para a Administração Pública, implantado nos anos 1990. Surge, então, a concepção de Estado fundamentada no modelo de gestão do serviço, ou seja, na mudança da forma de propriedade do Estado (público e não mais estatal) e na forma de Administração (gerencial) absorvendo os princípios da gestão privada, transformando os serviços públicos em ‘mercadoria’ (CUT, 2014, p. 46).

A terceirização nos serviços de limpeza e manipulação de alimentos é uma prática nas escolas municipais de Manaus. O relato de Diamante também aponta a ineficiência do Estado em relação ao serviço público ofertado e a conivência destes

com setores privados. Outro fator que podemos observar são aos arranjos internos que os diretores de escola são levados a fazer para atender as demandas das comunidade escolar. Essas situações tem no mínimo tentado justificar a continuidade das relações de trabalho terceirizadas. Segundo Teixeira (2016, p. 24) “o fenômeno da terceirização, com origem na iniciativa privada, passou a ser visto como alternativa para os diferentes Estados, desta forma, inserindo-se no âmbito da Administração Pública. E tende a continuar. O quadro abaixo demonstra as empresas que prestam serviço na escola.

<b>Empresa</b>	<b>Ano</b>
LBC – Conservação e Limpeza e Conservação	Desde 2013
PRI- Apoio Administrativo e Operacional	Desde 2017

**Quadro 2** – Empresas prestadoras de serviços terceirizados que estão atuando.

**Fonte:** Pesquisa de Campo/ 2019.

De acordo com a gestora, estas foram as empresas que fizeram o último processo licitatório com a prefeitura de Manaus, nos termos da Lei 8.666/93. As trabalhadoras da escola são contratadas dessas empresas. As empresas uma vez vencendo a Licitação, fecham o contrato com a prefeitura, recrutam as trabalhadoras e enviam-nas para prestarem serviços nas escolas, porém, o acesso das mulheres à estas empresas nem sempre é direto, de acordo com os relatos das entrevistadas, muitas são indicações de gestoras, ou alguém que tem algum contado com políticos<sup>24</sup> que é envolvido nessa relação. As empresas contratadas da Prefeitura dispõem dos seguintes serviços: a LBC, é específica só de limpeza. A PRI presta serviços de limpeza e merendeira. A escola, locus da pesquisa, dispõe de 11 servidores em regime terceirizado, 04 servidores contratados pela LBC, 02 homens e 02 mulheres. 03 Merendeiras e 04 serviços gerais pela PRI.

As mulheres que estão sob o regime de terceirização na Escola Municipal Presidente João Goulart, na cidade Manaus, são parte do universo amazônico, encontram-se inseridas no processo de globalização dos mercados e avanço das políticas neoliberais. Problematicar a terceirização e precarização como faces da mesma moeda, é elaborar a crítica que discuta e visibilize os atores sociais, fazendo chegar à Ciência, as vozes das

<sup>24</sup> Isso explica o porquê são vistas em reuniões de campanha eleitoral no período da eleição

mulheres amazônidas que tiveram suas vidas transformadas com a chegada da indústria com a expansão urbana e as mudanças nas relações de trabalho.

A escola Municipal João Goulart é parte constitutiva do crescimento populacional fruto dos processos migratórios que trouxeram crianças, jovens e adultos para serem inseridos na própria escola. A instituição também é um lugar de relações tanto dos sujeitos que estão no interior da escola, como de outros que se utilizam desse espaço para outras atividades. Como espaços de relações é parte da comunidade. Os deslocamentos impactam e modificam o tecido social e criam outras necessidades.

Os deslocamentos sempre existiram na história humanidade, porém, a intensificação proporcionada pelo impulso do capital desde o século XX. Tem motivado grandes tensões nas sociedades, sobretudo nos centros urbanos que tem sido palco do amontoado de novos sujeitos excluídos, grupos levados à sujeição “natural” no sentido de venda da mão de obra por baixos valores, aceitando as incertezas no campo dos direitos trabalhistas. De acordo com Feldman Bianco (2015, p.53),

Vivemos hoje num mundo globalizado caracterizado por intensos deslocamentos sociais e ecológicos, expulsões, brutalidade e precariedade da vida humana. Numa conjuntura marcada por um capitalismo corporativo altamente destrutivo, esses deslocamentos e expulsões refletem o surgimento de uma nova lógica de exclusão social que está ampliando as desigualdades e criando contingentes de despossuídos.

É neste quadro que visualizamos as trabalhadoras que também são fração da comunidade escolar, estão presentes na dinâmica dos deslocamentos que constituem estratégias do capitalismo e metamorfoses do mercado e suas formas de exploração, sobretudo, da extração da força do trabalho terceirizado das mulheres. As mulheres que estão nos centros urbanos tem sido os principais sujeitos de exploração por parte do capital.

Na cidade de Manaus, como em diversas partes das grandes metrópoles, predominam os serviços de limpeza na terceirização, tanto em instituições privadas quanto públicas. As mulheres são invisibilizadas nesses serviços com baldes, vassoura, rodo, vestidas com uniformes etiquetados com a logomarca da empresa pela qual são contratadas. Passam praticamente despercebidas por todos que transitam nesses espaços. Nem todas percebem as condições nas quais estão condicionadas e os problemas que elas enfrentam, sobretudo no campo das fragilidades em relação aos direitos trabalhistas, e as violências que sofrem como as humilhações e os estigmas que permeiam suas vidas.

Esta realidade onde se avoluma a presença de mulheres nos serviços de limpeza e manipulação de alimentos, não está deslocada da expansão urbana, da forma como o poder ideológico do capitalismo provocou o esvaziamento do espaço rural, promovendo a abundância de mão de obra nas cidades transformando homens e mulheres numa legião de escravos modernos. Também não está deslocada do processo de industrialização dos megaprojetos, do crescimento latifundiário e das formas desiguais que estes processos se deram na Amazônia brasileira. É neste território onde a engrenagem universal do capital foi incorporada que a população local, sobretudo as mulheres, têm conseguido sobreviver e resistir.

O universo do trabalho feminino na terceirização no espaço amazônico é uma abordagem desafiadora, mas oportuniza uma reflexão sobre o efeito nefasto que as políticas neoliberais promovem, com consequências diretas na vida dos trabalhadores, sobretudo as mulheres, que são as mais vulneráveis à precarização e ao aprofundamento da feminização da pobreza.

## CAPÍTULO II – PRODUÇÃO DE VIOLÊNCIA SIMBÓLICA CONTRA A MULHER NO ÂMBITO DO TRABALHO TERCEIRIZADO NA ESCOLA PRESIDENTE JOÃO GOULART

*Estas mulheres querem respeito às  
minorias  
Para que elas não sejam feridas e nem  
injustiçadas  
A Terra precisa de solidariedade, boas  
ações e poesias  
Pois muitas almas ainda permanecem  
estilhaçadas!  
(Leny Mell)*

### 2.1 – Mulheres no trabalho terceirizado quem somos?

A pesquisa junto a essas trabalhadoras nos possibilitou conhecer, visibilizar e analisar numa perspectiva crítica suas realidades socioculturais e econômicas. Ao ouvi-las, vários elementos emergiram, tais como: origem, filhos, jornada duplicada, espaço e tempo no deslocamento casa/trabalho e o modo de como foram recrutadas para a atividade que desenvolvem na Escola. Conforme Oliveira (1996, p.31), ouvir tem uma significação específica para um cientista social, para isso, há de saber ouvir. Para esse autor, “tanto o ouvir quanto olhar são atos a rigor funções de um gênero de observação muito peculiar à antropologia [...] É o meio da qual o pesquisador busca interpretar, compreender a sociedade e a cultura do Outro ‘de dentro’, em sua verdadeira interioridade”.

Adentrar o mundo do trabalho dessas mulheres também supõe dar voz a elas, visibilizando-as em suas histórias de vida, como bem sinaliza Perrot (2017, p.199), “o que importa reencontrar são as mulheres em ação, inovando em suas práticas, mulheres dotadas de vida e não absolutamente autômatas, mas criando elas mesmas o movimento da história”. Nossa pesquisa com as mulheres trabalhadoras nos serviços terceirizados da Escola João Goulart, revelam que essas mulheres são chefes de família que, de certo modo, se sujeitam a aceitar as precárias condições de trabalho nessa escola por questões de sobrevivência de seu grupo familiar.

São mulheres na faixa etária entre 27 a 56 anos, a maioria se desloca das cidades do interior do Amazonas ou de cidades de outro estado, duas delas vieram ainda criança para a capital. Quanto à moradia, apenas uma mora em casa alugada. Quanto ao estado civil, três são casadas, uma viúva, uma nunca teve marido e cinco

relataram que já tiveram companheiro, mas agora estão solteiras. No quadro abaixo retratamos alguns elementos pertinentes à compreensão de quem são as trabalhadoras das empresas terceirizadas que prestaram ou ainda prestam serviço na Escola Municipal Presidente João Goulart.

<b>Participantes</b>	<b>Idade</b>	<b>Naturalidade</b>	<b>Estado Civil</b>	<b>Residência</b>	<b>Onde mora</b>	<b>Escolaridade</b>
<b>Violeta</b>	44	Alenquer/PA	Solteira	Casa Própria	Santa Etelvina	Ensino Fundamental inc.
<b>Açucena</b>	56	Santarém/PA	Separada	Casa própria	Com. Perpétuo Socorro-Cidade Nova	Ensino Fundamental inc.
<b>Azaleia</b>	56	Interior do Amazonas	Viúva	Casa própria	Santa Etelvina	Ensino Fundamental inc.
<b>Rosa</b>	43	Belém/PA	casada	Casa própria	Santa Etelvina	Ensino Médio inc.
<b>Jasmim</b>	39	Interior do Amazonas	solteira	Alugado	Parque São Pedro	Ensino Fundamental completo
<b>Perpétua</b>	27	Manaus/AM	casada	Casa própria	Conj. Buriti N. Cidade	Ensino Médio completo
<b>Vitória Régia</b>	56	Interior do Amazonas	Solteira	Casa própria	Santa Etelvina	Ensino Médio Completo
<b>Margarida</b>	44	Interior do Amazonas	Casada	Casa própria	Santa Etelvina	Ensino Médio inc.
<b>Orquídea</b>	44	Manaus/AM	Separada	Casa própria	União da Vitória	Ensino Fundamental inc.
<b>Amarílis</b>	50	Manaus/AM	Viúva	Casa própria	Santa Etelvina	Ensino Médio Completo

**Quadro 3** - Caracterização das mulheres ouvidas e suas identidades.

**Fonte:** Quadro Elaborado por Elisiane Andrade. Pesquisa de campo, 2019/2020.

A migração é um fator relevante identificado nesta pesquisa. Esta dinâmica,

no entanto, tem sido uma prática constante, desde os meados do século XX. O fluxo migratório para a cidade de Manaus<sup>25</sup> é estimulado por diversos motivos, dentre os quais, a implantação do Polo Industrial de Manaus<sup>26</sup>. As práticas de deslocamentos, todavia, também são um fenômeno a nível global decorrente do reordenamento mundial do trabalho. A migração é um ponto de impacto quando analisado como um fator que contribui para as mulheres sujeitarem-se às diversas formas de exploração da sua mão de obra, da exclusão e negação de sua cidadania, uma face da moeda que precisa ser visibilizada. De acordo com a Resenha Migrações na Atualidade vem ocorrendo constantemente um fenômeno chamado de feminização da migração<sup>27</sup> (2015, p. 2), o termo é utilizado para “designar essa maior visibilidade da participação das mulheres nos fluxos migratórios, evidência formas, desdobramentos, as diversidade de condições, circunstâncias a que enfrentam nos deslocamento”.

A feminização da migração para os grandes centros urbanos na Amazônia é um fenômeno que acompanha o fluxo Internacional, considerando que o capital integra-se e correlaciona-se com todos os espaços onde pode ser gerado mão de obra que supra seus interesses. A pesquisa realizada por Oliveira (2016), identifica três movimentos migratórios quais sejam: os que se deslocam de outros países e de outras regiões do Brasil em busca de trabalho nos grandes centros urbanos da Amazônia; os que se deslocam no interior da Amazônia das áreas rurais para as áreas urbanas, e os que se deslocam das pequenas cidades para as cidades maiores. Para essa autora, “esses três movimentos localizam as mulheres em esferas distintas nos movimentos migratórios e, por conseguinte, no mundo do trabalho” (OLIVEIRA, 2016, p. 177). Violeta explica o motivo da migração da seguinte forma:

Não lembro bem quanto anos já estamos aqui em Manaus, mas já faz tempo. Onde a gente morava era muito difícil de emprego, então a gente pensava que aqui em Manaus tinha mais oportunidades para conseguir trabalho e melhorar nossa vida. Aqui não tem sido fácil, já trabalhei muito em casa de família, agora estou aqui trabalhando na escola, a gente se vira. Foi aqui que nós decidimos ficar e continuar a

---

<sup>25</sup> O poder atrativo que Manaus exerce sobre as outras cidades do Estado e outras cidades é comprovado em diversos estudos, eis um dos motivos para a saída do lugar de origem. A economia do Amazonas gira em torno de Manaus, pois ela concentra 96, 72% das empresas implantadas e expectativas de emprego de todo o Estado. Ver Melo e Pinto (2003)

<sup>26</sup> O estudo realizado por Célia Santiago (2010) aponta que a maioria dos trabalhadores do D.I eram do interior do estado.

<sup>27</sup> Ainda que o ato de migrar traduza uma atitude de resiliência, ou seja, um ato de protagonismo e agência pois a migração consiste em uma estratégia de busca por melhores condições de vida para si e para suas famílias, é preciso notar a outra face da moeda: a da vulnerabilidade e a da maior exposição a condições de exploração.

vida. (Violeta 44, entrevista, 2020).

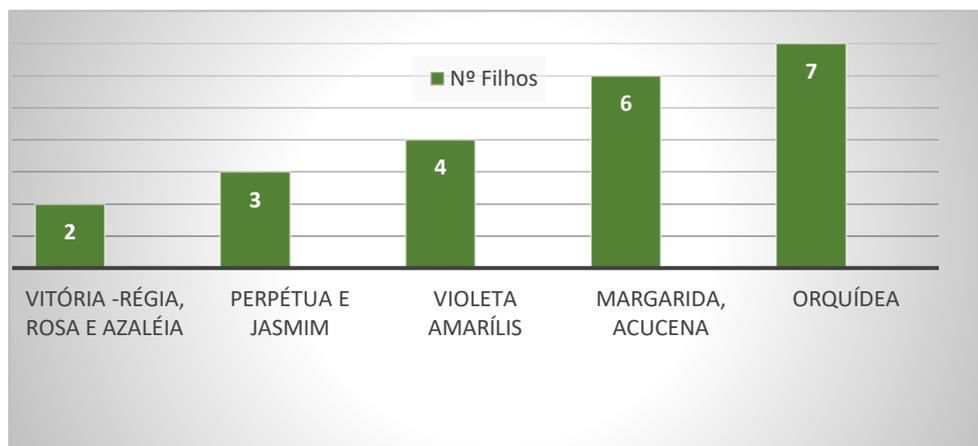
Nas dinâmicas desses deslocamentos em busca de melhores condições de vida, ou outras razões, elas se tornam alvo fácil para o capital. São diversos fatores que contribuem para as múltiplas vulnerabilidades. As pessoas recém chegadas num novo espaço tem poucas ou quase nenhuma relação com os moradores do local, tem pouco conhecimento sobre a dinâmica da cidade, se alimentar, obter moradia, por estes motivos elas acabam aceitando a primeira oportunidade que aparece e as condições estabelecidas. Em diversas circunstâncias submetem-se à exploração por parte daquelas/es que se aproveitam da condição das/os migrantes. Uma realidade muito bem retratada no filme Pão e Rosas. Esta situação foi expressada por Jasmim (39 anos) que aceitou ficar seis meses como voluntária em uma escola no bairro onde reside, com a promessa de ser contratada, assim que surgisse uma oportunidade de emprego (vaga), numa empresa terceirizada que prestava serviço nas escolas. Ouçamo-la:

Eu precisava trabalhar, não conhecia a cidade, aí fui na escola próximo de casa, conversei com a diretora sobre minha situação, e perguntei se tinha vaga pra fazer a limpeza da escola, ela me explicou como funcionava, que era através de uma empresa e pediu que eu ficasse como voluntária, até aparecer uma vaga nas empresas, aí ela indicava, foi o jeito que tivemos para garantir o emprego. Eu e mais três mulheres ficamos seis meses sem sermos contratadas. (Jasmim, entrevista, 2019).

A condição revelada na fala de Jasmim desnuda a realidade de quem sai do seu espaço para recomeçar a vida em outro lugar. Leva tempo para se inserir a nos novos espaços de sociabilidade, e se adaptar ao contexto do lugar. As mulheres como parte desse movimento precisam ser visibilizadas, de modo que as complexidades dessas dinâmicas e seus desdobramentos sejam trazidas para a análise da ciência. Elas que por muito tempo, e também muitas vezes, foram negligenciadas quanto às estatísticas migratórias. Conforme assinalam Rodrigues e Vasconcelos (2010, p. 348), “durante muito tempo, a contribuição das mulheres na migração foi negligenciada pelos dados estatísticos”.

Quanto à maternidade, esta pesquisa identificou que todas as mulheres entrevistadas são mães. A quantidade de filhos varia de dois a sete, conforme os relatos. Entre os filhos dessas trabalhadoras, alguns já são maior de idade, uns já casados, outros ainda são menor de idade. Orquídea é a que tem o maior número de filhos, entre elas. Vitória- Régia, Azaleia e Rosa são a que tem menos filhos. Três dessas mulheres

relataram que praticamente assumiram a responsabilidade a criação dos filhos sozinhas, porém, todas, mesmo com a presença de um companheiro sempre trabalharam para garantir o equilíbrio do sustento familiar. No gráfico a seguir demonstramos a quantidade de filhos revelado nas narrativas de cada participante deste estudo.



**Gráfico 2-** Número de filhos das participantes desta pesquisa.

**Fonte:** Elaborado por Elisiane de Andrade. Pesquisa de Campo 2019/2020.

Por muito tempo a sociedade patriarcalista legou o papel da mulher no campo da reprodução humana. A maternidade é considerada como um aspecto da “natureza feminina”, delimitando às mulheres o papel de parir, cuidar dos filhos do lar e do marido. Essas eram as tarefas pelas quais elas tinham a “habilidade natural”. Essa reprodução é fruto de um difuso trabalho coletivo. De acordo com Bourdieu (2018, p.14),

As experiências biológicas e os efeitos bem reais, que um longo trabalho coletivo de socialização do biológico e de biologização do social produziu nos corpos e nas mentes conjugam-se para inverter entre as causas e os efeitos, e ver uma construção social naturalizada, os ‘gêneros’ como habitus sexuados.

A maternidade na contemporaneidade ainda está associada à construção biologicista. As mulheres das classes mais abastadas e mais estudadas tem mais acesso aos serviços de saúde reprodutiva e a métodos de contracepção, de modo que, elas conseguem seguir um planejamento familiar. O estudo realizado pelo Fundo de Populações das Nações Unidas (UNFPA, 2018), sobre a fecundidade dinâmica da população brasileira aponta que, as mulheres no mais alto estrato socioeconômico

apresentam fecundidade abaixo de um filho por mulher. As mulheres mais pobres ainda sofrem com a falta de políticas públicas em relação à saúde reprodutiva.

Quanto às mulheres participantes desse estudo, observamos que mesmo sem um norteamento de planejamento familiar, a maternidade para elas não é vista como um peso ou imposição, apesar do número elevado de filhos, neste contexto. Muito pelo contrário, elas demonstram muita afetividade e alegria em serem mães. Há também a preocupação de dar melhores condições de vida para os filhos, esses fatores são perceptíveis na narrativa das trabalhadoras, assim como a importância do trabalho delas para a subsistência do lar. Esse é um fator que configura e confirma que a maternidade não é mais um motivo da reclusão das mulheres no lar e que a sua participação na vida pública aumentou significativamente, considerando que elas assumem-se também como sujeitos sociais e passam a “fazer frente à dominação androcêntrica”, (TORRES, 2005, p. 282), nos diversos espaços que passam a ocupar.

Com efeito, não convém, romantizar a maternidade, ela tem fortes implicações na vida das mulheres, há uma sobrecarga com os filhos e com os afazeres do lar, dentre outros fatores. Elas se desdobram entre a dinâmica da vida privada e a vida pública, não estão livres da dupla ou tripla jornada que ainda recai sobre as mulheres. Acordam cedo para começar a fazer as tarefas domésticas, atividades que são continuadas quando chegam em casa e/ou nos finais de semana. A maioria narra que não têm ajuda do companheiro ou dos filhos, as que são chefes de família, tampouco. É o que observamos no discurso da Vitória- Régia. Vejamos:

Tenho 56 anos moro no bairro Santa Etelvina sou de Parintins interior do Amazonas vim para Manaus com 10 anos de idade. Sempre morei no Santa Etelvina, tenho dois filhos, já são adultos. O mais novo já é casado e não mora mais comigo. Estou solteira, vivi um tempo com uma pessoa mas estou separada. Estudei até o Ensino Médio completo. Eu que sustento minha casa. Sempre criei meus filhos sozinha. Tenho casa própria e meu filho mais velho mora comigo. Faço as atividades doméstica sozinha, quando eu chego do trabalho ou então as 5 horas da manhã já deixo alguma coisa pronta e no final de semana eu lavo as roupas, adianto tudo. Para fazer as tarefas de casa eu só tenho ajuda de Deus. (Entrevista, 2019).

A narrativa de Vitória- Régia, reflete uma realidade presente diariamente na vida de tantas mulheres que se dividem entre o cuidado com os filhos, com os afazeres domésticos e com o trabalho remunerado. Elas são parte da construção da sociedade, assim como os homens, mas as vinte quatro horas do dia não são a mesma condição

para as mulheres com melhor poder econômico, nem para os homens, como é para as mulheres das classes populares, em relação ao uso do tempo. A temporalidade para elas se desenha de forma desigual, numa sociedade de classe, de prestígios e de divisão sexual do trabalho. No estudo apresentado por Bandeira e Preturlan (2016), as autoras afirmam que os homens economicamente ativos dedicam 10 horas semanais ao trabalho doméstico, enquanto as mulheres que também trabalham fora de casa, essa dedicação é de 20,8 horas semanais.

Ao mesmo tempo que o trabalho significa uma conquista, para as mulheres, o acesso à cidadania, a autonomia, a liberdade, por outro lado, tem um custo muito alto, uma vez que elas continuam sendo as responsáveis diretas pelos afazeres domésticos. Isso independente de os filhos já serem adultos ou crianças, estarem ou não com um companheiro. Esta sobrecarga interfere na qualidade de vida das mulheres, principalmente, por disporem de pouco tempo para o descanso, lazer, estudo dentre outros.

Essas desigualdades também aparecem no relato de Açucena. Vejamos:

Tenho 56 anos moro na Comunidade Perpétuo Socorro- Cidade Nova, tenho casa própria de alvenaria, mas não está terminada. Sou natural de Santarém Pará, tenho de seis filhos quatro homens e duas mulheres. Na minha casa mora eu e dois filhos os demais já casaram e saíram de casa. Sou solteira, mas vivi trinta e cinco anos com o pai dos meus filhos. Meu ex marido ainda mora em casa porque ainda não resolvemos o problema da casa e, ele não abre mão da parte dele. Eu começo a fazer minhas atividades antes de eu ir para o trabalho, quando eu chego vou terminar as minhas atividades domésticas, as roupas as vezes eu deixo para o final de semana. Eu me sinto cansada, não é fácil, mas tenho que fazer. Depois que termino de arrumar, fazer a comida e mais outras tarefas aí que eu vou descansar. Acordo sempre as 5h da manhã. (Entrevista, 2020).

Bandeira e Preturlan (2016, p. 52), consideram que “essas disparidades têm sérias consequências no que se refere à qualidade de vida e a inserção profissional das mulheres no mercado de trabalho”. Isso implica que uma vez nele, tendem a se concentrar em áreas associadas ao mundo feminino, que são simbólica e materialmente desvalorizadas. O cansaço, a exaustão e a fadiga são fatores que interferem na saúde delas e na sua disposição para o trabalho.

Elas passam oito horas do dia ou mais, de segunda a sexta-feira, cozinhando, lavando, varrendo, arrumando, e quando chegam em casa, as mesmas atividades continuam. Se veem condicionadas a continuarem uma jornada caracterizada como

extensão do lar e vice-versa, no trabalho como merendeiras e serviços gerais. Para Hirata (2002, p. 287-288), é interessante constatar que essas análises dos empregos de serviços “de ‘vizinhanças’ ou do surgimento de um ‘terceiro setor’ baseiam-se dentro de um questionamento renomado na questão da remuneração e, mais precisamente, da materialização do trabalho doméstico”. Ouçamos Amarílis sobre sua dupla jornada de trabalho:

Mesmo trabalhando fora de casa eu sempre fiz as coisas para os meus filhos, antes de sair para o trabalho gosto de deixar o café pronto e fazer o jantar deles quando chego no final do dia. Agora que eles já estão adultos, ajudam em algumas tarefas de casa, mas sempre sou eu que faço a maioria dos serviços domésticos. No domingo eu que preparo o almoço, meus filhos gostam da minha comida. Eu procuro me organizar e fazer as atividades de casa no decorrer da semana. (Entrevista, 2020).

Essas condições estão sob a égide da construção da estrutura social que ainda determina os papéis específicos de homens e mulheres que ainda permeia o imaginário social. Conforme Bourdieu (2018, p. 54), há uma “primazia universalmente concedida aos homens, se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, [...] baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social que confere aos homens a melhor parte”. De modo que, essas estruturas, historicamente são os mecanismos estruturantes que tendem a naturalizar a ordem social, conferindo às mulheres tais papéis.

Observa-se que não tem sido fácil a trajetória dessas mulheres no mundo do trabalho, além das implicações ao seu bem-estar em razão da dupla e exaustiva jornada. Nosso estudo identificou que independentemente de terem filhos menores ou não, a maioria das mulheres empregam grande parte do tempo com os afazeres do lar. Para Martha Valério, essas desigualdades de gênero ainda persistem em virtude do sistema patriarcal e capitalista que ainda persistem, vejamos;

Ainda vivemos num mundo patriarcal, machista, sexista e misógino, comandado por homens brancos e velhos. O sistema capitalista, é regido pelo capital, e o que importa é gerar lucro para os donos do capital, e as mulheres fazem parte do grupo explorado para a geração de renda. Enquanto existir o capitalismo existirá a desigualdades de gênero e de exploração. As mulheres são vistas por essa engrenagem, como parte a ser explorada e espoliada para gerar a riqueza dos homens brancos e velhos. Assim como as mulheres, a natureza também é explorada, estuprada e espoliada, por isso, precisamos destruir o sistema capitalista que aos poucos nos destrói e destrói a Terra. (Martha Valério, entrevista, 2020).

Por mais que aos poucos esteja surgindo gradativamente mudanças na divisão

das tarefas domésticas, no cuidados com os filhos e, que em alguns lares exista essa consciência por parte dos membros da família, a retórica da supremacia masculina é pujante. Conforme Biroli (2018, p.37), “a divisão sexual do trabalho não se organizou historicamente segundo um padrão único”. Para essa autora, há uma variante quando se analisa as relações de classe e raça. Para tanto, as hierarquias no mundo do trabalho não põem os homens no mesmo patamar. Dentre o conjunto das mulheres ouvidas nesta pesquisa, apenas uma declarou que o companheiro ajuda nas atividades domésticas. Perpétua (27 anos), entra no primeiro turno, ou seja, das sete às quinze horas, mãe de três filhos, casada, mora próximo dos parentes, num terreno que era da mãe, onde ela e seus irmãos construíram suas casas. Perpétua narra que tanto ela quanto o companheiro, que também trabalha numa empresa terceirizada, como serviços gerais, ao chegarem em casa realizam as tarefas de casa e cuidam das crianças, a saber:

Na minha casa eu e meu marido fazemos as atividades domésticas, graças a Deus ele me ajuda, enquanto estou lavando louça ele está limpando a casa ou dando banho nas crianças, as vezes eu faço o jantar, outras vezes é ele. É sempre assim, eu fazendo uma coisa ele outra. Enquanto estamos no trabalho contamos com a ajuda da minha cunhada, meus filhos ficam com ela até a gente chegar. (Perpétua, entrevista, 2020).

Os filhos de Perpétua ainda são crianças, ela e o marido saem cedo para o trabalho. Mesmo os dois trabalhando a renda da família não dá para contratar uma pessoa para fazer as tarefas do lar e cuidar dos filhos enquanto eles estão no emprego. O fato de morar próximo dos parentes é, de certa forma um alívio, no sentido de ela ter com quem contar para que as crianças não fiquem sozinhas. Pela falta de equipamentos públicos, as mulheres contam com uma rede de solidariedade, envolvendo parentes ou mulheres da comunidade que cuidam das crianças enquanto elas não estão na escola, (BIROLI, 2018).

A colaboração de uma parenta de Perpétua demonstra uma realidade comum vivida pelas mulheres de baixa renda que não têm com quem deixar seus filhos enquanto vão trabalhar. A ajuda de parentes e outros são alternativas encontradas, por elas, ao contrário das mulheres de segmentos sociais com melhor poder aquisitivo. Para Bandeira e Preturlan, (2016, p. 53),” os segmentos femininos populares acabam apelando para outros arranjos familiares e contam com a colaboração de filhas (os) mais velhas (os), parentela e vizinhança”. Para as autoras, poucas são aquelas que

conseguem remunerar outras mulheres ou encontrar outros arranjos alternativos para dar conta do trabalho reprodutivo no lar.

Romper com a naturalização dos papéis sociais atribuídos às mulheres requer uma profunda reflexão sobre a reprodução da cultura androcêntrica no lares. Apesar do amplo debate que se acirra no centro dos movimentos feminista desde de meados do século XX, as mulheres ainda contribuem mesmo em uma menor proporção, para a reprodução do patriarcado, sobretudo na educação dos filhos. Além de continuarem tomando pra si toda a responsabilidade pelos afazeres do lar, muitas vezes também reproduzem os discursos e práticas machistas em diversos espaços, mesmo que não seja de maneira intencional.

Essas desconstruções devem ser feitas tanto pela educação quanto no âmbito da família. A escola é uma instituição também responsável pela reprodução das desigualdades de gênero, contribuindo para a segmentação de gênero e estabelecendo papéis e comportamentos entre os sexos. Para Torres (2002, p. 67), “a educação formal também se encarrega de promover diferenciação entre os sexos não por respeito às especificidades de cada um, mas sim para tornar homens e mulheres desiguais dentro do processo social”.

Quanto à admissão dessas trabalhadoras nas empresas terceirizadas, identificamos que há relações de poder e influências de outras pessoas (amigos de parentes, gestoras de escola). Todas tiveram acesso às empresas e foram contratadas por indicação. Constatamos que as gestoras possuem certo poder e influência no que se refere à indicação de nomes para o trabalho terceirizado nas escolas. Essas relações de poder, muitas vezes não são vistas como tal, parecendo ser mais um gesto de solidariedade, pois, pela necessidade de emprego, o peso de uma indicação da gestora é sinônimo de contratação certa. A difusão e existência desses tipos de relação se constituem num poder paralelo que não deve ser ignorado. Para Foucault (2017, p. 282),

Trata-se, ao contrário, de captar o poder nas extremidades, em suas ramificações, lá onde ele se torna capilar, captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais principalmente no ponto em que, ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam, ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material, eventualmente violentos.

O tempo que estão no trabalho de merendeiras e serviços gerais tem variação

de dez a dois anos. Todas foram contratadas por intermédio de alguém, ou uma amiga, conhecida, ou amigo de alguém da família ou pela gestão escolar. Depois da indicação ou promessa de serem recrutadas o tempo de contratação remunerada, ou para receber seus proventos também variam. Perpétua revela este fato da seguinte maneira:

Fui contratada na empresa por meio de indicação. Minha mãe conhecia uma pessoa que trabalhava com o prefeito, aí ela falou para ele que eu estava precisando de emprego. Eu já estava terminando de receber o seguro desemprego da empresa que eu trabalhava antes. O amigo da minha mãe pediu meu currículo, em pouco tempo fui chamada pela empresa pra fazer a entrevista. Sou contrata como serviços gerais. Sou lotada semente nessa escola. (Perpétua, entrevista ,2020)

Vitória- Régia narra a forma de como foi recrutada da seguinte forma:

Entrei na empresa por meio da indicação de uma conhecida que tinha contato com alguém da empresa terceirizada. Fui levar meu currículo, quando eu cheguei na empresa eles falaram que tinha uma funcionária que precisava tirar férias, perguntaram se eu queria cobrir as férias dela, mas com a condição de receber meu pagamento somente depois de três meses, aceitei, pois eu precisava de emprego. Assim que completou o período das férias da funcionária, fui contratada como serviços gerais. (Vitória-Régia, entrevista, 2019).

A necessidade de trabalhar fez com que Vitória-Régia aceitasse a condição de ficar três meses sem receber, movida pela esperança de ser contratada. Essa situação desvela uma realidade vivida pelas mulheres das classes subalternizadas que necessitam trabalhar para garantir o sustento do lar. O capital se apropria dessas condições e encontra cúmplices. Para Passos (2018, p. 75), “tais elementos mostram o quanto o capital apropria-se da força do trabalho feminino”, isso em todas as dimensões. Na condição impostas às trabalhadoras, sugere a submissão, a docilidade, por serem mulher e as circunstâncias socioeconômicas.

As forças dominantes dão comando e, nesse caso, não está presente só a dominação para fins econômicos, há diversos motivos de submissão. Conforme Weber (1999, p. 139), “chamamos de dominação a probabilidade de encontrar obediência para ordens específicas dentro de um determinado grupo de pessoas. Não significa, portanto, toda espécie de possibilidade de exercer o poder ou influência sobre outras pessoas”. Para o autor em cada caso individual a dominação de autoridades legitimadas pode basear-se nos mais diversos motivos de submissão pelas formas de dominação, podendo estar associados a uma relação de interesses e vantagens para o sujeito dominado e também pode ser por puro hábito. Como observamos com certa

especificidade no que se refere a postura de algumas indicações e a forma estabelecida por quem contrata, condicionam, às mulheres, como podemos observar na narrativa de Jasmim. Vejamos:

Depois de 06 meses que eu estava como voluntária numa escola próximo da minha casa, a diretora levou nosso currículo, meu e de mais duas colegas, aí por indicação dela, fomos contratadas pela empresa JM – Conservação e Limpeza, que era a empresa que prestava serviços para a prefeitura de Manaus em 2013. Eu fui trabalhar na Escola Municipal João Goulart, como serviços gerais, minhas colegas foram para outras escolas. (Entrevista, 2019)

Rosa, outra trabalhadora, não passou pelas mesmas condicionantes que passaram Jasmim e Vitória-Régia, mas precisou da influência da gestora para conseguir o emprego, segundo sua narrativa,

Fui contratada pela empresa por indicação da gestora. Antes era uma outra gestora, falei que estava precisando de trabalho, ela falou com o encarregado, ele solicitou meu currículo, fui até a empresa entregar para a funcionaria que fazia a seleção, em poucos dias fui contratada como serviços gerais. (Rosa, entrevista, 2020)

Nossa pesquisa identificou que a inserção das mulheres nos serviços de merendeiras e serviços gerais na Escola Municipal Presidente João Goulart, se deu a partir de uma rede de influências, que não foge das diversas relações de poder que sempre estiveram presentes nas sociedades. De acordo com Foucault (2017, p. 284), “o poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor como algo que funciona em cadeia”. O início da relação trabalhadoras - empresas terceirizadas engloba uma rede de influências determinantes para o alcance de uma vaga de emprego, assim como o processo de gratidão ou sentimento de “dividas” capaz de irem às reuniões de candidatos políticos, panfletagens em tempos de campanha eleitoral, convidadas por alguém da administração escolar, para essas atividades. É uma forma de sentirem-se “seguras no emprego”. Essa situação não deixa de ser uma forma de coerção, uma violência dissimulada, praticada pela hierarquia no interior da escola. Não obstante, nenhuma delas sabe dizer se as empresas terceirizadas ao qual trabalham pertencem a algum político.

O jogo estabelecido entre indicação, contrato e contratadas, está relacionado à confiança em relação a quem indica, o perfil e gênero a ser contratado, há a preferência por mulheres para realizarem esses serviços na escola. Nesse caso, é central a divisão

sexual do trabalho e a naturalização de um espaço e atividade tipicamente feminina.

O recrutamento majoritário da força de trabalho feminino nessa atividade e a continuidade das mulheres em nichos feminizados e a jornada duplicada carregam uma carga simbólica muito latente, diante das raízes aos quais esses aspectos estão estruturados. Conforme Castoriadis (1982), “tudo que nos apresenta no mundo, sócio-histórico, está indissociavelmente entrelaçado como o simbólico.”

Essas trabalhadoras estão sob o julgo dessa carga simbólica, mas são mulheres extremamente dedicadas ao trabalho, são mulheres fortes, corajosas, mães, amigas, esposas. Mesmo com as adversidades que enfrentam no âmbito do trabalho e em outras dimensões da vida, elas se reinventam e buscam no trabalho não só um meio de sobrevivência, mas também de emancipação social.

## **2.2- Subjetividade e autoestima das mulheres pesquisadas**

Subjetividade é a singularidade de cada indivíduo e não tem uma medição de valor, depende do modo como cada um interpreta e se desenvolve conforme o meio social, cultural, econômico e onde vive. Por isso, também é um elemento integrante da vida social. A subjetividade é tudo o que envolve o inconsciente. É portanto, um produto do meio, onde o ser humano está inserido. Neste âmbito ele também produz a si mesmo num processo de hominização. As constantes transformações do mundo contemporâneo têm interferências significativas no modo de ser do indivíduo em todas as dimensões psíquico-sociais

Rolnik (1997) considera que a subjetividade é o perfil de um modo de ser, de pensar, de agir, de sonhar, de amar, que envolve o interior e o exterior do ser humano. De acordo com Lessa (2016, p. 99), na ontologia do ser social “a individualização e a sociabilidade, assim como a absolutamente necessária articulação reflexiva determinante entre essas duas processualidades, requerem a ativa participação da subjetividade”. Para Lukács<sup>28</sup>, o devir humano dos homens é puramente social.

Merleau-Ponty (2006, p. 399), afirma que a “a consciência do mundo não está fundada na consciência de si, mas elas são rigorosamente contemporâneas: para mim existe um mundo porque eu não me ignoro; sou não dissimulado a mim mesmo

---

<sup>28</sup> A esse respeito é sugestiva a leitura de Lessa (2016).

porque tenho um mundo”. Este autor discute a noção de consciência corporificada, em que o corpo não se assemelha a um objeto qualquer, considerando que este é o lugar privilegiado onde a subjetividade pode ser revestida numa situação física e histórica. Em sua percepção a afetividade adquire centralidade na conceitualização da subjetividade.

Para Guattari (2000, p. 31), “subjetividade não é passível de totalização ou centralização no indivíduo. Uma coisa é a individualização do corpo. Outra é a multiplicidade dos agenciamentos da subjetivação: a objetividade [...] é essencialmente fabricada e modelada no registro social.” A subjetividade resulta da interação do ser humano por meio das interferências socioculturais, influenciada pelos valores, comportamentos e sistemas econômicos vigentes na sociedade, num determinado espaço e contexto histórico.

No decorrer das narrativas das trabalhadoras ouvidas neste estudo vão emergindo as emoções que com os impactos ocasionados pelos atrasos dos proventos, vão vivendo a sua subjetividade em meio ao estresse, humilhação, tristeza, revolta e cansaço. A violação de direitos interfere tanto no campo psíquico da mulher, quanto em todo o contexto familiar, haja vista a falta de alimentos e outras privações. A vida pessoal dessas mulheres é fortemente atingida como podemos ver na narrativa de Açucena, a seguir:

Me sentia muito triste, porque eu trabalhava o mês todo e quando chegava minhas contas não tinha dinheiro pra pagar. As contas iam acumulando. Na minha família tudo ia se desmoronando, mas eu tinha que ficar de pé. Ficava tudo atrasado, tudo apertado mesmo. Minha filha estava trabalhando era com o pouco que ela ganhava que a gente comprava a comida. Mas tinha dia que eu não tinha nem o do pão. É muito difícil, as contas como água, luz não esperam por muitos meses. Teve situações em que ficamos sem gás em casa, já pensou, ninguém vive sem gás na cidade, é mais que necessário. (Açucena, 56, entrevista, 2020)

A tristeza é um sentimento que tem afetado os indivíduos no mundo do trabalho, movidos cada vez mais pelas incertezas. As mulheres ouvidas não tem certeza que no final do mês irão receber os salários e honrar com as obrigações, garantir o alimento para os filhos, lazer, vestimentas e demais necessidades básicas. Nietzsche (1978) caracteriza a expressão de tristeza como uma debilidade que paralisa o sujeito em momentos decisivos, a manifestação de tristeza é desprezível, pois se trata de um verdadeiro pregador da morte. Ou seja, a pessoa fica na desesperança, com sensação

de desânimo e vulnerável às dores.

O estudo realizado por Brant e Minayo-Gomez (2008), com funcionários de uma determinada empresa, aponta a existência da psiquitrização da queixa como fator expressivo que incidi no número significativo de afastamentos por neurose, estresse e depressão, o que os autores caracterizam como psiquitrização da tristeza. A pesquisa detectou que nesta empresa a segunda maior queixa expressada pelos trabalhadores, é a da psiquiatria. Os autores associam essa tristeza cravada nos corpos dos indivíduos do século XXI, às dinâmicas das novas relações de trabalho fundamentadas nos contratos temporários e deslocamentos constantes. Os trabalhadores transformaram-se em nômades com uma trajetória ocupacional instável e modos particulares de ser. O trabalho nos moldes atuais tem fortes impactos na vida das mulheres, conforme detectamos nessa pesquisa. Vitória-Régia, (56 anos) expressa suas emoções e seus sentimentos nesse contexto de incertezas, da seguinte forma:

Me sinto horrível, eu acordo cedo para vir em busca do pão de cada dia, cumpro meus horários, não falto, trabalho direitinho, e quando chega o dia de receber não ter o salário, é muito triste, desgastante para nós enquanto trabalhadoras. Nós sobrevivemos do nosso suor, trabalhando para comprar nossas coisas, nosso alimento, a gente se sente como uma pessoa até inútil. Trabalho com força, garra e não receber o que é de direito, é como se eu não tivesse trabalhando, essa é a sensação que sinto. (Entrevista, 2020)

A situação narrada por Vitória-Régia demonstra o mal ao qual elas são acometidas. O salário, é um meio de garantir a dignidade e, na medida em que a empresa burla o direito como usufruto de bens, o capital atinge a dignidade dessas mulheres. A moral tem uma forte representação simbólica, considerando que na sociedade os valores estabelecidos fazem com que as pessoas vivam com as preocupações sobre o olhar do outro.

O Comprometimento econômico causa a essas mulheres situações de constrangimentos, de modo que essas emoções produzem uma ferida moral. Na narrativa de Vitória-Régia, percebe-se que é o sentimento de perda do valor pessoal. A falta de valor financeiro incide diretamente na dignidade dessas mulheres e promove uma sensação negativa e depreciativa. Para Saffioti (2015, p. 124), “a marginalização das mulheres de certos postos de trabalho e de centros de poder cavou profundo fosso entre suas experiências e as dos homens”.

Quando as mulheres chefes de domicílio não conseguem suprir com as

regularidades das suas obrigações em relação aos pagamentos das contas básicas, sem condições de adquirir gêneros alimentícios, suprimentos essenciais, aflora o sentimento de inutilidade, a existência perde o sentido. São situações que tem impactos gigantescos na vida cotidiana delas. Ao mesmo tempo em que as mulheres avançam no mercado de trabalho, esse mercado suga delas seu tempo e as priva de bens essenciais, tornando suas vidas vulneráveis, separando-as do que poderia ser para elas o sentido da existência que é o trabalho. Elas não escondem as frustrações por não terem seu trabalho reconhecido. Azaleia (56 anos), expõe o que sentia mediante aos atrasos de salário. Vejamos:

Quando atrasava meu salário, eu me sentia humilhada. É como se a gente não valesse nada, como se fossemos um objeto qualquer. As contas atrasavam e quando eu recebia o dinheiro não dava para pagar tudo, porque o salário atrasava, mas a empresa não pagava com correções de juros por atrasos, mas as contas vêm com juros, não querem saber os motivos pelo qual a gente não pagava em dia. Eu ficava revoltada com essa situação, as vezes eu ficava estressada, triste. Eu era a primeira que chegava na escola, tinha que descongelar os alimentos para fazer a merenda. Pela manhã era bem pesado, muito cansativo, tinha que ficar tudo pronto até às 9h, horário que a merenda começava a ser servida para os estudantes. A gente tinha todo esse trabalho, pra não receber nosso salário no final do mês, é muito humilhante. (Entrevista, 2020).

A humilhação e o estresse são males que têm afetado fortemente mulheres e homens no mercado de trabalho contemporâneo. Uma pesquisa realizada por Papini e Pinto (2000, p. 30), na área da medicina, aponta que “o estresse não é uma doença, é o estado do organismo quando submetido a tensão. Numa situação estressante, o corpo sofre reação química. Em excesso pode prejudicar o organismo”. De acordo com os autores o estresse interfere em diversos órgãos, podendo ocasionar vários problemas como: aceleração da respiração, gastrite, úlcera, queda da libido, envelhecimento da pele, dentre outros.

A fala de Azaleia sobre a humilhação expõe um sentimento que faz a pessoa se sentir inferiorizado, rebaixada e atingindo intensamente sua autoestima, ocasionando dor. Azaleia narrou essa situação demonstrando muita tristeza, transparecendo o quanto a situação tem contribuído para aumentar os picos de estresse que estavam interferido principalmente na sua vida pessoal dentro de casa. Em estado de exaustão devido a carga pesada de trabalho, movimentos repetitivos, a lida em casa com o marido doente e o conjunto de diversos problemas foram alimentando a dor e conseqüentemente o

adoecimento. Azaleia narra como se deu essa situação do seguinte modo:

Eu tinha uma sobrecarga em casa, meu marido doente, meu trabalho muito pesado, atrasos de salários, não recebia meus direitos trabalhistas e tudo isso foi influenciando na minha saúde, não tenho dúvida. Fui adoecendo, tirava 15 dias de licença médica porque não aguentava, não me sentia bem de saúde. Fiz vários exames, fui diagnosticada com diabete e tendinite nas minhas mãos por conta dos esforços que eu fazia com as mãos e também porque as vezes a gente está na beira do fogo ai precisa lavar alguma coisa, a mão que está quente tem contato com a água fria, é tudo tão rápido que a gente nem percebe que está ficando doente, quando vem é tudo de uma vez. Quando os problemas de saúde começaram aparecer fui para a escola que fica ao lado da Escola João Goulart, porque era menor e tinha menos estudantes. Lá a diretora não aceitava minhas licenças médicas, então ela pediu para o meu chefe me substituir. Logo depois fui demitida, mas eu acho que eles não deveriam ter me demitido, fiquei doente no trabalho. Só sei que por último veio a depressão, mas já estou melhor. (Entrevista, 2020)

Na narrativa de Azaleia emerge um conjunto de elementos que culminaram com o seu adoecimento. A permanência nessa modalidade de emprego tem atingido de forma contundente as mulheres e tem impacto significativo na saúde. O desencadeamento da depressão sem dúvida é resultado da tripla jornada e do abalo psicológico, causado pelo ataque a sua dignidade por parte dos patrões.

De acordo com a OMS (2017), a depressão é considerada uma enfermidade que se espalha velozmente em âmbito mundial, este é um tema de destaque no âmbito da saúde. As mulheres são mais afetadas pela depressão do que os homens. É um tipo de transtorno psíquico que tem levado muitas pessoas ao suicídio. Os casos de pobreza e desemprego estão na lista das circunstâncias em que uma pessoa pode desenvolver a depressão.

Essas trabalhadoras são acometidas por uma dor psíquica tão agressiva quanto a dor física, que atravessa toda a existência do ser mulher. Inconscientemente, as vezes, elas não sabem que estão sendo exploradas, não percebem que a dor que elas sentem é uma violência simbólica. Essa violência incide na saúde, na subjetividade das mulheres, a dor que elas sentem interfere na saúde e atravessa a alma da pessoa, atinge a psiquê e interfere na autoestima que faz a mulher pensar que é incapaz, inferior, rebaixada. Para Bourdieu (2018, p.235), “a violência simbólica pode, de alguma maneira, ser mais ‘gentil’ do que a violência física, mas não menos real. O sofrimento é o resultado de ambas as formas de violência”. É preciso atentar para ver como a violência simbólica se manifesta nos diversos espaços da vida cotidiana e suas origens

socioeconômicas e culturais.

As recentes mudanças nas políticas sociais sem dúvida atingem de forma mais contundente as mulheres. De acordo com Oliveira (2003), o Estado não representa apenas os interesses do capital, todavia os expressa. O capital explora, subjuga e quando o corpo que trabalha adoece é logo descartado, foi que o ocorreu com Azaleia. Conforme Torres (2005), ao capital só interessa o corpo que trabalha. Azaleia sofreu retaliação por parte da gestora, em virtude das constantes licenças médicas. A gestora prestou queixa ao encarregado da empresa terceirizada e pediu sua substituição, o que ocorreu.

O trabalho que deveria ser uma forma de alcançarem a realização pessoal, a garantia da sobrevivência tem se transformado em sofrimento e dor. A dor é muito estudada no campo da psicanálise. Freud (1925), compara a dor ao luto, estimulada pela sensação de perda. A dor tem uma experiência única e não pode ser mensurada, está associada ao sofrimento, à falta de consciência de si mesmo, a dor emocional é equivalente à dor física.

Nas empresas terceirizadas a mão de obra, além de ter pouco valor é descartada com mais facilidade e a substituição não representa nenhum problema para o empregador. Não há nenhuma interferência por parte da SEMED, o problema “não é dela”. Essa é uma dinâmica comum no trabalho terceirizado. O fato ocorrido com Azaleia é uma realidade naturalizada e invisibilizada que atinge as mulheres que são maioria no setores de limpeza e merendeira.

O adoecimento das mulheres no trabalho tem sido cada vez mais frequente, principalmente pelo fator tempo, que elas não dispõem para buscarem os serviços de saúde. Elas também evitam com receio dos descontos das faltas. Muitas empresas não oferecem plano de saúde como é o caso constatado nesse estudo. Em diversos postos de trabalho não há preocupação por parte dos patrões com a saúde das trabalhadoras como aponta o estudo de Assunção (2013), Nogueira (2011) e Torres (2005). Muitas mulheres quando vão ao médico já estão com a saúde bastante comprometida. A tendinite, que também afetou Azaleia é um problema que vem atingindo significativamente as mulheres em diversos setores, conhecido cientificamente como, Dort, que é originado no trabalho. Segundo Nogueira (2011, p. 77), “o Dort, significa distúrbios osteomuscular relacionado ao trabalho. É exatamente igual a LER, porém, identifica claramente a origem do problema: o trabalho”. No trabalho de merendeira elas estão expostas a adquirirem esse tipo de problema.

O adoecimento, nesses casos, é causado pelos movimentos repetitivos e as péssimas condições de trabalho, somados às humilhações que impactam na saúde psíquica e física. Detectamos que há banalização em relação aos cuidados básicos de segurança, deixando-as em situação de vulnerabilidade à doenças, como alergias, por exemplo. Conforme a narrativa de Vitória-Régia:

Trabalho há quatro anos aqui, sou alérgica a água sanitária. Essa alergia eu contraí aqui porque eu tomo conta dos banheiros e uso muita água sanitária para ajudar amenizar o odor. Eu tomo antialérgico sempre. Não informei o encarregado, porque só afeta mais quando eu não tomo o remédio. Aqui no trabalho não uso nenhuma proteção como: máscara e luva. A empresa não se preocupa, acho que eles imaginam que não há necessidade, ou porque ainda não fui ao médico solicitar o atestado comprovando que eu sou alérgica a esse produto de limpeza e depois apresentar na empresa, é assim que funciona. Antes eu comparava uma máscara azulzinha, mas eu nunca mais encontrei. (Entrevista/ 2020)

A narrativa de Vitória-régia evidencia a negligência das empresas quanto à ausência efetiva de uma política de segurança e saúde que proporcione condições adequadas para salvaguardar a saúde das trabalhadoras. É responsabilidade da empresa é fornecer os equipamentos de proteção individual e garantir um ambiente de trabalho saudável. Para Coutinho (2015, p. 227), “a terceirização da mão de obra desafia a Constituição Federal, ao aniquilar a possibilidade da mais remota chance de oferecer um ambiente saudável de trabalho aos empregados subcontratados”. Os problemas externados nas narrativas presentes nesse estudo demonstram o quanto a autoestima dessas mulheres é atingida.

Para Schultheisz e Aprile (2013, p. 37), “autoestima é considerada um importante indicador da saúde mental por interferir nas condições afetivas, sociais e psicológicas dos indivíduos. Interfere na saúde, no bem estar e na qualidade de vida da população em geral”. O infortúnio pelo qual elas passam na vida privada e pública tem posto essas mulheres em situações adversas. Este sofrimento mental pela qual elas são submetidas também é uma estratégia do capital, cujo processo desumanizador causa adoecimento. Para Nogueira, (2011, p. 84) “o sofrimento mental surge como intermediário necessário para a submissão do corpo”.

Detectamos que a segregação ocupacional e vertical também são um elemento que contribui para a inferiorização do trabalho das mulheres que interfere na autoestima, pois essas trabalhadoras encontram-se sem qualquer possibilidade de ascensão profissional. Se em outros setores pudessem galgar espaços mais

privilegiados a autoestima dessas mulheres seria potencializada e elevada. Para Teixeira (2017, p. 83), “a ausência de promoção também se constitui em uma prática discriminatória, identificada como segregação vertical, que impossibilita às mulheres ascenderem profissionalmente”. Na narrativa de Perpétua percebemos essa impossibilidade, vejamos:

Não temos chance de melhorar de cargo. Nessa empresa acho muito difícil, eu não tenho conhecimento se a empresa promove trabalhadores do serviço geral para outras atividades. Aqui não é ruim, não me sinto escravizada, a gente senta, a gente rir, conversa. No horário da manhã é mais puxado, depois dá uma acalmada, mas sei que tem emprego melhor. Tenho intenção de arrumar um emprego melhor, mas por enquanto vou ficando por aqui. (Perpétua, entrevista, 2020)

Esta impossibilidade está associada às desigualdades estruturais de gênero, as continuidades das dissimilaridades que inferiorizam as mulheres onde o estigma da pobreza é cada vez mais determinante na vida delas por distanciá-las, por exemplo, da aquisição de bens materiais e a melhores condições e qualidade de vida. Para Hirata (2017, p. 148), “um indício da desigualdade está na segregação horizontal e vertical: as mulheres não têm acesso às mesmas profissões que os homens, estão limitadas a um número restrito de atividades”. Nossa pesquisa com as mulheres no serviço de limpeza e manipulação de alimentos comprova que não há um horizonte que caminhe para as promoções delas. Essa é uma realidade tanto no Brasil, como em outros locais como a França, por exemplo<sup>29</sup>.

Essa realidade não é por falta de competência feminina, mas principalmente pela carga cultural simbólica que ainda é muito latente na sociedade, voltada para o fato de que as mulheres devem assumir postos de trabalho subalternizados. Bourdieu (2018, p. 85) assinala dizendo que essa lógica que tende produzir encontros harmoniosos, as mulheres cumprem “com felicidade as tarefa subordinadas ou subalternas que lhes são atribuídas por suas virtudes de submissão, gentileza, de docilidade, de devotamento e abnegação”.

As imbricações de gênero constitui-se no fator determinante para a predominância da força de trabalho feminina em ocupações como limpeza e preparação de alimentos<sup>30</sup>. Mesmo em tempos de crises e de desemprego acirrado, o

---

<sup>29</sup> Sobre esse assunto sugerimos a leitura de Hirata (2017).

<sup>30</sup> As diferenças codificadas como ‘naturalmente’ femininas ou masculinas, imprimindo às vivências

capital sabe como e onde alocá-las. O representante do Ministério Público do Trabalho revela o seguinte:

As empresas de conservação e limpeza é um segmento que ainda absorve muitas mulheres, sobretudo, por estar dentro de uma escola pública. Parece que há uma preocupação maior em relação sensibilidade das mulheres de lidar com crianças. (Pedro, entrevista, 2019)

O caráter simbólico do papel estabelecido para as mulheres na sociedade tem contribuído para a segregação delas em nichos como trabalho com crianças. Conforme Bandeira e Preturlan (2016, p. 50), “a subordinação do trabalho reprodutivo e produtivo está vinculado às relações de dominação de gênero, que subalternizam simbólica e materialmente as mulheres e suas atividades, áreas e dimensões da vida social e tempos pessoais a elas associadas”. Para a autora poucas são as mulheres que conseguem remunerar o trabalho reprodutivo em seus lares, as mulheres ainda continuam sobrecarregadas com o trabalho da casa e no cuidado com todos os membros da família, são essas mulheres das camadas com menor poder aquisitivo que em sua maioria estão vinculadas aos empregos caracterizados como extensão do domicílio.

O aspecto familista de cuidado com crianças explica a forma de como elas são recrutadas para o trabalho em profissões feminizadas, em atividades relacionada ao asseio, cuidado, babás, educação, dentre outros. Isto mostra, as continuidades da divisão sexual do trabalho. Nessa lógica as mulheres estão aptas para exercer funções que na ordem “natural” são atribuídas a elas. Conforme Teixeira (2017, p. 67):

Elas estão concentradas em atividades ligadas à educação, saúde, serviços sociais e trabalho doméstico remunerado, reafirmando a divisão sexual do trabalho e os papéis associados ao gênero como elementos estruturantes de um modelo de sociedade patriarcal e capitalista.

Essa é a mística criada sobre as habilidades das mulheres, o aspecto doméstico de limpar, cozinhar e lidar com crianças, dentre outras, são predisposições “automáticas” do ser feminino. Conforme Fonseca (2000, p. 100), “a feminilidade, nesse sentido, se constitui desde a ausência da razão, caracterizando-se por um conjunto de atributos que giram em torno do sensível, do intuitivo, do emocional”.

As situações nas quais as trabalhadoras são submetidas também faz com elas

---

uma concepção dual e binária de gênero, decorrem da atribuição distinta de habilidades na construção da vida de homens e mulheres. (Ver Biroli, 2018)

inconscientemente contribuam com as práticas que as desvalorizam no campo de trabalho com inferências nos demais campos da vida. Para Castoriadis (1982, p. 131), “a alienação encontra suas condições, para além do inconsciente do indivíduo e da relação intersubjetiva que aí se joga no mundo”. Para este autor, as instituições são efetivamente alienantes.

Mudar essa realidade elucidada neste estudo requer um esforço coletivo, no âmbito familiar e demais instituições, sobretudo, a escola que deve se ressignificar e olhar os indivíduos na sua totalidade e completudes. Friedan, (1971, p. 316), considera que “a própria educação pode ajudar a proporcionar essa nova imagem, tão logo cesse de contemporizar com a antiga ideia do ‘papel feminino’. Tanto para a mulher como para o homem, a cultura deve ser a matriz da evolução humana”.

Para Morin (2000, p. 41), “a educação do futuro deverá ser o ensino primeiro e universal, centrado na condição humana. Estes devem conhecer-se em sua humanidade comum e ao mesmo tempo reconhecer a diversidade cultural inerente a tudo que é humano”. Acreditamos que esse repensar é um caminho viável para tirar das mulheres a carga que puseram sobre elas, e fazer com que os espaços de trabalho propiciem mais momentos de leveza e fortalecimento de laços solidários.

No tempo em que estivemos com as mulheres entrevistadas constatamos que a escola não é simplesmente só o lugar de trabalho dessas mulheres é também um espaço de interação social, de fortalecimento de laços de amizades, de compartilhamento de tristezas e adversidades, mas também de alegrias. Quando Perpétua em seu discurso diz “eu não me sinto escravizada, aqui nós temos momentos que a gente senta, conversa e sorrir” (entrevista, 2019), não compreendemos que há conformação extrema com as condições de trabalho na qual ela se encontra, mas sim que a escola é um espaço de sociabilidade e de construção de laços e pertencimento. Um espaço onde ela se sente segura. Sobre a permanência e momentos vividos na Escola Vitória-Régia narra o seguinte:

Eu sou a mais antiga aqui, é comum eu ouvir: mulher tu ainda está por aqui! Todo mundo me conhece, sou a veterana. Continuo aqui porque é um ambiente de trabalho que a gente se sente segura comparado a outros locais. Aqui é bom, nunca tive inimizade com ninguém, tem umas conversas de vez em quando mas nada grave, eu também não dou confiança. Eu acredito assim, se Deus abriu essa porta aqui nessa escola pra mim, é porque ele tem algo de bom pra mim. Muitas vezes passamos por um deserto por falta de sabedoria, mas tenho muita fé em Deus, sou evangélica e acredito que as coisas podem melhorar. (Entrevista, 2020)

Na narrativa de Vitória-Régia percebemos que a esperança é um sentimento que move, que vivifica essas mulheres. O ambiente de trabalho, como podemos confirmar na fala de Vitória-Régia, também reforçado por suas colegas, não é hostil. A escola é um espaço social e há tensões, mas há também construção de amizades, solidariedade, choros e diversas outras emoções e reações expressadas.

Elas encontram uma na outra suporte para segurar os momentos difíceis a qual são acometidas. A pluralidade de vozes presentes nessa pesquisa nos permite olhar as relações no interior da escola por diversos prismas e revelar realidades muitas vezes invisibilizadas, que estão na contramão da história contado pelo lado de fora. Conforme sinaliza Bourdieu (2012, p. 12),

É no interior da cada um dos grupos permanentes (vizinhos de bairro, ou do prédio, colégios, de escritório etc.), horizonte vivido de todas as experiências que são percebidas e vividas, com todos os erros (principalmente de perspectivas), resultado do efeito da tela as oposições, em matéria de estilo de vida, sobretudo, que separam classes, etnias ou gerações diferentes.

As trabalhadoras vieram de lugares diferentes mas no interior da escola compartilham suas experiências, nesse espaço elas ampliam e fortalecem os laços com estudantes, com as mães, professoras e demais agentes sociais que adentram a escola. Na maioria das vezes, elas estão sempre com um sorriso no rosto e são muito solícitas e gentis. Esse espaço pode parecer neutro, mas não é. Os espaços sociais não são apolíticos, há opiniões divergentes, tensões, retomadas de consciência e espírito de coletividade.

Ademais, a tomada de consciência das vozes visibilizadas neste estudo reafirmam que as mulheres não são só um corpo que trabalha, são corpos que pensam, que sentem, que sonham e acima de tudo, são sujeitos com direito à cidadania, que não aceitam mais a desumanização e o aviltamento recorrente de uma sociedade que vive sob o auspício do capitalismo.

### **2.3 O Caminho das pedras: denúncia de violência ao Ministério Público do Trabalho**

Historicamente a relação capital/trabalho sempre se deu mediante às práticas de violências por parte do Estado e da classe dominante com vista suprir às

necessidades econômicas, recorrendo ao controle dos meios de produção para o acúmulo do capital. Foi com o uso da violência que os camponeses foram expropriados de suas terras. Com a Lei dos Cercamentos o Estado legitimou o uso da violência forçando a transformação de camponeses em operários assalariados precarizados nas fábricas. Para Luxemburgo (2018, p. 117), o “capital não conhece outra solução senão a da violência, um método constante da acumulação capitalista no processo histórico, não apenas por ocasião da sua gênese, mas até mesmo hoje”.

Nestes tempos contemporâneos as práticas de violência pelo capital continuam, mesmo sem o uso da força física, mas, explícita, na fragilidade das relações de trabalho, na produção de uma população excedente nos centros urbanos, estratégia perpetrada desde o início da indústria, que se avoluma nos últimos anos. A classe trabalhadora é subjugada ao aviltamento, principalmente com o recuo dos direitos trabalhista, com o desmonte do Estado e o avanço da agenda neoliberal.

O ano de 2017 marcou o protagonismo das trabalhadoras das empresas terceirizadas que prestam serviços nas escolas municipais de Manaus, na luta por direitos trabalhistas. Exauridas das promessas dos patrões que iriam receber seus proventos atrasados, férias, vale-transporte, vale alimentação, dentre outras garantias, decidiram dar visibilidade aos problemas enfrentados por elas, fizeram manifestações, tornando pública a sua situação. Passavam-se os meses e tudo continuava sem solução dos problemas enfrentados. Recorreram ao Ministério Público do Trabalho (MPT), e formalizaram coletivamente a denúncia. Este tem sido o caminho de milhares<sup>31</sup> de trabalhadoras/es que estão na modalidade de contrato terceirizado, enfrentando condições vulneráveis das relações de trabalho, cada vez mais aprofundadas pela flexibilização da legislação trabalhista e social. Essas questões tem motivado constantes greves.

Essas questões tem sido motivo de constantes greves<sup>32</sup> de trabalhadores terceirizados no Brasil. O Ministério Público do Trabalho (MPT), é o ramo do MPU que tem como atribuição fiscalizar o cumprimento da legislação trabalhista quando

---

<sup>31</sup> É prática das empresas contratadas pelo setor público violarem os direitos trabalhistas. Motivo pelo qual é comum o Ministério Público do Trabalho (MPT) mover ações na justiça para intervir na relação entre governo, empresas terceiras e trabalhadores terceirizados ( Ver CUT, 2014).

<sup>32</sup> Embora não se disponha de estatísticas oficiais sistematizadas por outras instituições acerca desse processo, em consultas a alguns jornais da grande imprensa, é possível perceber que diariamente há notícias sobre movimentos grevistas de trabalhadores de empresas terceirizadas que, na sua maior parte, reivindicam pagamento de salários atrasados, décimo terceiro, férias e depósitos do FGTS (Ver Druck, 2011).

houver interesse público, procurando regularizar e mediar as relações entre empregados e empregadores. Cabe ao MPT promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho para defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados direitos sociais constitucionalmente garantidos aos trabalhadores.

No decorrer das narrativas das mulheres ouvidas neste estudo visualizamos diversas violências que elas sofrem na modalidade de trabalho no qual estão inseridas. A violência não é um fenômeno que se inicia no capitalismo, conforme sinaliza Souza (2013, p. 225), “se amplia e se agrava porque a condição de trabalhador assalariado potencializa a produção desigual da riqueza, tornando os próprios homens que a criam reféns da inexorabilidade da violência no capitalismo”. Os postos de trabalho na contemporaneidade tendem a aumentar as tensões entre empregados e patrões, justamente por conta das fragilidades no campo do direito.

Para Druck (2011, p. 51), “a violência da ofensiva liberal no contexto da globalização foi de natureza material e simbólica.” Esse ataque por sua vez afeta todas as dimensões da vida da classe trabalhadora que se vê refém desse processo. As práticas das empresas pelas quais as participantes desse estudo são contratadas demonstram os impactos da ofensiva neoliberal sobre a vida das mulheres. Elas são condicionadas a constrangimentos e privações dentre outras implicações, conforme podemos observar na narrativa de Amarílis, a saber:

Comecei a trabalhar nessa empresa em 2010. O salário atrasou muitas vezes, todas as vezes que atrasa ficamos numa situação bem complicada, além de atrasar nossas contas, fica difícil para manter nossa alimentação e outras necessidades básicas. (Entrevista, 2020)

Configura-se violência simbólica, as ameaças de desconto por faltas e a forma como a administração escolar tenta resolver os danos causados. Pode-se perceber também a presença de violência moral, psicológica e econômica<sup>33</sup>. As relações contratuais da atualidade expressam velhas e novas formas de exploração pelo capital. O descumprimento das empresas referente aos direitos trabalhistas foi aguçando a revolta das mulheres. Essa realidade é confirmada na narrativa de Margarida, saber:

---

<sup>33</sup> As diversas formas de expressão da violência econômica permeiam essas relações e contratuais, num movimento entre o ‘sutil e o explícito, em que homens, crianças e mulheres são ao extremo de suas capacidades físicas exploradas pelo capital em longas jornadas até a exaustão de seus corpos”. (Ver Costa, 2018).

Fomos denunciar no MPT, porque a empresa RCA passou 5 meses sem pagar as merendeiras e 7 meses sem pagar as funcionárias dos serviços gerais. Além de não pagar o salário, não pagava o ticks de alimentação, só fornecia o vale-transporte e as vezes com atrasos, e se a gente faltasse lançavam a nossa e descontavam, por isso fomos denunciar e fazer as manifestações. Já estávamos cansadas das promessas, era revoltante a situação. (Entrevista, 2019).

A violação de direitos é uma manifestação explícita de violência. A narrativa de Margarida revela às condições desafiadoras que as mulheres enfrentam no mercado de trabalho, são situações que precisam estar no centro das análises. De acordo com Fonseca (2000, p. 57), “trata-se de reconhecer, pois, que não é fácil a trajetória social feminina no campo do trabalho”. A violação dos direitos trabalhistas por parte da empresa tem forte impacto na vida dessas mulheres. Elas ficam desprovidas de quaisquer recursos econômicos para suprir suas necessidades básicas<sup>34</sup>. Coutinho (2015, p. 31) assinala que “é fundamental investigar em que medida a terceirização ameaça, ou não, a existência do próprio Direito do Trabalho, considerando que os direitos sociais nascem e se sustentam com base em processos contínuos de luta”.

Aos poucos, o silêncio foi se rompendo, dando espaço ao protagonismo de uma luta necessária e ousada. As mulheres relataram que não faltavam ao trabalho, cumpriam na íntegra os horários, eram pressionadas, temiam a punição por parte da empresa que as ameaçavam com descontos em folha, o que diminuía ainda mais os dividendos que já eram poucos, considerando o baixo salário, os descontos com INSS, FGTS, vale alimentação e o percentual vale-transporte.

Soma-se a isso o atraso de seus proventos, comprometendo todo o planejamento familiar. O Ministério Público do Trabalho comprovou que a empresa efetivava descontos por faltas, além de não garantir condições básicas para o deslocamento até o local de trabalho. O MPT advertiu que os descontos por falta feito pela empresa eram ilegais. A empresa ficou impedida de fazer quaisquer descontos e de contratar mais funcionários, enquanto o processo não fosse concluído e os problemas reclamados sanados.

As trabalhadoras ainda se deparam com a não autonomia da administração escolar local, sendo diretamente subordinadas à empresa. Conforme elas mesmas

---

<sup>34</sup> Algumas vezes presenciamos uma funcionária do administrativo da escola fazer cotinha para o transporte ou para outra necessidade ou pedir arrecadação de alimentos para as trabalhadoras do serviço terceirizado, por não terem recebido seus salários, isso foi se tornando frequente ao longo dos meses.

relataram, quem dá as coordenadas na escola sobre as atividades delas, controla horários e assinaturas de livro de ponto é a administração escolar, porém, não pode fazer nada além de dar um telefonema falando sobre as dificuldades que as funcionárias estão passando em função do atraso de salários. Conforme nos informou Girassol, do setor administrativo da escola Municipal Presidente João Goulart, “quando há atrasos de salários ligamos para as empresas para falar dos atrasos, da insatisfação das funcionárias, mas não temos autonomia nenhuma sobre pagamento” (Entrevista, 2019).

Em razão dos constantes atrasos as trabalhadoras já haviam manifestado insatisfação com as empresas em outro momento. Levaram o problema ao conhecimento dos vereadores na Câmara Municipal de Manaus (CMM). Segundo elas, alguns se manifestaram em relação a pauta reivindicativa, mas o problema continuou. É o que explica Açucena:

Em 2015 levamos essa situação para alguns vereadores na Câmara Municipal, mas os problemas continuaram, alguns se manifestaram disseram que iam acionar o Ministério Público do Trabalho e também cobrar do prefeito, mas a situação continuou, até não aguentarmos mais, nossa agonia continuava, a gente não tinha certeza de quando e se íamos receber. (Entrevista, 2020)

A narrativa de Açucena elucida uma realidade de luta do precariado urbano que criam suas próprias estratégias de organização política por fora dos sindicatos. De acordo com Braga (2017, p.34), “o efeito desses movimentos protagonizados pelo precariado<sup>35</sup> urbano é desigual, mas em geral, tem pressionado as formas tradicionais de organização dos trabalhadores”. Uma realidade de luta organizativa que tende a impulsionar os sindicatos a se reinventarem no tempo contemporâneo. Rosa narra como a situação se agravava em relação a violação de direitos, a saber:

Todas as vezes que a gente cobrava a empresa o encarregado e o pessoal do administrativo diziam que a prefeitura não estava repassando o dinheiro, já a prefeitura dizia que estava fazendo os repasses em dia. Só sei que nós estávamos numa situação bem difícil. (Entrevista, 2019)

As demais trabalhadoras entrevistadas neste estudo confirmaram essa informação exposta por Rosa em sua fala. Tivemos acesso ao relatório<sup>36</sup> do MPT e

<sup>35</sup> A noção de precariado distingue-se da noção de precariado que Marx chamava de população pauperizada. Mas é a fração mais mal paga, em permanente trânsito entre a possibilidade da exclusão socioeconômica e o aprofundamento da exploração econômica. (Ver Braga, 2012).

<sup>36</sup> Durante a entrevista com PEDRO

nele consta que o inadimplemento dos haveres trabalhistas foi reconhecido pela própria empresa, a qual alegava que a dificuldade se dava pelo atraso do repasse da verba por parte do Município de Manaus. Neste mesmo relatório consta que a prefeitura de Manaus juntou a relação de pagamentos efetuados à empresa desde 2016, e no dia 20 de abril de 2017 informou o MPT que não havia faturas vencidas em abertas. O fato é que as trabalhadoras continuavam sendo lesadas em seus direitos ficando à mercê das privações junto com suas famílias.

Encontramos muitas contradições entre contratante e empresa contratada. Também constatamos que a mesma empresa já vinha atrasando os pagamentos desde 2016. Quando as empresas decretam falência, torna-se mais difícil para as trabalhadoras receberem todos os direitos trabalhistas descritos na lei. Esta situação cria um cenário de profundas incertezas para essas mulheres. Jasmim narra esse feito da seguinte forma:

Trabalhei dois anos na primeira empresa que fui contratada assim que cheguei em Manaus, depois disseram que a empresa tinha falido. Quando essa empresa terminou o contrato, passei logo para outra empresa contratada pela prefeitura, a RCA – Construções Conservação e Serviços de Limpeza LTDA. Continuou com os mesmos problemas apresentado pela empresa anterior. Já ficamos até sete meses sem receber nosso salário. Em relação a empresa que decretou falência fiquei sem receber meus direitos, procurei um advogado mas é muito difícil receber alguma coisa depois que a empresa diz que faliu. (Jasmim, entrevista, 2019)

Essa categoria mesmo sem o amparo sindical surpreendeu os patrões que subestimaram as trabalhadoras em relação à capacidade de organizarem-se para protestar, reivindicar seus direitos e formalizar a denúncia junto ao MPT. Em outros momentos da história, essa metrópole amazônica já foi palco de luta das mulheres, que mostraram sua força no chão de fábrica do Distrito Industrial.

Conforme pontua Torres (2005, p. 30), “aos poucos elas foram se organizando no chão de fábrica como sujeito coletivo, revelando um grande potencial de liderança e capacidade organizativa”. Estes enfrentamentos tem sido constantes na vida das mulheres desde que passaram a fazer parte da esfera pública, movidas por frequentes tensões sociais. Na narrativa de Vitória-Régia, também aparece violação de direitos. Vejamos:

Na RCA sempre atrasava a gente ficava até sete meses sem receber, era só promessa, nossa situação ia ficando cada vez mais difícil. As contas acumulando e nada de a gente receber nosso salário, a revolta ia aumentando. No nosso grupo de WhatsApp a gente conversava muito sobre essa situação, era um problema que todas nós passávamos, porque todas as colegas do grupo eram da mesma empresa. (Entrevista, 2020)

No grupo de WhatsApp elas sempre conversavam sobre a situação humilhante que vinham passando, desabafavam umas com as outras e a indignação ia aumentando, em virtude da situação causada pelas empresas que afetavam todas as dimensões de suas vidas. Foram realizados três atos consecutivos. O ato na Avenida Autaz Mirim<sup>37</sup> teve repercussão na cidade, por meio dos veículos de comunicação local. O segundo protesto foi em frente à Câmara Municipal de Manaus,<sup>38</sup> expondo as mesmas denúncias. Há registro que a imprensa<sup>39</sup> local notificou os levantes dos trabalhadores, conforme aponta Célia Santiago (2010), sobre a greve dos/as trabalhadores do Distrito Industrial em 1985. De acordo com a narrativa de Vitória Régia:

Foi formado um grupo de WhatsApp, onde iam nos passando as informações. A gente ia animando o grupo, cada uma falava da situação que estava passando aí, ia dando aquela raiva. Tinha as colegas mais de frente que puxavam organizavam, chamavam a imprensa, nós fizemos os cartazes, levamos também cópia da folha de ponto. A gente trabalhava normal. Um senhor marido de uma das manipuladoras de alimentos, lotada em outra escolar, ajudou bastante a gente na organização, acho que ele se compadecia com a esposa que não recebia e com nossa situação. (Entrevista, 2020).

Romper com o silêncio e chamar a atenção dos poderes públicos, da sociedade e dos meios de comunicação, foi uma saída necessária e assertiva por parte das trabalhadoras das empresas terceirizadas que prestam serviços na Escola Municipal Presidente João Goulart. Somam-se com as outras colegas que prestam serviços em outras escolas do município. Se organizaram através de um grupo de WhatsApp, contando com a solidariedade e articulação entre elas. Foram avisando umas às outras, unindo-se para denunciar o desrespeito que vinham sofrendo em relação aos seus direitos.

---

<sup>37</sup> Zona Leste de Manaus, em 24 de março de 2017.

<sup>38</sup> No dia 29 de março de 2017

<sup>39</sup> O jornal faz muito bem, na medida em que registra impressões, falas e até atos dos agentes históricos que poderão ser revisitados mais tarde por aqueles que se esforçam pela busca do passado (Ver Santiago, 2010). Por isto, é relevante para nós trazer o contexto das lutas das trabalhadoras e a percussão jornalística e como se deu a narrativa das reportagens.

No protesto<sup>40</sup> em frente ao MPT elas estavam munidas de cartazes, com palavras de ordem: “queremos nossos salários”, “fora RCA!”, “chega de trabalho escravo”. Exibiram cópias das assinaturas da folha de ponto, mostrando que elas continuavam trabalhando mesmo sem receber<sup>41</sup>, cumprindo a jornada normal de trabalho. Esses problemas se avolumam ao longo das últimas décadas e afetam as mulheres nos diversos lugares. Em um dos protestos elas também narraram que houve agressão física sofrida por uma das merendeiras de uma outra escola agredida por uma mulher que era sócia da empresa RCA. Vitória-Régia narra que, mesmo com a decisão da justiça, não recebeu todo o valor que foi acordado. Vejamos:

A empresa não cumpria com os nossos direitos era salário, cesta-básica, vale- transporte tudo à empresa atrasava. Do valor que foi acertado até agora não recebi tudo. No MPT ainda denunciemos a questão dos danos morais e matérias, está tudo na justiça. Em um dos protestos ainda teve violência física contra uma colega nossa de outra escola. A dona (sócia) da RCA deu uma tapa no rosto da nossa colega, ela não queria que a gente reclamasse, que fossemos lá, foi uma situação horrível nessa época, chocou a categoria, saiu até na imprensa. (Entrevista, 2020).

Para suprir a sobrevivência de sua família Vitória-Régia pedia doações e fazia brechó para suprir as necessidades urgentes, as demais trabalhadoras também buscavam outras alternativas em meio as dificuldades financeiras. O quadro a seguir expõe essa situação.

Atividades desenvolvidas para adquirir recurso financeiro diante dos atrasos de salários	
Vitória- Régia	Eu organizava um brechó lá na Karbraz pedia doações de roupas, assessórios, o que tivesse. Das vendas, garantia pelo menos um recurso para comprar alimentos, era muito difícil. Não tenho outra ajuda financeira, então quando o salário atrasa a situação fica bem crítica, mas pra Deus nada é impossível.
Jasmim	Eu fazia e ainda faço faxina em algumas casas aos sábados, é cansativo, mas eu preciso.

<sup>40</sup> Os protestos protagonizados pelas trabalhadoras das empresas terceirizadas foram noticiados por vários veículos de comunicação local. Utilização das notícias jornalísticas neste estudo, nos permite revisitar os acontecimentos protagonizados pelas participantes dessa pesquisa e suas colegas, que também objetivavam fazer a denúncia à imprensa local e ampliar a visibilidade da problemática

<sup>41</sup> Assunção (2013), retrata a luta travada pelas trabalhadoras das empresas terceirizadas da USP, em 2005 elas tinham como motivos de revolta as humilhações patronal, a reivindicação por melhorias das condições de trabalho e pagamentos dos salários e benefícios atrasados.

Orquídea	Ainda bem que eu não moro alugado, já pensou! Para suprir às necessidades básicas da família eu me virava, às vezes emprestava dinheiro de alguém. Às vezes à empresa pagava um parte do salário. Quando eu ainda vivia com o meu marido a renda dele ajudava um pouco, mas não dava pra tudo.
Margarida	Eu fazia faxina, ligava para as pessoas que eu conhecia perguntava se estavam precisando de alguém pra fazer faxina, informava que eu estava precisando de dinheiro, aí eu ia. Às vezes eu ia aos sábado, outras vezes na sexta-feira no final da tarde. Minha vida era sempre assim quando atrasava o salário.

**Quadro 4** - Ações realizadas pelas trabalhadoras pra suprir suas necessidades quando o salário atrasava.  
**Fonte:** Quadro elaborado por Elisiane Andrade. Pesquisa de campo, 2019/2020

As narrativas das trabalhadoras demonstram o sofrimento, os descontentamentos a revolta, as dores da alma e problemas de naturezas diversas que atingiram sua subjetividade. Revela também o quanto elas são sacrificadas com o dispêndio de força do trabalho em horários que poderiam descansar, ficar com a família, se cuidar, usufruir de lazer, dentre outros. Situações que a levaram a ultrapassarem os muros e denunciarem as condutas ilegais, indignas por parte das empresas. Identificamos que as violências, simbólica, moral, psicológica e violência econômica, estão presentes na extensa carga horária de trabalho, na violação de direitos e no arranjo de geração de renda em função dos atrasos dos salários. Elas são forçadas a buscar outras alternativas de renda para garantir alimentos.

As vulnerabilidades a que elas estão sujeitas fere o princípio do que deveria ser o Estado Democrático e de Direito. Conforme pontua Coutinho (2015, p. 221), “os direitos econômicos, sociais e culturais integram o rol de garantias fundamentais previstas em normas nacionais e internacionais”. Sabedoras que seus direitos seguidamente estavam sendo usurpados e tendo diversas dimensões de suas vidas afetadas, essas trabalhadoras continuaram indo às ruas denunciar os desmandos por parte da empresa pelo qual eram contratadas. A situação a qual são subjugadas fere a função social do trabalho, desrespeita, atinge a dignidade, nega o trabalho decente<sup>42</sup>,

---

<sup>42</sup> É um conceito formalizado pela OIT em 1999, que sintetiza a sua missão histórica de promover oportunidades para que homens e mulheres obtenham um trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humanas, sendo considerado condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável.

impedindo a promoção da equidade e justiça social.

Quando as mulheres foram ao Ministério Público do Trabalho, foi formado uma comissão para representar a categoria, de acordo com as narrativas, elas foram bem recebidas e sentiram que a justiça estava solícita com a situação levantada por elas. Em frente ao Ministério Público do Trabalho elas fizeram o terceiro ato reivindicativo. Munidas de cartazes com frases reivindicatórias. As trabalhadoras relataram que nesse dia foi feito um acordo diante do MPT, em que a prefeitura se comprometeu a pagar uma fatura no dia 20 do mês corrente (abril/2017) e também disponibilizou o cartão de alimentação. Eis a narrativa de Açucena,

Lá no Ministério Público do Trabalho foi registrada a denúncia, o funcionário atendeu a gente muito bem, pediu para termos calma que elas iam cobrar da empresa e da prefeitura o cumprimento dos nossos direitos. Ficaram do nosso lado. Só sei que o representante da prefeitura assumiu o compromisso de pagar uma fatura e disponibilizou nosso cartão de alimentação que era 276 reais, já deu um alívio, mas sabe como é, não é tudo tão assim, na hora. (Entrevista, 2020)

Diante das denúncias efetivadas pelas trabalhadoras, o Ministério Público do Trabalho (MPT) constituiu-se uma Ação Civil Pública, uma Ação Coletiva contra a empresa RCA Construções, Conservação e Serviços de Limpezas LTDA<sup>43</sup> e contra o Município de Manaus. O MPT, apurou e comprovou que a empresa Ré, não pagava regularmente os salários das trabalhadoras e estava inadimplente em relação ao pagamento de férias que é um direito constitucional e dos benefícios como: vale-alimentação, vale-transporte, licença maternidade e verbas rescisórias. Mesmo sem os cumprimentos trabalhistas, a empresa continuava fazendo os descontos regularmente nos contracheques das trabalhadoras, conforme constatamos nas entrevistas com as participantes deste estudo e na entrevista com Pedro representante do MPT. Ele narra a demanda da seguinte forma:

Nós temos várias demandas pela questão de terceirização, no estado e no município, é claro que hoje nós temos mais foco no estado, porque a crise está pública e notória, mas, de 2 anos pra cá tivemos várias demandas envolvendo profissionais que prestam serviço no município de Manaus, inclusive da SEMED, sobretudo na área de conservação e limpeza, para escolas públicas municipais. E dentro desse contexto conseguimos garantir alguns pagamentos para os/as trabalhadores/as, que é o caso de uma empresa, que até quebramos o sigilo bancário, a

---

<sup>43</sup> Além da prefeitura a empresa também tinha contrato com o Governo do Estado do Amazonas para prestação de serviços de limpeza e manipulação de alimentos nas escolas e hospitais.

empresa RCA, e essa empresa tinha quase 2.000 funcionários e não pagava os trabalhadores dentro da normalidade, mas havia alegação que não recebia as faturas dentro do prazo, e por outro lado, a prefeitura dizia que pagava, e a gente viu que havia falha tanto da empresa quanto da prefeitura. O município não pagava adequadamente a fatura, e mesmo recebendo a fatura com atraso, a empresa não fazia o repasse para seus funcionários. O grande problema disso, é o grande público que foram atingidos diretamente são, as mulheres, elas são maioria nesse setor de merendeiras e limpeza. (Entrevista, 2019).

As reclamações apresentam problemas pontuais e constantes que afetam profundamente a vida de homens e mulheres que precisam sustentar suas famílias. A vida das mulheres são diretamente afetadas pelas estruturas econômicas. Diante das investigações o MPT<sup>44</sup> determinou o bloqueio imediato das contas da empresa que contava com o nome de oito pessoas físicas e duas jurídicas, a maioria da mesma família. No decorrer da ação foi constatado que a Prefeitura de Manaus atrasava o depósito e mesmo quando repassava a empresa não efetuava o pagamento às funcionárias. De acordo com a narrativa de Pedro, há mais de dois anos, o órgão vem atendendo demandas advindas sobretudo de profissionais da área de limpeza das escolas municipais.

A Prefeitura de Manaus foi orientada a terminar o contrato com a empresa Ré, e com mais duas empresas que pertenciam ao mesmo grupo e prestavam serviço para o município. O Ministério Público do Estado do Amazonas (MP-AM), em conjunto com o Ministério Público de Contas do Estado do Amazonas (MPC-AM), recomendou à Secretaria Municipal de Educação de Manaus que não renovasse o contrato com a empresa que fornece merenda às escolas da Rede Municipal de Educação, a RCA<sup>45</sup> Conservação e Limpeza, Construções e Comércio de Fardamentos Ltda. É o que consta no parecer descrito, documento consultado no MPT. “No mesmo ato, foram juntado documentos da Prefeitura indeferindo pedido de renovação de contrato com a RCA”. Foram feitas as audiências em seguida, as mulheres foram chamadas pelo MPT para mostrar como foram feitos os cálculos trabalhistas que a empresa devia a elas. Foi feito um acordo e os valores foram parcelados em três vezes. Elas afirmam que até o momento não receberam a terceira parcela. Azaleia em sua narrativa revela o seguinte:

---

<sup>44</sup> Conforme a CUT (2014, p. 22), é comum o ver trabalhadores entrarem com ações junto ao Ministério Público do Trabalho (MPT) para intervir na relação entre governo, empresas terceiras e trabalhadores terceirizados.

<sup>45</sup> A empresa em questão é a RCA. Mas as empresas anteriores, apresentavam os mesmos problemas

A empresa não pagava os direitos trabalhista, nos unimos e denunciemos, estava muito difícil a situação, isso já vinha acontecendo há muito tempo. Lá no Ministério Público do Trabalho (MPT), fizeram os cálculos da rescisão, férias, salários atrasados, décimos e parcelaram de três vezes, mas ainda falta a terceira parcela que é uns R\$ 2.500 eu acho, nem sei se ainda vão pagar. Tenho conversado com as colegas, elas também ainda não receberam. (Entrevista, 2020).

As trabalhadoras relatam uma realidade de pessoas que se encontram nessa modalidade de emprego. Mudam as empresas, mas continuam os mesmos problemas. De acordo com Coutinho (2015, p. 217), “ao menos do ponto de vista do enfrentamento político público, a alternativa da descentralização, repartição e fragmentação do processo produtivo tem sido a tônica do capitalismo nas últimas três décadas”. A terceirização desmorona o sentido de sociedade pautada pelo respeito aos direitos humanos da classe trabalhadora, essa realidade identificamos no decorrer deste estudo. Abílio (2014, p. 163), destaca que a “banalização da injustiça social traça uma relação fundamental entre o trabalho e a manutenção da exploração e da desigualdade social”.

Para a Central Única dos Trabalhadores (CUT)<sup>46</sup> (2014, p. 30), o formato da terceirização “em prática no Brasil pautada exclusivamente pela redução de custos com a legislação que regulamenta a organização sindical, acaba por inviabilizar a defesa os trabalhadores em relação à precarização e às desigualdades no mercado de trabalho”. Ou seja, representam riscos para a organização e para negociação coletiva. Segundo Pelatieri e Marcolino et al (2018, p. 35), “a negociação coletiva é um instrumento importante de regulação das relações de trabalho, pois permite a ampliação de direitos já previstos na legislação trabalhista e a conquista de novos”.

A organização das mulheres para o enfrentamento das formas contemporâneas e antigas de opressão e exploração no século XXI, marcam um outro capítulo na história, conforme apontam Torres, (2020), Biroli (2018), D’Atri (2008) e Vieira (2017). Os movimentos feministas são vozes emancipatórias. A luta e união das mulheres em defesa de uma sociedade republicana e de direitos requer respeito por parte do Estado e das forças do capital.

---

<sup>46</sup> A ação coletiva dos trabalhadores, seja por meio de organizações de representação por empresa ou sindicatos, seria uma forma eficaz de combater os malefícios da terceirização.

### **CAPÍTULO III –VIOLENCIA SIMBÓLICA VIVIDA POR MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA QUE TRABALHAM NA ESCOLA MUNICIPAL PRESIDENTE JÓAO GOULART**

*Nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda sua vida.*  
**(Simone de Beauvoir)**

#### **3.1- Vida e trabalho de Açucena: uma história de muitos desafios e saberes**

O aumento do percentual de mulheres chefes de famílias é um fenômeno que vem aumentando intensamente no Brasil, nos últimos anos, constituindo-se um conceito novo de família. O conceito de chefia está associado à pessoa de referência, ou seja, responsável<sup>47</sup> economicamente pelo sustento do domicílio IBGE (2010). Um estudo realizado pelo Observatório das Desigualdades (2020, p. 18), aponta que “o aumento da proporção de pessoas em famílias chefiadas por mulheres entre os mais pobres é uma realidade que tem causas complexas e que estão relacionadas a aspectos diversos ligados à discriminação de gênero e de raça”.

Para Cavenaghi e Alves (2018, p. 113) “o aumento da chefia feminina não pode ser associado automaticamente com os processos de exclusão e vulnerabilidade social e muito menos à perspectiva da feminização da pobreza”. As análises sobre a chefia de família<sup>48</sup> devem levar em consideração a multiplicidade de causas individuais e sociais que se somam para reordenar a estrutura de poder no seio das famílias brasileiras. Ademais, essa situação é vivenciada por mulheres de diferentes classes sociais.

A vida das mulheres na Amazônia tem sido movida por muitos desafios, mas também com muitas aprendizagens no contexto e força, resistência e saberes que elas desenvolvem ao longo de sua história. A história dos sujeitos são construídas no processo histórico de sua trajetória como indivíduo e sujeito com seus modos de vida,

---

<sup>47</sup> O termo responsável pela família pode ser pregado para expressar diversas situações, tais como: o principal provedor; ou arrimo da família; ou a pessoa que toma as decisões mais importantes; ou a pessoa mais idosa, entre outras. (IBGE, 2010)

<sup>48</sup> Famílias chefiadas por mulheres não são exclusivamente aquelas nas quais não há a presença masculina. (IPEA,2017).

visão de mundo e a forma de ser e estar nesse mundo. Segundo Bourdieu (1986, p. 189), trata-se de processos de “história de vida e, em particular. [...] História em relação ao espaço social no qual eles se realizam, que não é em si mesma um fim. Uma história que possibilita a construção da noção de trajetória [...] como série de posições continuamente ocupadas por um mesmo agente, ou grupo, num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações”.

Açucena, uma mulher de estatura baixa, 56 anos, voz expressiva, alegre e mãe de seis filhos. Nasceu numa comunidade tradicional denominada Vila de Amorim, às margens do Rio Tapajós no município de Santarém, estado do Pará. É a mais velha de oito irmãos, cinco mulheres e três homens. No interior estudou até a antiga quarta série. Nesse local como a maioria das áreas rurais não tinha como dar continuidade aos estudos, porque nem o município nem o estado dispunham do Ensino Fundamental e Médio que garantisse a continuidade dos estudos na comunidade. Açucena mudou-se para a cidade e continuou os estudos até a antiga oitava série<sup>49</sup>. Foi morar na casa de um amigo do pai, onde ajudava nos trabalhos domésticos, cuidava das crianças em troca de moradia, alimentação e uma pequena ajuda de custo.

A saída de Açucena das margens do rio para continuar os estudos na cidade tem sido o destino de muitas meninas na Amazônia, que vão para o trabalho doméstico com o discurso de que seriam tratadas como se fossem filhas, porém, deparam-se com uma longa e exaustiva jornada de trabalho, sem remuneração. Essa prática na Amazônia tem sua origem desde o processo de colonização, primeiramente com as mulheres indígenas com o ato de doar, rapto e venda, sendo submetidas à exploração sexual e ao trabalho doméstico. De acordo com Costa (2005, p. 321), “mulheres e crianças eram levadas, por encomenda, aos municípios”. Açucena teve outro tipo de “forçamento” para sair da sua comunidade, a ausência do Estado em relação às políticas Educacionais, que é um dos fatores que contribuem para a inserção das mulheres rurais ao serviço doméstico. Açucena narra como se deu a saída da sua comunidade da seguinte forma:

Eu sou a mais velha de oito irmãos cinco mulheres e três homens. Na comunidade onde nasci às margens do Rio Tapajós, estudei até a quarta série, aí a gente parava os estudos ou ia para a cidade morar na casa de alguém. Fui morar na casa de um amigo do meu pai, lá eu ajudava na limpeza da casa e cuidar da criança, não era muito bom

---

<sup>49</sup> Atualmente, é o Nono ano do Ensino Fundamental II.

porque o casal brigava muito, as vezes não me davam o dinheiro para mandar rodar as minhas avaliações bimestrais que faziam na escola. Naquele tempo a gente pagava pra rodar<sup>50</sup>, aí complicava quando eu não tinha dinheiro. Depois mudei fui morar em outra casa. Eu estava indo no barco pegar uma carta da minha mãe, aí encontrei um senhor que estava precisando de uma moça pra trabalhar na casa dele. Ele fez umas perguntas: se eu estudava, onde meus pais moravam- respondi tudo falei que precisava de dinheiro pra pagar as avaliações e comprar minha farda, ele me deu o dinheiro. Então eu fui buscar minhas coisas na outra casa onde eu morava, ainda dei o mingau da criança, a mulher do amigo do meu pai estava brava, mas não liguei, peguei minhas coisas e fui morar na casa desse senhor, lá morava ele, a mulher e um filho. Nesse tempo estudei até a oitava série. (Entrevista, 2020)

Na narrativa de Açucena podemos perceber as relações sociais das trocas simbólicas do poder econômico que se estabelecem com muitas famílias pobres sem condições de manter as filhas na cidade, as quais acabam permitindo que as filhas passem a morar com amigos, parentes ou conhecidos que dispõem de determinado *status* social. Para Torres (2005, p. 158), “em geral as mulheres rurais encontram no trabalho doméstico o caminho para chegar à cidade, pois em troca ou ajuda nos serviços domésticos, essas mulheres teriam garantido o abrigo e alimentação na casa de família”. Açucena não recebia proventos pelo seu trabalho, conforme sua narrativa, era apenas uma ajuda, um recurso para pagar as avaliações escolares. Para Martha Valério (51), ouvida neste estudo, as mulheres que migram<sup>51</sup> de outros lugares para a capital são mais vulneráveis a terem sua mão de obra explorada no serviço doméstico. Antes era comum com as meninas vindas do interior e agora essa rota migratória está mudando. Vejamos:

No Amazonas e principalmente em Manaus, os pais enviavam as meninas para trabalharem como empregadas domésticas, que na verdade, elas eram escravizadas, não recebiam salários, não tinham hora e nem dia para descansar e nem horário de trabalho, como remuneração recebiam a comida e roupas usadas, exatamente a mesma remuneração das pessoas escravizadas oficialmente até o século XIX. E até hoje, em pleno século XXI, as meninas continuam sendo exploradas nas casas de determinadas famílias. E há denúncias de mulheres venezuelanas e haitianas que também estão sendo exploradas nos trabalhos, sejam domésticos ou não. (Martha, Entrevista, 2020)

---

<sup>50</sup> Ela se refere ao mimeógrafo que era usado naquele tempo nas escolas para fazer as cópias das atividades escolares.

<sup>51</sup> Ainda são poucos os estudos que consideram a variável de gênero na variável da mobilidade humana, principalmente no que se refere às análises estatísticas e a pesquisas quantitativas que continuam insistindo na categoria migrante sem se preocupar com as especificidades. OLIVEIRA e NORONHA, in TORRES (2015).

É notável que a escravização de mulheres meninas no trabalho doméstico vem se perpetuando ao longo dos séculos e por ser uma situação que nem sempre é percebida ou reconhecida por suas vítimas e pela necessidade continua sendo um desafio combater. Isto contribui para existência e permanências de uma cultura de exploração sobre o trabalho feminino que perpassa os critérios de faixa etária e nacionalidade. A narrativa de Martha, conforme já pontuamos nesse estudo, desnuda a prática do uso da força de trabalho das meninas vindas do interior do estado. A escravização de meninas no trabalho doméstico se dá pelas longas e exaustivas horas de dispêndio da força trabalho que geralmente iniciam muito cedo estendendo-se até à noite, considerando que muitas dessas meninas moravam no emprego. Somando a essa questão, os baixos salários, ou a inexistência de quaisquer remuneração e a ausência da proteção social. Nesse contexto de acirramento do fluxo migratório as mulheres venezuelanas e haitianas tem sido alvo deste tipo de exploração da sua força de trabalho. Para Rodrigues (2018, p. 71):

Muitos dos/as imigrantes que chegam ao Brasil se submetem ao trabalho informal ou são empregados domésticos, sujeitando-se ao trabalho precário e de superexploração. Assim, a migração pode ser vista como um movimento vulnerável onde os que o praticam ficam expostos a estas agressões morais, físicas e psicológicas, ou seja, todo tipo de preconceito e discriminação.

As vozes de mulheres como Açucena possibilitam a construção de uma história real, nas quais elas são as protagonistas das narrativas sobre o modo de vida, as adversidades enfrentadas, os preconceitos, a exploração as quais são submetidas nos grandes centros urbanos, assim como suas resistências. Sua fala também expressa o valor simbólico presente na cultura dos povos tradicionais no qual as mulheres são as principais guardiãs. Açucena é uma grande conhecedora de raízes e ervas medicinais, saberes que aprendeu desde a adolescência. Em seu quintal, em Manaus, ela continua a prática de cultivar as plantas medicinais.

A vinda de Açucena para Manaus foi motivada pela esperança de melhorar as condições de vida. Na cidade grande ela passou a enfrentar outras adversidades como morar alugado e ter que mudar diversas vezes, residiu em vários bairros. Cansada dos alugueis tomou iniciativa e com muita luta conseguiu um terreno numa ocupação na zona norte de Manaus, onde construiu a tão sonhada casa própria. Ela narra como foi esse momento de sua vida. Ouçamo-la:

Nossa vinda para Manaus foi em busca de melhores condições de vida, estava tudo muito difícil, meu marido veio na frente, (na época ainda estava com ele, mas estamos separados há alguns anos) depois eu vim com meu casal de filhos. Não foi fácil recomeçar a vida aqui. Morar alugado não é fácil, sem contar que consumia uma parte do nosso salário que já era pouco. A gente vivia em constantes mudanças, morei alugado em vários bairros. Meu marido não se interessava em conseguir uma moradia própria, eu tomei a iniciativa. Estava começando uma ocupação numa comunidade na Zona Norte, uma vizinha me chamou eu fui. No início eram poucas casas na rua onde moro. No local tinha alagação, muito mato e barro. Fiz uma casinha, depois fui construindo por fora, mas ainda não concluí a construção, porque não tenho mais condições. (Entrevista, 2020)

Nessa narrativa Açucena revela um problema que reflete a reprodução das desigualdades sociais acentuada nos centros urbanos que segrega a população mais pobre em habitação precárias e em lugares sem quaisquer infraestrutura. A moradia adequada enquadra-se em direitos universais, porém, esse direito é violado tendo em vista que na sociedade capitalista a moradia também é uma mercadoria, e, morar bem depende das condições financeiras. De acordo com Souza e Oliveira (2003, p. 98), “existe toda uma ideologia em ser proprietário de uma casa, mesmo que esta casa esteja localizada no pior lugar da cidade para se morar em precárias condições habitacionais”.

Para os autores o encadeamento de ocupação urbana na cidade de Manaus reflete as alterações ocorridas nas formas diferenciadas em que se apresenta o processo de acumulação capitalista. O espaço urbano é fragmentado, resultando em segregação espacial, que forma a periferia onde habitam as classes sociais de baixo poder aquisitivo. A relatoria da ONU<sup>52</sup> (2011) em relação à moradia, aponta que os impactos na vida das mulheres são grandes, são elas que exercem o papel social de cuidadoras da casa e da família. O Estado deveria dar condições para que as mulheres tenham acesso à habitação adequada.

A situação vivenciada pela nossa informante mostra a violação dos elementos que compõem o direito à moradia. Ela ainda não teve condições de concluir a construção de sua casa por falta de recurso e o local continua com a ausência de equipamentos públicos. Essa situação também configura violência simbólica, considerando que a ela está sendo negado um direito essencial para a promoção da

---

<sup>52</sup> A moradia deve ser conectada às redes de água, saneamento básico, gás e energia elétrica; em suas proximidades deve haver escolas, creches, postos de saúde, áreas de esporte e lazer e devem estar disponíveis serviços de transporte público, limpeza, coleta de lixo, entre outros.

dignidade humana.

Açucena conseguiu se desvencilhar do relacionamento abusivo que vivia com o marido, separou-se e seguiu sua vida sozinha com os filhos. Ela narra que a construção inacabada é fruto do seu trabalho como doméstica, profissão que seguiu exercendo, assim que chegou em Manaus. Açucena narra como se deu essa fase da seguinte forma:

Assim que cheguei em Manaus fui trabalhar na casa de família, a gente tinha que garantir o alimento, pagar aluguel, por isso lutei pra conseguir um pedaço de chão pra construir minha casa. Eu comecei a trabalhar numa casa no São Jorge, minha patroa me conheceu na parada de ônibus, disse que precisava de uma pessoa para lavar roupa, limpar a casa, fazer a comida, eu disse que estava disponível e fui, ia pela manhã umas 15h eu voltava para casa. Trabalhei um longo período com ela, depois fui trabalhar em outra residência. Ia de ônibus e voltava a pé, nesse tempo eu morava na Compensa. O trabalho doméstico tem suas exigências, não é fácil as vezes eu tinha uma excelente patroa. Mas tinha uma outra que era ruim, era ciumenta me tratava mal, a gente sofre essas coisas. Depois de um tempo fui trabalhar num sopão, perto do campo na Compensa, eu ajudava a cortar pão, fazer e servir o café. Eu fui me virando, não tinha outra saída. (Entrevista, 2020).

Quando se trata de mulheres migrantes, pobres, com filhos e baixa escolaridade essa é a realidade enfrentada nos grandes centros urbanos. A saída para garantir a subsistência na maioria das vezes é o trabalho doméstico remunerado. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o trabalho doméstico se define como o trabalho realizado em um lar ou lares, ou para isso, e se explica com base no lugar de trabalho, que neste caso é o domicílio privado.

E não é uma tarefa fácil, além do esforço físico, a pessoa fica vulnerável a diversas violências invisibilizadas e a precariedade no tocante a direitos trabalhistas. Açucena recebia apenas o salário e não tinha garantias de direitos trabalhista<sup>53</sup>. Ademais, a baixa escolaridade não lhe permitia galgar outro tipo de emprego com melhores condições o jeito era assujeitar-se aquelas circunstâncias.

De acordo com a OIT (2020), as/os trabalhadoras/es domésticas/os representam uma parte significativa da força de trabalho global no emprego informal, e estão entre os grupos de trabalhadoras(es) mais vulneráveis. Em sua maioria mulheres, sem

---

<sup>53</sup> As empregadas domésticas ganharam direitos apenas em 2015 quando Lei complementar 150 foi sancionada em 01/06/15, conhecida como PEC das domésticas. A Lei 5.859/72 já estabelecia alguns direitos, mas não garantia todos os direitos que os demais empregados possuem.

registro na carteira e sem quaisquer garantia em relação à Seguridade Social. Na Amazônia a alocação da força de trabalho para os serviços mal remunerados como o serviço doméstico são realidades que se entrelaçam com tantas outras, uma prática que se inicia com as mulheres indígenas, que continuam enfrentando o preconceito e a discriminação.

Depois que Açucena começou a trabalhar no Restaurante Popular<sup>54</sup> ela foi ampliando as relações de amizades. Foi assim que ela chegou a Escola Municipal Presidente João Goulart. Uma de suas amigas do Restaurante Popular a indicou para trabalhar na escola como serviços gerais. Nesse primeiro momento seu contrato se deu por meio de uma cooperativa, pois ainda não havia as empresas terceirizadas contratadas pela prefeitura para realização de serviços gerais e cozinheiras. A respeito de como Açucena foi recrutada para trabalhar na escola como funcionária de uma empresa terceirizada, ela revela o seguinte:

Comecei a trabalhar na escola por intermédio de uma amiga que conheci no Sopão (Restaurante Popular) no início eu trabalhava pela cooperativa, depois que passamos para essas empresas. Como a gente já trabalhava na escola, fomos indicadas direto pelo diretor da época. Fui contratada pela Servi-San LTDA em janeiro de 2007, o salário era 360,00 fui demitida em 12 de fevereiro de 2009. Depois fui trabalhar pela Conserge- Construção e Serviços Gerais LTDA. Iniciei em 01 de abril de 2009, o salário era de 476,00, fui demitida no dia 26 de agosto de 2015. No dia 13 de junho de 2016, fui contratada pela RCA- Construções Conservação de Serviços de Limpeza LTDA, como manipuladora de alimentos com salário de 911, 10. Nós tínhamos auxílio alimentação, cesta básica, vale-transporte, férias e carteira de trabalho assinada, mas nosso salário nunca foi igual das nossas colegas efetivas, é bem menos. A empresa não pagava hora-extra, mas eu sempre cumpria mais de oito horas de trabalho. A Empresa descontava o INSS, FGTS e uma parcela do Vale-transporte, não tinha plano de saúde, nem programas de incentivos a estudos. Também não existia a possibilidade de ascensão de cargo. O Contrato geralmente era de um ano e depois era renovado. Quando mudava de empresa, sempre a mesma história se repetia, que a empresa tinha falido, aí eu ficava sem receber meus direitos trabalhistas. Com as mudanças de empresa nem sempre eu tirava férias, porque começava a contar tudo novamente. (Entrevista, 2020)

Em toda a trajetória de trabalho Açucena sempre esteve inserida nos espaços feminizados, nos ditos “trabalhos de mulheres” como é o caso da preparação de

---

<sup>54</sup> São Restaurantes e Cozinhas Populares mantidos pelo Governo do Amazonas, é um Projeto de Garantia do Direito à Alimentação e têm preço simbólico de R\$ 1 porque são subsidiadas pela iniciativa privada, por meio de uma Parceria Público-Privada. Nestes locais são servidas sopas gratuitas. O Restaurante localizado na Compensa é conhecido popularmente como Sopão.

alimentos e serviços gerais. A divisão sexual e social do trabalho é o primeiro elemento identificador dos estudos de gênero no mundo ocidental, ou seja, é o conceito que engendra as pesquisas sobre mulheres (TORRES, 2005).

As cenas que se dão no chão da escola sugerem que a segregação ocupacional persiste como uma forma de perpetuação das relações patriarcais de considerar as mulheres como sujeito subalternizado e de segunda categoria. O atraso dos pagamentos salariais parecem sem importância para a empresa, coisas banais. No entanto, a renda de Açucena é essencial para o sustento dos filhos, sem o qual passasse privações em suas necessidades básicas. De acordo com Maruani e Meron (2016, p. 69), “no mundo do trabalho as mulheres são tudo menos uma ‘minorias’. A contribuição da sua força de trabalho sempre foi maciça e indispensável”. Para as autoras o trabalho das mulheres nunca se constituiu num assessorio para a sociedade, assim como seus salários não é são reforço para suas famílias. No caso de Açucena, era a única renda da família no momento.

Durante dez anos Açucena trabalhou para as empresas terceirizadas, num total de três empresas, o que demonstra a existência da rotatividade frequente em relação às empresas que prestam serviço para a Prefeitura de Manaus. Durante todo esse tempo a trabalhadora foi lesada quanto aos seus direitos trabalhistas. Quando terminava o contrato, ela era indicada pela administração escolar para seguir à outra empresa que passaria a prestar o serviço de limpeza e manipulação de alimento na escola. A carteira de trabalho era assinada, mas não recebia horas extras, não tinha plano de saúde e durante os dez anos sempre esteve na mesma atividade, pois as empresas não tinham e não têm programas de incentivos a estudos e tampouco para a ascensão para uma outra função.

Ao verificar seu documento detectamos oscilações valores entre o salário mínimo vigente e o que estava registrado na Carteira de Trabalho. A trabalhadora não relatou se ocorreu reajuste da diferença, a partir do aumento do salário mínimo, também não encontramos nenhum reajuste feito por parte das empresas na Carteira de Trabalho. Outra confirmação que observamos na pesquisa de campo é a rotatividade que é frequente no ramo das empresas terceirizadas, ou seja, em “serviços tipicamente terceirizáveis, a média de permanência é de 2 anos e 7 meses, enquanto para os demais trabalhadores é de 5 anos e 8 meses” (DRUCK; ANTUNES, 2015, p. 27).

Em relação a nossa pesquisa observamos que o tempo que Açucena ficou em cada empresa também está relacionado à falência das empresas. Decretam falência

para não pagarem os salários atrasados, dando calote e não cumprem com os direitos trabalhistas. Para Druck (2017, p. 186), “diante dos inúmeros casos de calotes das contratadas, adoecimento e mortes dos trabalhadores terceirizados, a contratante tem uma posição confortável, sem assumir qualquer responsabilidade.”<sup>55</sup> De três empresas que Açucena trabalhou somente em uma ela ficou mais tempo, ou seja, a instabilidade é uma situação muito presente na vida das mulheres, que passam a fazer parte da grande massa nas periferias dos grandes centros urbanos, como Manaus.

De acordo com Costa (2005, p. 66), “ainda vivemos os resquícios de uma Amazônia com um estado ainda patrimonialista, elitista, que tende a sustentar as barbáries da herança exploratória colonizadora pautada no clientelismo”. Soma-se a isto, a ação da globalização que tende ampliar a mercantilização de todos os setores da produção e também da vida social (Braga, 2017).

Encontramos na trajetória de Açucena as marcas da exploração, das desigualdades, da opressão, vítima das violências reproduzidas pela lógica de interesse do capital. Mas também nos deparamos com a força, a garra, a luz, a bravura, a sabedoria, a relação com a natureza, a fé, a solidariedade, a resistência, o entrelaçamento das vivências, memórias, conflitos, significados e os sonhos vivos que movem a esperança dessa filha da Amazônia que não foge das raízes ancestrais.

Açucena não sonhava com bens e fortunas, seus desejos se assemelham ao de muitas meninas do interior que enxergam na educação uma porta de entrada para as melhores condições de vida na cidade grande. Sonhava estudar um pouco mais, como mãe também tinha esperança que seus filhos estudassem, mas isso também não ocorreu, uma realidade que ela relata com certa tristeza. Vejamos:

Nunca pensei em possuir muitos bens ou fortunas, mas sempre sonhei em seguir meus estudos, trabalhar pra ter melhores condições de vida pra mim e meus filhos, viver bem com meu marido, construir uma casa confortável com quarto confortável pra eu descansar. Meus filhos não quiseram continuar os estudos, fico triste, lutei muito para eles estudarem, queria vê-los na faculdade, seria uma grande alegria pra mim. Agora que meu pai faleceu eu quero voltar pra Santarém, tenho uma prima que tem boas condições econômicas, ela me convidou para morar lá, mas ainda não decidi. Tenho muitos sonhos, mas não sei se vou conseguir realizar. A gente passa por cada uma, eu já passei por muitas situações difíceis. Mas eu me pego com Deus, se a gente não

---

<sup>55</sup> Em relação às mulheres que desenvolvem o trabalho de cozinheiras e serviços gerais nas escolas municipais de Manaus, à Prefeitura segue numa posição confortável e continua fazendo a rotatividade de empresas terceirizadas e não assume o ônus quando as empresas contratadas dão calote nas trabalhadoras.

tiver fé em Deus tudo piora. Às vezes vou para casa de uma amiga, pra casa de outra, assim vou vivendo. Tenho sorte de ter amigas boas que me ajudam. Tenho esperança de ainda voltar a conseguir trabalhar na escola, mas agora com essa pandemia<sup>56</sup> está tudo parado. Por enquanto estou buscando outras formas de garantir minha sobrevivência, faço as costuras que aparecem, faço faxina e os remédios naturais quando as pessoas solicitam, assim vou seguindo. (Entrevista, 2020)

Seguir com os estudos sempre foi o sonho de Açucena, este sonho foi interrompido, e repercutiu negativamente em várias dimensões de sua vida. Apesar de a educação ter sido o campo de grande conquista para as mulheres no século XX, esta conquista não se deu de forma equitativa para todas, pois as condições de vida da grande maioria delas sempre dificultou o acesso à escola, sobretudo. Açucena passa horas contando as coisas da sua vida, é uma mulher muita dinâmica e amável, os sofrimentos que passou e passa não as tornou amarga, nesse momento está desempregada. Não vislumbra outro emprego fora do que já trabalhara na escola por intermédio de uma empresa terceirizada.

Nesse contexto de pandemia ela sofre com o desemprego que afetou grande parte da população. Conforme o Observatório das Desigualdades (2020, p. 18), “é preciso pontuar as enormes dificuldades que atingiram as mulheres pobres com a pandemia do novo Coronavírus”. O estudo mostra que a realidade que se apresenta no cenário brasileiro com base nas desigualdades já existentes, indicam que o surto da doença afetarão de modos diferentes as populações mais vulneráveis, como as mulheres. Açucena está sentindo as dificuldades do momento para conseguir emprego, os reflexos da crise econômica e da crise sanitária, já são devastadoras, principalmente para as mulheres chefes de família.

Apesar de todas as adversidades de outrora e do presente, vimos em Açucena o desejo pela dignidade humana, pela cidadania. O olhar, o rosto sorridente, a solidariedade a criatividade e a inteligência de Açucena também retratam o chamado e a necessidade para a luta social, a importância da organização e o protagonismo das mulheres frente aos grandes desafios que se apresentam nesses tempos cinzentos.

---

<sup>56</sup> Açucena se refere a pandemia mundial causada pelo Covid-19, neste ano de 2020 que aprofundou a crise econômica no Brasil.

### 3.2- A violência simbólica vivida por Margarida

A violência simbólica ocorre sem a percepção de quem sofre, é legitimada pelas estruturas sociais ancoradas em sistemas simbólicos que servem como meios de dominação. É manifestada sem o uso da força física, pois quem a detém também possui os meios, as estruturas para exercer a violência simbólica, de modo que a ideologia se encarrega do processo de naturalização. Essa violência ocorre por vias puramente simbólicas da comunicação, com formas doces e suaves, a imperceptíveis desconhecimentos, do reconhecimento ou em última instância do sentimento, Conforme sinaliza (Bourdieu, 2018).

A violência simbólica vai se ramificando na produção e reprodução contínua de crenças, imbricadas nos sistemas simbólicos onde os indivíduos passam a entender o mundo a partir dos parâmetros determinados na sociedade. A definição central para compreender a reprodução da violência simbólica é o poder simbólico que é ignorado, mas atua e movimenta outros poderes.

Bourdieu, (1989, p. 11), sinaliza que o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível, e é “assim que os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra”. Zizek (2014) a chama atenção para as violências que não estão nos casos mais evidentes, por exemplo: há uma violência simbólica encarnada da linguagem e em suas formas, naquilo que Heidegger chamaria a ‘nossa casa do ser’. Para o autor,

Essa violência não está em ação apenas nos casos evidentes e largamente estudados de provocação e de relações de dominação social que nossas formas de discurso habituais reproduzem. Este autor, pontua um outro tipo de violência que também não se deixa ver completamente, à violência sistêmica, que consiste nas consequências muitas vezes catastróficas do funcionamento regular dos sistemas econômico e político (ZIZEK, 2014, p. 17).

Para Saffiot (2015, p. 18), a violência é vista “como ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral”. A violência simbólica é pouco conhecida, porém causa danos profundos e suas consequências são reais. Delinear a violência simbólica na perspectiva de gênero exige que revisitemos as teorias filosóficas da subjetividade da

alma ou da psiquê humana, para perceber o impacto que ela produz na vida das mulheres. Muitas vezes, as mulheres não conseguem identificar os sofrimentos que atinge o seu ser como violência simbólica, mas doenças como a dor de cabeça, depressão, tristeza dentre outras podem estar associadas à violência simbólica.

É com essa intencionalidade que buscamos ouvir Margarida, 44 anos, mulher negra, evangélica, estatura mediana, sorriso encantador, mãe de seis filhos, chefe de família, nascida no município de Coari, interior do Amazonas que migrou para a capital do Estado do Amazonas, Manaus, rota de muitas pessoas, conforme frisamos anteriormente. Margarida foi criada só pela mãe, que assim como ela também era chefe de família. Nas suas narrativas detectamos duas gerações de mulheres que enfrentaram inúmeros desafios e adversidades, e ao mesmo tempo assumiram aguerridamente a responsabilidade com a manutenção do domicílio. Vejamos a sua narrativa:

Nasci num município do interior do estado, minha mãe me criou sem ajuda do meu pai. Ela foi mãe solteira, como falavam. Ela criou eu e os meus dois irmãos e mais um primo que eu tenho como irmão. A única ajuda que ela tinha era da minha avó, graças a Deus. Aos 14 anos engravidei e tive meu primeiro filho. Aos 15 anos de idade quando ele (filho) tinha pouco mais de um mês viemos para Manaus, toda nossa família. O pai do meu filho veio saber que ele existia somente quando cheguei aqui em Manaus. Na época ele estava servindo o exército, tinha sido transferido para Manaus, naquele momento ele não sabia que eu estava grávida. Foi muito difícil pra mim, como eu só tinha 14 anos não tinha experiência de nada na vida, nunca fui orientada pela minha mãe sobre sexualidade. Aqui em Manaus minha mãe conseguiu um trabalho em casa de família. Ela saía para trabalhar a gente ficava em casa com a minha avó. Eu voltei a estudar, estava na sétima série, nesse tempo conheci o pai do meu segundo filho e começamos a namorar, em um curto período de namoro, engravidei, ele não assumiu e também não me ajudou com as despesas que a criança precisava, minha mãe que me ajudava. Já precisei muito da ajuda da minha mãe, sempre contei com ela. (Entrevista, 2020)

Margarida, assim como sua mãe, teve que assumir a chefia da família. Conforme já sinalizamos anteriormente é uma tendência que vem crescendo na América Latina e em outras regiões, as chamadas “mães sozinhas” segundo Kliksberg (2014). A gravidez na adolescência é um problemas social que atinge populações de camadas subalternizadas. Tem consequência na vida das meninas que abandonam os estudos para criar os filhos muitas vezes sozinhas.

No contexto histórico e social também há uma relação entre a classe, fecundidade e o grau de instrução, que se revela de forma desigual entre as mulheres.

As mulheres com grau de instrução mais elevado são aquelas que possuem melhores condições econômicas (BRUSCHINI, 1985). As mulheres pertencentes as camadas populares tendem a ter mais dificuldade de concluir os estudos.

De acordo com o (IBGE, 2010), as mulheres mais escolarizadas tendem a ter filhos mais tarde. A falta de acesso aos meios contraceptivos e planejamento familiar, podem acentuar ainda mais as desigualdades, por dificultar acesso à educação, às condições econômicas, o acesso às políticas de saúde, além dos impactos psicológicos. Nas adolescentes das camadas pauperizadas<sup>57</sup> esses impactos são bem significativos, e as vezes, irreversíveis. Este é, pois, o perfil social a qual Margarida estava inserida. Em muitas circunstâncias a maternidade é sempre um ônus para as mulheres quando interseccionada com o baixo poder aquisitivo.

A maternidade precoce pode distanciar muitas mulheres das oportunidades que possam lhe dar condições para melhorar de vida, conforme sinaliza o estudo da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher (UNFPA, 1995, p. 242), a saber: “a maternidade precoce continua sendo um impedimento para a melhoria das condições educativa, econômica e social das mulheres em todas as partes do mundo”. Margarida sabe bem o peso desse ônus em sua vida. Tentou viver com seus companheiros, pois não queria que os filhos fossem criados da mesma forma que ela, sem a presença do pai. Narra essa situação da seguinte forma:

Depois de um tempo reencontrei o pai do meu filho mais velho, ficamos juntos, ele considerava meu segundo filho como se fosse dele, mas nunca registrou, porque eu tinha esperança de um dia encontrar o pai biológico dele para registrar a criança. Ficamos juntos uns quatro anos depois separamos. Eu já tinha três filhos. Depois da separação, voltei a morar na casa da minha mãe, com meus três filhos. Um tempo depois conheci o pai dos meus outros três filhos, passamos um tempo morando juntos, aí não deu certo, separamos. Já passei por muitas lutas, muitas dificuldades que só eu sei. Ainda cheguei a voltar com o pai dos meus três últimos filhos, mas depois de seis meses da reconciliação, ele faleceu, em um acidente. Aí a luta foi difícil para criar meus seis filhos. O que eu passei sem a criação do meu pai, a dificuldade que a minha mãe passou comigo e com meus irmãos, eu não queria pra mim nem para os meus filhos. Eu também não queria mexer no passado por isso dediquei minha vida toda só eles (Entrevista, 2020).

A narrativa acima reforça os fatores que tem levado a maternidade para o centro do debate nos movimentos feministas por diferentes ângulos, abarcando também as

---

<sup>57</sup> De acordo com Bernardo Kliksberg (2014), a gravidez precoce é uma das causas que contribui para a constituição de mulheres pauperizadas chefes de família.

críticas sobre a deserção de paternalidade, os sofrimentos e a sobrecarga que recai sobre às mulheres. A tentativa de criar os filhos na presença de um pai consiste na necessidade de atender às normas, valores e práticas cotidianas estabelecida na sociedade sobre as construções familiares. Conforme sinaliza Biroli (2018, p. 91), “não é da ordem do espontâneo, mas, sim, dos processos sociais, da interação entre o institucional, o simbólico e material.”

Nossa intenção não consiste em analisar a maternidade na adolescência como algo de inconsequência dos adolescentes, mas como um problema social de ausência de políticas do Estado no que diz respeito a emprego, educação e outras políticas públicas para as famílias. Daí a necessidade de se reconhecer a relevância das lutas encampadas pelos movimentos feministas ao longo dos anos contra a pobreza e todas as formas de violência, perpetradas pelo sistema patriarcal, capitalista, racista e misógino. A situação exposta pela nossa informante é reveladora do processo de exclusão das camadas vulnerabilizadas do usufruto adequado de bens e serviços. Mulheres que vivenciam as mesmas situações exposta por Margarida são as que mais sofrem com a escassez dos equipamentos públicos, fatores que contribuem para o aprofundamento das vulnerabilidades sociais tanto da mãe quanto dos filhos.

A mulher solteira com filho é alvo de discriminação na sociedade, hoje mais sutil do que em tempos passados. O filho sem pai é objeto de discriminação na sociedade também, desrespeitado como um sujeito sem identidade, já que o nome do pai no registro é que conferia a identidade familiar aos membros da família. Costa (2005, p. 119) pontua que, “a família seguia o modelo hierarquizado: marido, mulheres e filhos. O homem como chefe e provedor e a mulher submissa, casta e fiel; os filhos obediente ao pai”. Esse retrato refletiu negativamente na vida de Margarida, principalmente na infância, potencializado pela própria escola. Vejamos:

Quando conheci meu pai eu já estava com 25 anos de idade, nós já morávamos aqui em Manaus. Sofri muito preconceito nos tempos da escola, sentia muita tristeza nos dias de festa, via meus colegas com seus pais na escola. Na festa do dia dos pais quando eu era pequena eu via os pais indo para festinha da escola. Teve época que eu não gostava nem de participar porque eu via a felicidade dos filhos com os pais e meu pai não estava presente. Mas nunca culpei minha mãe pela ausência do meu pai. O natal era o meu pior dia porque eu via todas as crianças com seus pais e sem saber por onde o meu andava. Depois que conheci meu pai convivi com ele no máximo uns cinco anos, porque ele adoeceu e faleceu. Eu já tinha muito carinho por ele. Também sofri preconceito algumas vezes quando eu ia procurar emprego, porque eu não tinha o nome do meu pai no meu registro de nascimento. Essas situações também me afetavam muito.

Perguntavam de mim por que o nome do meu pai não constava no meu registro, eu explicava que ele tinha abandonado a minha mãe quando tinha apenas dois meses de nascida. Ele dizia para minha mãe, que achava que eu não era filha dele, por isso, ele nunca me registrou (Entrevista, 2020).

Essa carga discriminatória e preconceituosa sofrida por Margarida não deixa de ser uma forma explícita de violência simbólica. O quadro de violências como este tem afetado a vida das mulheres em diferentes contextos históricos e sociais, e são naturalmente reproduzidos pelas instituições como a escolas, a unidade doméstica e em outros espaços. De acordo com Catoriadis (1982, p. 155), “o simbólico comporta, quase sempre um componente ‘racional-real’: o que representa o real ou o que é indispensável para o pensar ou o agir”. O padrão estabelecido pelo pensamento ocidental exclui outros modelos de famílias existentes e causam sofrimentos, sobretudo às mulheres e crianças, as principais vítimas desse sistema.

O sofrimento resultante dessa cultura autoritária é muitas vezes ignorado e essas invisibilidades contribuem para a continuidade dos sistemas de dominação e opressão no dia a dia. Na Amazônia as culturas patriarcais “proporcionaram um ambiente afeito às naturalizações das diferentes maneiras de produção sistemática das violências, do racismo e da discriminação, terreno que tem nas mulheres o alvo a ser atingido cotidianamente” (VIEIRA, 2017, p. 33).

O papel do homem como provedor começou entrar em declínio desde a segunda metade do século XX, um modelo que nunca teve sua efetividade na vida de todas as mulheres e crianças. A nucleação de família no pensamento hegemônico está longe de ser universal, há atualmente novos modelos de família: monoparental, família ampliada, homoafetiva dentre outras. Isto altera significativamente o modelo idealizado pelas sociedades patriarcais. Por outro lado, as visões idílicas da família também serviram para ocultar várias formas de violência, conforme pontua Biroli (2018). A figura paterna como provedor, em tese, só sustenta a visão androcêntrica, mas na prática, a irresponsabilidade, o abandono, a negação ao afeto tem suas consequências. Simbolicamente, a intenção consiste em punir, culpabilizar e inferiorizar a mulher. Margarida narra as situações em que sofreu preconceito pelo fato de não ter sido registrada pelo pai, a saber:

Em três ocasiões quando fui procurar emprego as pessoas me perguntavam porque só tinha o nome da minha mãe nos meus

documentos. Teve uma situação que eu me lembro muito bem como se fosse hoje, num antigo supermercado lá no centro, ao lado do Banco do Brasil, fiz a entrevista, a vaga era para limpeza, quando eu ia saindo, junto com minha prima, o rapaz que analisava as fichas preenchidas no momento da entrevista me chamou de volta e perguntou porque eu não tinha colocado o nome do meu pai na ficha de entrevista, respondi que o nome do meu pai não constava no meus documentos. Ele me perguntou de um jeito muito irônico, maldoso, achei aquilo uma crueldade, pra mim foi humilhante, uma ofensa. Ele perguntou se a minha mãe tinha me feito com o dedo. Eu falei que não, porque ninguém fazia filho com dedo. Minha prima ficou muito brava, falou umas coisas para ele. Eu tomei a ficha da mão dele e rasguei, ele me chamou de estúpida, eu disse que a estupidez tinha vindo dele não de mim, que eu estava precisando sim de trabalho porque tinha filhos para criar, mas eu não precisava ser humilhada. (Entrevista, 2020)

A situação narrada por Margarida reflete uma realidade historicamente enraizada na sociedade brasileira, um número significativo de filhos que não tem o nome do pai no registro de nascimento. De acordo com o último Censo Escolar, realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e divulgado em 2013, há 5,5 milhões de crianças brasileiras sem o nome do pai na certidão de nascimento<sup>58</sup>. Diante dessa veracidade, é de fundamental importância visibilizar o protagonismo das mulheres chefes de família, mas sobretudo, as condições sociais nas quais estão inseridas e os impactos dessas condições nas suas vidas e de seus filhos.

Essas experiências que se passaram com Margarida e com um de seus filhos são histórias que se repetem e tem suas continuidades, são questões factuais, que dão visibilidades ao abandono e que reforçam a hipocrisia de uma sociedade que resiste às mudanças e ignoram o papel do pai quanto a responsabilidade de assumir a paternidade dos filhos. No Amazonas essa é uma realidade bem expressiva. Conforme a Associação dos Notários e Registradores do Estado do Amazonas (Anoreg-AM)<sup>59</sup>, em números absolutos, de janeiro a junho de 2020, foram registradas 22.178 crianças no Estado, sendo que 2.213 desse total não tiveram indicação do nome do pai na certidão de nascimento, o que representa 10% de aumento em relação a esse mesmo período de 2018 e 2019. A problemática identificada na fala de Margarida visibiliza a violência de gênero e a violação dos direitos humanos que afeta milhares de crianças.

---

<sup>58</sup> Publicada pelo Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM, no dia 07/08/19.

<sup>59</sup> Somente em Manaus, o número de ausências do nome paterno no documento é de 1.512, quase metade do total observado em todo o Estado. Os dados consideram o período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2020 e foram computados a partir da base nacional de registros de nascimentos dos Cartórios de Registro Civil (CRC Nacional). Clipping do jornal, Em Tempo

Este fator também está articulado com a forma na qual foi constituído o pensamento social da Amazônia, com a imagem da mulher índia deturpada pelos viajantes e colonizadores, disseminada no Velho Mundo. Essa deturpação cultural e moral da mulher índia, Gambini (1999) denomina como o ‘feminino esvaziado’ ou ‘aventura fálica’. O europeu ao se deparar com o modo de vida e comportamento das indígenas totalmente diferente das europeias, as descreve como mulheres disponíveis para terem relação sexual, desalmadas, degradando a imagem e força heroica da mulher índia. “Não há protagonismo. A índia, primeira mulher, não é mais sujeito da história, nem da própria vida” (DIAS e GAMBINI, 1999, p.43).

Essa imagem distorcida das mulheres é usada como justificativa para o homem não assumir os filhos, imputando toda a culpa na mulher, por ser a sedutora, a lasciva, a pecadora sem alma que merece ser punida. O homem é isento de qualquer culpa. Conforme Dias e Gambini (1999, p. 64), “a sociedade brasileira foi fundada, criada e mantida pelo princípio masculino, fálico, desbravador, penetrante, conquistador e impune em seus excessos”. Os autores pontuam que as famílias sem pai, lideradas por mulheres, é um problema enorme no Brasil. As mulheres chefes de família carregam ainda nos dias atuais essa carga de estereótipos, estigmas e preconceitos. A narrativa de Margarida, a seguir evidência essa situação de preconceito:

Também sofri muito preconceito por ser mãe solteira, mas não dava a mínima. Na igreja, por exemplo, eu não gostava de falar muito da minha vida particular, só se fosse necessário, mas eu sempre fui assim, uma pessoa fechada, de não comentar nada a respeito da minha vida pessoal, o que acontecia na minha casa, o que se passava comigo e com meus filhos, não era assunto para ser comentado para outras pessoas, justamente por causa do preconceito, dos julgamentos, eu evitava. (Entrevista, 2020)

Os preconceitos e discriminação tem um forte simbolismo, pois trazem à tona a imagem estereotipada e errôneas das mulheres, agredindo seu ser. Hall (2016, p.193), pontua que “a estereotipagem é um elemento-chave deste exercício de violência simbólica”. Para este autor, os estereótipos implantam uma estratégia de ‘divisão’. Eles dividem o que é normal e aceitável daquilo que é anormal e inaceitável e tendem a ocorrer onde há grandes desigualdades de poder, sendo dirigido geralmente contra os grupos subordinados ou excluídos. Outro elemento que é visível nas narrativas de Margarida é a estigmatização que tende a situar as mulheres num patamar de insignificância nas diversas esferas da vida. O termo mãe solteira, representa uma

nomenclatura depreciativa, justamente, em virtude de a sociedade ser pautada nas desigualdades de gênero. A estigmatização é uma realidade enfrentada cotidianamente pelas mulheres. Para Goffman (2013, p. 6), o termo estigma é usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, na realidade é uma linguagem de relações não de atributos. “Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem horroroso nem desonroso”.

Para este autor, o estigmatizado é levado a responder naturalmente pelo estereótipo a ele designado. Isso explica o porquê em ouvirmos muito essa expressão no cotidiano da sociedade se referindo às mulheres que criam os filhos só, tanto que Margarida também usa essa expressão. Tem o grupo alvo e já foi naturalizado, “é aconselhado a corresponder naturalmente, aceitando com naturalidade a si mesmo e aos outros, uma aceitação de si mesmo que nós não fomos os primeiros a lhe dar. Assim, permite-se que uma aceitação-fantasma forneça a base para uma normalidade-fantasma”. (IBDEM, 2013, p. 105). As mães solteiras são facilmente identificadas em todos os locais. Para Torres (2002), o conceito de preconceito é bastante genérico. Envolve elementos de várias ordens e segmentos da sociedade. As práticas de preconceito vem reforçar uma ordem dominante por meio de instituições como a Igreja, Estado, Sociedade, Escola e Família.

Margarida elucida um aspecto muito relevante que deve ser destacado em nosso estudo: elas dificilmente abandonam os filhos, com raras exceções e em casos extremos. Elas enfrentam inúmeras adversidades, mas dão o jeito para criar e sustentar seus filhos. Essa é uma característica muito marcante da “Grande Mãe<sup>60</sup>”. Margarida tem essa força, essa garra, enfrentou o preconceito, os estereótipos, os estigmas, deu a volta por cima, seguiu de cabeça erguida. Afinal tinha que seguir a vida, criar os filhos. Eis a narrativa,

Eu tinha a consciência que precisava criar meus filhos. Juntei minhas forças ergui a cabeça e segui em frente. Passei por muitas dificuldades, mas meus filhos nunca passaram fome. Estão todos criados, graças à Deus. Agradeço muito a ajuda da minha mãe, da minha vó. A gente passa por adversidades, mas quando somos pai e mãe ao mesmo tempo, como eu sou mãe e pai dos meus filhos, a gente precisa ter força pra seguir a vida. A gente sempre quer criar os filhos juntos com pai, ter a convivência, mas só que nem tudo que a gente pensa pode ser. Eu sempre dizia que a minha vida era vida dos meus filhos, muitas pessoas falavam assim: - Menina tu pensa mais nos teus filhos que em ti. Sim pensava e penso até hoje, já estão todos adultos, dois já são

---

<sup>60</sup> A Grande Mãe é a Pachamama que é a Mãe de todas as mães, que acolhe, que alimenta, que dar força, que orienta, que energiza (Ver Frota, (2014).

casados e um já faleceu, tem um que está desempregado e eu sempre ajudando. Sempre falo para as pessoas: meus filhos são meu orgulho, até o que faleceu era orgulho da minha vida. Eu sempre digo que o meu coração é dividido entre sete pessoas, meus seis filhos e minha mãe. Minha mãe é tudo na minha vida, ela foi pai e mãe para mim, também pai e mãe dos meus filhos, junto comigo. Margarida. (Entrevista, 2020)

A narrativa reflete uma realidade vivida por muitas mulheres que afloram uma força que transcende a alma, sobretudo, quando se trata da proteção e a garantia do bem estar dos filhos. Margarida se resignificou, seguiu a vida, apesar das condições adversas, não permitiu que tirassem sua dignidade, não caiu no vitimismo, preferiu a luta, a bravura, não abriu mão dos filhos, enfrentou as dificuldades junto à sua mãe para garantir sustentá-los. Essa especificidade feminina precisa ser vista como uma forma de resistência, como um exemplo puro de humanidade, as mulheres como sujeitos centrais, da sua história na condução de outras vidas.

Esta reflexão deve também ser um ponto de partida para o fim das desigualdades e dominação de gênero e dar um ponto final no cinismo do privilégio masculino. É preciso romper com a forma institucionalizada de organização da vida. De acordo com Biroli (2018), esses processos induzem preferências, reproduzem vivências e estereótipos que controlam e regulam as relações e os sujeitos. Margarida sempre contou com a pareceria e solidariedade da mãe, que assim como ela, era chefe de família, e revela que nunca teve vergonha de ser “mãe solteira”. Ela narra essa situação da seguinte forma:

Sou mãe solteira e nunca tive vergonha de ser mãe solteira, assim como a minha mãe também nunca teve vergonha de ter sido mãe solteira. Hoje em dia dou graças a Deus que meus filhos já estão criados. Eu e a minha mãe chegamos a passar fome em uma época de crise que teve em Manaus, deixávamos de comer, mas o almoço deles era certo. A merenda e o jantar do meus filhos todo dia tinha, nem que fosse um pão com ovo, ou uma farofa de ovo, ou uma farofa de salsicha, uma marmitinha. Deus ajudou a gente, nunca tive coragem de dar nenhum. Teve gente que queria adotar meus filhos mas eu preferi criá-los. Também nunca tive coragem de tomar remédio para abortar. Essa é minha história de vida, de muita luta. (Entrevista, 2020)

A narrativa visibiliza a rede de solidariedade presente entre três gerações de mulheres que encontram uma na outra o alicerce, a força para enfrentar a pobreza e todas as formas de discriminação. São questões que refletem a solidariedade existente entre as mulheres. O discurso também chama a atenção para o fato de que as mulheres

subalternizadas chefes de família, são as mais atingidas pela falta dos equipamentos públicos, sobretudo, de políticas públicas que possam subsidiar essas famílias, tanto em relação à moradia quanto, à alimentação, creches dentre outros. Uma situação que tende a piorar em contextos de crises econômicas. De acordo com Biroli (2018, p. 110), “no cotidiano dessas mulheres, os desafios para criar os filhos em condições de vulnerabilidade implicam superação e solidariedade, mas também alto custo de sofrimento”.

A autora ainda considera que o ‘matriarcado da miséria’ é feito de exclusão, racismo e sexismo. Essas questões remetem à reflexão de que não devemos potencializar a mística do heroísmo maternal, ao ponto de cairmos na cilada de nos tornarmos coniventes, com a violência simbólica e outras manifestações de violências perpetradas nos processos de opressão e exclusão. A violência simbólica extrapola as situações visíveis, são mais sentidas na alma (SOUZA, 2007). Margarida, sentiu na sua vida os reflexos da falta de oportunidades aos jovens nas periferia das cidades, teve um de seus filhos assassinado, episódio que ela conta com profunda dor e tristeza, eis a narrativa:

Meu filho que faleceu procurou outro caminho, mas não foi por minha culpa, nem da minha mãe. Lutei muito para tirar meu filho daquela situação. Eu e minha mãe sempre ensinamos as coisas corretas. Ele já estava maior de idade, já tinha família. Só eu sei o quanto eu lutei, muito mesmo, e hoje em dia minha dor maior é por ele não estar perto de mim. Os outros cinco filhos estão bem, graças a Deus. (Entrevista, 2020)

Muitas mães, assim como Margarida têm enfrentando essa triste realidade: O envolvimento de jovens no submundo das drogas. Para Biroli (2018, p 111), “o extermínio sistemático de jovens negros nas o periferias das grandes cidades brasileiras faz parte da vivencia dessas mulheres [...] mulheres sofrem a dor da perda dos filhos”. Estas questões tem sido também bandeira luta do Movimento Feminista desde o século XX. As narrativas expostas por Margarida chamam a atenção para a necessidade de problematizar as condições das chefes de família, principalmente nesses tempos escuros, considerando as formas desiguais, destacando, sobretudo, os fatores que distingue o conjunto de mulheres enquanto classe social e raça.

Ademais, as circunstâncias que se apresentam numa sociedade marcada pelo individualismo e enfraquecimento dos laços de solidariedade, as falas de Margarida ecoam como um pedido de ajuda, de solidariedade, um chamado para o verdadeiro espírito de sororidade. Convergem nas diversas lutas que os movimentos feministas

vem travando desde o século XX, contra as pressões capitalistas, as desigualdades de gênero, a luta pelo direito aos aparelhos públicos, pela liberdade do corpo, pelo acesso à saúde, à educação, pela descriminalização do aborto, por meios contraceptivos e no enfrentamento à todas as formas de violências, que se acentuam de forma mais aguda nas camadas mais empobrecidas.

### **3.3 A trajetória de trabalho de Margarida: os percursos da infância à terceirização**

Muitas mulheres na Amazônia, assim como em muitas partes do mundo, começam a trabalhar muito cedo, principalmente, as pertencentes aos núcleos familiares mais subalternizados desprovidos de poder econômico. Com Margarida não foi diferente, ela e seus irmãos desde pequenos começaram a trabalhar na roça junto com sua mãe. Historicamente as mulheres sempre empreenderam grande parte do seu tempo no trabalho, seja no âmbito doméstico junto ao seu próprio domicílio, ou nos lares de terceiros. Com o advento do capital elas passaram a ingressar no espaço público, onde desde então, elas veem, assim como os homens, vendendo sua força de trabalho.

No trabalho na roça, as mulheres são as principais responsáveis pela cadeia produtiva desde o limpar, o plantar, todo o processo do cultivo, o transportar e toda a produção da cadeia da mandioca. Este trabalho é um processo cultural originado dos povos indígenas repassados de geração a geração a partir de suas práticas ancestrais. Nas sociedades indígenas esse processo cultural é assegurado também pela mitologia.

De acordo com Lévis Strauss (1978), são sociedades em que a mitologia tem por finalidade assegurar, com um alto grau de certeza, que o futuro permanecerá fiel ao presente e ao passado. É nesse entrelaçamento cultural e simbólico que Margarida vivenciou sua primeira experiência de trabalho, ainda na infância. Ela narra esse fato da seguinte forma:

O trabalho sempre fez parte da minha vida, comecei bem antes de eu ter meu primeiro filho. Fui trabalhar na roça<sup>61</sup> para ajudar minha mãe, capinava, raspava mandioca, carregava. Eu e meus irmãos pequenos

---

<sup>61</sup> O trabalho na roça é uma atividade que faz parte da cultura dos povos tradicionais, as mulheres participam desde cedo de todas as etapas do cultivo da mandioca.

trabalhávamos mesmo. Minha mãe é um exemplo de vida para mim e para nossa família. Foi com ela que aprendemos a importância de trabalhar para garantir o nosso sustento. (Entrevista, 2020)

O trabalho na roça ao mesmo tempo em que tem um valor muito significativo, requer também um grande esforço físico, tornando-se muito cansativo, podendo desencadear diversos problemas de saúde para as mulheres. Para Reis Filho e Torres (2015, p. 39), “no processo produtivo da mandioca, ao fazer a farinha, o corpo das mulheres parece carregar sobre as costas suas próprias roças. Ele funciona como agente cultural cujas formas e significados mutantes refletem o conflito e as mudanças históricas”. Neste contexto do trabalho na roça a saúde ganha *status* de valor moral. É, pois, na dinâmica das modificações históricas que a política de gênero é inscrita. Durante a morada no interior do estado, a roça era o meio pelo qual Margarida, seus irmãos e a mãe, supriam a sobrevivência da família. Com a vinda para a capital, Manaus, e com um filho para sustentar, ainda na adolescência, nossa entrevistada segue sua jornada de trabalho, agora como empregada doméstica, eis a narrativa:

Quando chegamos em Manaus fomos morar num bairro que estava iniciando, não tinha nada, a água a gente pegava da cacimba que ficava próximo da nossa casa. Para não deixar faltar o alimento para o meu filho e ajudar minha mãe, eu passava roupa na casa das pessoas que moravam por perto, lavava roupa e cuidava de crianças quando as mães precisavam sair para resolver alguma coisa fora de casa. Era pouco o dinheiro que eu recebia, mas já servia, dava para manter meu filho e ajudar minha mãe nas necessidades básicas. Com o tempo as pessoas foram me conhecendo e sempre que eu procurava emprego me ajudavam. A maior parte do meu trabalho foi em casa de família. Minhas patroas me ajudaram muito. Tinha umas patroas que eram generosas, elas sempre me ajudavam em termos de alimentação, principalmente nos finais de semana, elas me davam sempre uma cesta básica, davam frutas para as crianças. Às vezes quando eu precisava de dinheiro adiantado para comprar alguma coisa na semana para os meus filhos, como medicação ou outras coisas eu pedia um vale, no dia do pagamento, às vezes elas não descontavam. Eu agradeço, essa bondade. Mas nem todas as patroas eram assim, outras já descontavam, não me ajudavam muito. Mas isso eu acho que é do ser humano, cada um tem um jeito de ser. (Entrevista, 2020).

A entrada prematura de Margarida no mercado de trabalho, ao chegar na cidade de Manaus, ocorreu em virtude da maternidade que a levou a trabalhar em casa de família, no emprego doméstico. O trabalho na casa de família foi a primeira rota da

maioria das mulheres participantes dessa pesquisa, conforme constatamos.

Em nível de Brasil, 92% do trabalho doméstico é exercido por mulheres. As condições sociais e a baixa escolaridade traçam o perfil feminino neste tipo de trabalho. Elas tem necessidade de trabalhar para sobreviver, sustentar os filhos e ajudar no sustento da família. Nas intersecções entre gênero, sexo e raça, o estudo apresentado pelo IPEA (2018), aponta que elas são em sua maioria negras, de baixa escolaridade e oriundas de famílias de baixa renda. Para este instituto, o trabalho doméstico remunerado ainda é caracterizado por uma atividade precária, com baixos rendimentos, baixa proteção social, discriminação e até assédio sexual. Margarina narra que trabalhou em várias residências sem que sua carteira de trabalho fosse assinada, enquanto trabalhou de empregada doméstica. Vejamos:

Como eu já falei, comecei fazendo as faxinas, lavando roupa e cuidando dos filhos de outras mulheres, depois fui ficando conhecida, foi ficando mais fixo meus serviços nas casas. Quando completei 18 anos já era de maior arrumei um emprego também numa casa de família, próximo do centro da cidade, não era de carteira assinada. Trabalhei três anos nessa residência, mas ele nunca assinou minha carteira. Lembro que em um certo tempo eu estava grávida, ele (patrão) me deu todo apoio, ela não era ruim comigo. Quando eu saí para ter o bebê, meu patrão pagou tudo que ele me devia, todos os meus direitos. Depois voltei quando completei o resguardo, a patroa não queria outra pessoa, me queria, porque já me conhecia, eu era de confiança. Saí de lá porque eles viajaram. Fui trabalhar em outra casa, mas, carteira assinada mesmo só tive quando fui trabalhar com uma família tempos depois, onde trabalhei por dois anos. (Entrevista, 2020).

Margarida narra que recebia os direitos, mas o fato de não ter sua Carteira de Trabalho assinada dificulta a garantia de outros direitos, como aposentaria, auxílio doença FGTS, dentre outros. Ou seja, uma situação de não cidadania que impede a possibilidade de usufruir da aposentadoria no futuro. Durante muitos séculos as trabalhadoras domésticas não tinham quaisquer direito trabalhista, os poucos direitos que elas conquistaram recentemente devem-se às lutas dos Movimentos de Mulheres, entre as conquistas consta a PEC das Domésticas. Esta vitória contou com a participação direta das mulheres da Amazônia como as indígenas<sup>62</sup>, dentre outras. A aplicação desta lei visa corrigir injustiças históricas sofridas por um conjunto de mulheres que dedicam anos de longas jornadas nesse tipo de atividade à disposição de

---

<sup>62</sup> A esse respeito sugerimos a leitura da tese de doutorado de Ivania Maria Carneiro Vieira, intitulada: Lugar de Mulher: A participação da Indígena nos Movimentos Feministas e Indígenas do Estado do Amazonas UFAM- PPGSA, 2017.

suas empregadoras. Porém, é uma questão que ainda requer um amplo debate, pois a existência da lei ainda não foi o suficiente para dar fim à precarização e exploração da força de trabalho feminino nessa ocupação.

Mas, numa sociedade enraizada nas disparidades de gênero as mulheres das classes subalternizadas não têm muita escolha entre estudar, se qualificar para seguir uma carreira, escolher qual profissão seguir, as que conseguem estudar e driblar as adversidades é à base de muitos esforços e sacrifícios. As políticas educacionais mesmo sendo obrigatórias por lei, ainda é um processo desigual e, historicamente, foi negada às mulheres o acesso à educação por muitos séculos.

O Estado tem uma dívida significativa para com as mulheres em relação à educação, sobretudo, com as mulheres negras. Também é verdade que nas últimas décadas as mulheres vêm estudando mais, porém, ainda enfrentam muitos entraves que dificultam sua emancipação plena. A baixa escolaridade ainda tem sido uma questão crucial responsável pela precariedade do trabalho das mulheres e a permanência delas em nichos de ocupações inferiorizados, conforme apontam as literaturas de Hirata (2009), Bruschini (1985), Passos (2018), dentre outras.

Margarida, sabendo que não poderia seguir com os estudos enquanto os filhos eram pequenos, continuou sua trajetória de trabalho, sempre ao lado da mãe. Vejamos:

Quando meus filhos ainda eram pequenos perguntei para minha mãe se ela podia sair do emprego para tomar de conta das crianças. Disse a ela que eu garantia sustentar a casa com ajuda da minha avó que já estava aposentada. E foi isso que aconteceu, minha mãe ficava em casa com as crianças, enquanto eu ia para o trabalho. Eu lembro que mesmo estando grávida cheguei a trabalhar em dois empregos, com um barrigão eu ia, saía de um trabalho ia para o outro, trabalhava como serviços gerais. Essa foi minha luta por muito tempo, era cansativo, mas eu não tinha outra escolha. Deus me ajudou muito, também tive ajuda dos meus irmãos quando eles começaram a trabalhar. (Entrevista, 2020)

A realidade elucidada por Margarida se entrelaça com a de muitas mulheres nessas condições que se desdobram em empregos precários para sustentar suas famílias. Não conseguem descansar em momentos quando o cansaço é demasiado, pois muitas, devido a necessidade precisam se desdobrar entre dois empregos. A cumplicidade entre Margarida e sua mãe também demonstra que as mulheres tem reações mais humanas, equilibradas, afetivas, elas ainda conseguem segurar os laços de solidariedade, principalmente nesses tempos de degradação das antigas solidariedades, conforme pontua Morin (2007). Esses laços são fundamentais para

fortalecer a luta pela cidadania feminina, sobretudo nesse contexto histórico que tende a agravar o processo de exploração das minorias.

A narrativa de Margarida visibiliza um histórico muito presente na vida das mulheres negras, pauperizadas, moradoras da periferia, com filhos para criar, são vulneráveis ao aviltamento da sua força de trabalho. À elas, o repouso, o lazer, enquanto necessidade básicas não fazem parte do seu mundo. Numa sociedade pautada no antagonismo de classe, no racismo e sexismo, “o pobre não repousa, não tem o privilégio de gozar descanso,” (JESUS,<sup>63</sup>2005, p. 10).

O sacrifício das horas destinadas ao trabalho, não as poupam de passarem privações juntos com seus filhos, o que torna a vida dessas mulheres ainda mais atribulada. Mas, as necessidades postas em suas vidas fazem com elas se desdobrem entre dois empregos mal remunerados. A vulnerabilidade social, as circunstâncias dos acontecimentos de suas vidas as tornaram suscetíveis à exploração do capital.

Mesmo trabalhando desde a adolescência na casa de família e se desdobrando entre duas casas, as faxinas extras, não foi o suficiente para Margarida juntar um valor para conseguir concluir a construção da tão sonhada casa própria. Ela mora num local cedido pela igreja da qual participa, conforme o sua próprio narrativa,

Eu e meu companheiro conseguimos com muito sacrifício comprar um terreno num bairro da periferia, na Zona Norte (depois de alguns anos, com os filhos já criados vivo com meu companheiro que conheci uns anos atrás). Moramos só nós dois, minha filha caçula que já é adulta mora com a minha mãe. Estamos tentando construir nossa casa, como temos pouco recurso estamos construindo devagar. Por enquanto, a gente mora numa casinha com dois cômodos atrás da igreja que eu participo, o pastor cedeu pra nós, até conseguirmos construir nossa casa, deixar pelo menos no ponto de morarmos. Tenho fé em Deus que vou terminar minha casa, vou ter meu conforto. (Margarida, 2020)

As mulheres das camadas mais pauperizadas sofrem com o *déficit* habitacional nos centros urbanos. Como a maioria vive de salário mínimo não conseguem comprar a tão sonhada casa própria e quando conseguem há outras situações a serem vencidas, conforme expõe nossa informante. De acordo com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, o Direito à moradia adequada (2013) inclui o acesso igualitário e não discriminatório à moradia adequada. Não obstante, as desigualdades promovidas na sociedade contribuem para que as famílias mais vulneráveis não tenham acesso à moradia digna. A política habitacional do Projeto Minha Casa Minha

---

<sup>63</sup> Maria Carolina de Jesus.

Vida, lançado em 2009, pelo Governo Lula caracteriza-se como uma política pública com o recorte de gênero ao priorizar as mulheres como fator de matricialidade do Programa.

No âmbito do Estado a Secretária de Políticas para as Mulheres (SNPM<sup>64</sup>) criada em 2003, foi de grande importância na luta para garantir as políticas de inclusão das mulheres, e para a valorização delas enquanto sujeitos sociais e sua importância no desenvolvimento econômico, social, político e cultural da sociedade. De acordo com Torres (2002, p.64), “as mulheres estão entre os grupos sociais que buscam afirmar sua cidadania no plano da conquista de direitos sociais, desde os marcos da Revolução Industrial”.

Como vimos anteriormente, ter uma atividade econômica não significa a garantia de acesso aos bens essenciais. Essas questões tem motivado o debate sobre o trabalho. Para Mercure e Spurk (2005, p. 9), “hoje mais do que nunca o trabalho encontra-se no centro do debate que toda sociedade mantém consigo mesma: esse debate diz respeito ao lugar do trabalho em nossas vidas”. Para os autores esse debate incluir formas que ele assume e às condições de trabalho próprias a certas categorias sociais, além das transformações do vínculo empregatício e da relação salarial.

Margarida, depois de um longo período de sua vida trabalhando como empregada doméstica seguiu sua trajetória em outras ocupações, conforme ela mesma narra:

Depois de muito anos trabalhando como empregada doméstica, fui contratada por um senhor que trabalhava com cosméticos, eu já tinha trabalhado na casa dele. Ele me contratou como auxiliar das supervisoras de venda. Ele tinha equipe na capital e no interior. Eu ainda fiz algumas viagens para o interior, depois pedi para sair, porque eu ficava longe dos meus filhos, meu caçula já estava até me chamando de tia e eu era pai e mãe. Depois trabalhei como serviços gerais num escritório, era avulso, mas meu patrão me pagava direitinho. Depois ele se mudou para outro município. Foi nesse tempo que eu consegui um emprego na prefeitura para trabalhar como gari. Trabalhei oito anos e três meses como gari, aí entrou o Amazonino como prefeito, ele demitiu 200 funcionários de cada secretaria, eu fui uma das funcionárias demitidas. Fui lesada, porque saí sem direito a nada. Eu pensava que a prefeitura pagava todos os direitos, mas não paga. Depois que eu fui demitida da prefeitura, fui trabalhar num escritório como serviços gerais, lá o patrão sempre atrasava o salário, para me pagar era uma luta, às vezes não mandava meu vale transporte, era no mesmo bairro onde eu moro, mas eu precisava. Também trabalhei muito em campanha eleitoral, alguns candidatos

---

<sup>64</sup> No governo Bolsonaro a partir do Decreto nº 9.417, de 20 de junho de 2018, transferiu-se a Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres para a estrutura organizacional do Ministério dos Direitos Humanos.

pagavam o nosso serviço, mas tinha outros que não, aí eu ia no comitê cobrar, às vezes quando chegava lá, não era mais no mesmo local, era uma luta pra receber o pagamento pelo trabalho que fazíamos na rua pegando sol para distribuir material. Muitas vezes nós não recebíamos mesmo. (Margarida, 2020).

Na narrativa acima constatamos que a trajetória de trabalho de Margarida é marcada pela violação de direitos trabalhistas e incertezas nesse campo, o que sugere o quanto as mulheres, ainda continuam nas categorias mais afetadas e exploradas no mercado de trabalho. Na trama que se passa na vida profissional de nossa informante também estão engendradas as relações de poder e dominação capitalista, e a persistência da segmentação de mercado para ela.

De acordo com Foucault, (2017, p. 235), “como sempre, nas relações de poder, nos deparamos com fenômenos complexos que não obedecem a forma hegeliana da dialética”, de modo que, se o poder só tivesse a função de reprimir, excluir ou censurar seria muito frágil, então, o poder é forte porque se expande positivamente no nível do desejo. As situações enfrentadas por Margarida também configuram manifestações explícitas de violências. Ao voltarmos nossa análise ao tema da violência e a desigualdade, constatamos que ela continua na atualidade, sobretudo a violência da exploração da força de trabalho das mulheres com atrasos de salários e calotes que são formas de dominação e sujeição em todas as dimensões da vida. Weber (1999, p. 141), pontua que no “âmbito da influência com caráter de dominação sobre as relações sociais e os fenômenos culturais é muito maior do que parece à primeira vista”.

O debate sobre as condições de trabalho das mulheres continua posto na agenda de lutas, assim como nos diversos estudos com intuito de dar visibilidades às injustiças, mas também, no sentido de provocar o desenvolvimento de ações para o enfrentamento das desconexões existentes e que sejam capazes de promover a equidade de direitos e de gênero. Para Torres (2002, p. 209), a história já mostrou que “a defectividade das relações trabalhista se estabeleceu na divisão sexual do trabalho, ao mesmo tempo em que consolidou e esgarçou um tipo de preconceito relativo à condição feminina”. Segundo a autora, esse preconceito é expresso nos salários, instabilidades, dentre outros, e podemos acrescentar a fragilidade em relação aos direitos trabalhistas. De acordo com Bourdieu (2003<sup>a</sup>, p. 55), “as mulheres só podem aí ser vistas como objetos, ou melhor, como símbolos cujo sentido se constitui fora delas e cuja função é contribuir para a perpetuação ou o aumento do capital simbólico em poder dos homens”.

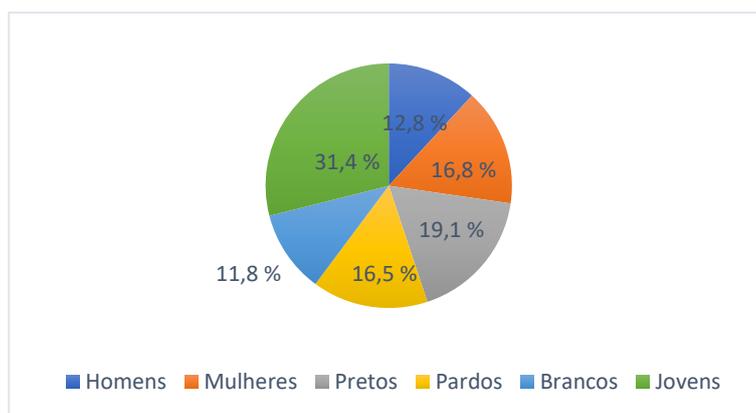
Em tempos de crises, as condições tornam-se mais desafiadoras para as mulheres que se encontram na mesma situação que Margarida. Elas são atormentadas pelo medo de perder o emprego. São aprisionadas pelas necessidades de sobrevivência. Estes são motivos que Margarida encontra como justificativa para permanecer trabalhando como cozinheira na escola contratada por uma empresa terceirizada, mesmo tendo seus direitos violados. Vejamos a narrativa:

Eu penso assim, por mais que a empresas atrase, mas um dia vai pagar. Mesmo que não paguem todos os meses atrasados, mas sempre um mês ou outro, a empresa paga. Os outros meses vão pagando depois, é o jeito. Porque hoje em dia está muito difícil conseguir emprego, muito difícil mesmo. Eu vejo muita gente indo em busca de trabalho e não encontra. Vendo essa situação, eu penso que por mais que empresa atrase o nosso pagamento, nosso Vale Alimentação, nosso Vale-transporte, mas estando empregada tenho a expectativa que vou receber. Se eu pedir demissão serei mais uma pessoa desempregada a procura de emprego. Então eu prefiro ficar na empresa mesmo com os atrasos do que pedir minha conta. Eu aqui eles já atrasam, se eu pedir demissão corro o risco de não receber a indenização e outros direitos trabalhista. Ou vão pagar só se eu for na justiça, ou não, como foi o caso da outra empresa, a RCA, que até hoje está devendo a gente, até agora não temos nenhuma resposta, se vamos receber. A gora na pandemia a empresa continua atrasando nosso salário. O encarregado justificou o atraso, porque não estamos na escola fazendo nosso trabalho, devido o isolamento social, mas não é nossa culpa. Apesar das dificuldades que a gente passa das lutas, mas é melhor está trabalhando do que está desempregada. (Entrevista, 2020)

O desemprego tomou o maior impulso com o evento da pandemia causada pelo Novo Coronavírus da Covid-19, que teve impacto expressivo no mercado de trabalho atingindo em milhões de trabalhadores. O desemprego que já estava em alta, elevou-se em grande proporção no ano de 2020. Os índices do IBGE (2020), apontam que no terceiro trimestre de 2020, 14,6 milhões de pessoas ficaram desocupadas<sup>65</sup>. No Amazonas, a taxa de desocupação é de 16,6, nesse mesmo período, segundo a PNAD (2020). Quanto ao gênero, raça e idade as mulheres estão entre as mais afetadas pelo desemprego, uma média bem acima da média nacional, conforme podemos observar no gráfico a seguir.

---

<sup>65</sup> A PNAD Contínua é a pesquisa que mostra quantos desempregados há no Brasil. Nela, o que é conhecido como desemprego aparece no conceito de desocupação. Consideramos o termo, desocupação utilizado pelo Instituto inadequado, considerando que o emprego é um direito constituído como mecanismo de acesso a cidadania.



**Gráfico 3** - Percentual de desocupados no 3º trimestre de 2020 quanto ao gênero, jovens e raça.  
**Fonte:** Adaptado por Elisiane Andrade, dados do IBGE/ PNAD, 2020.

Tudo indica que o desemprego continuará aumentando e as condições de trabalho já agravadas pela agenda neoliberal, tende a provocar mais incertezas, que é uma prática comum na sociedade capitalista. Para Spurk (2005, p. 202), “o capitalismo em geral a produção capitalista em particular são criadores de instabilidade e de incerteza concernentes ao futuro e, finalmente, criam angústias existenciais”. São essas angústias que fazem Margarida aceitar as condições de trabalho em que se encontra.

Margarida presta serviço na escola há cinco anos, dois anos anterior à RCA e está há três anos contratada pela PRI. Na sua narrativa ela demonstra a preocupação em levar mais um calote, tiveram que recorrer ao MPT, conforme frisamos no capítulo II. Até agora não receberam todas as parcelas referente aos direitos reclamados e calculados junto ao MPT. Não receberam 13º salários, férias atrasadas, salários atrasados, horas-extras, rescisão e cesta básica. Mesmo com atrasos e o baixo salário, Margarida se vê obrigada a comprar uniforme novo porque a empresa não subsidia essa necessidade de forma efetiva. Também é movida pela fé e esperança de que um dia entrará uma empresa melhor. Eis a narrativa:

Mas eu tenho fé em Deus que um dia vai entrar uma empresa que possa pagar a gente direitinho, passe a pagar nossos direito ver a situação do nosso trabalho porque muita coisa fica faltando, como o uniforme, por exemplo, as vezes só dão uma ou duas fardas para o ano, isso não é certo, ainda mais para quem trabalha em cozinha, em pouco tempo a farda da gente já tá se rasgando principalmente as calças, aí nós temos que tirar do nosso dinheiro para comprar porque a empresa nunca tem para dar pra gente, as camisas a mesma situação. A gente passa muitas dificuldades no trabalho, mas temos que erguer a cabeça e ver que tem muitos aqui fora que estão precisando de um trabalho desse e não consegue, então eu prefiro ficar, porque quando eles pagam para a gente é de lá que eu pago minhas contas, é de lá que eu

ajudo minha mãe entendeu. Hoje tenho meu marido, não tenho nenhum filho com ele mas eu nunca deixei de trabalhar, minha renda é a principal fonte do nosso sustento. (Entrevista, 2020).

Essa é, pois, uma situação de extrema vulnerabilidade social. A incerteza do amanhã e da possibilidade de perder o emprego leva ao medo e aceitação da condição de atrasos dos salários na qual essas mulheres se encontram. Para Abílio (2014, p. 165), “a aceitação do sofrimento está relacionada à tolerância da injustiça, que extrapola o âmbito. Mais do que tolerância, leva a uma participação ativa do trabalhador nas relações que infligem o sofrimento a outrem e a si mesmo”. A verdade é que o novo emprego posto na agenda brasileira tem fragilizado ainda mais a importância da cidadania salarial. Braga (2017, p. 167) sinaliza que “o novo emprego formal no país transfigurou-se a ponto de reproduzir uma condição de insegurança social muito parecida com a velha informalidade”.

Margarida é uma trabalhadora assalariada<sup>66</sup> com Carteira de Trabalho assinada com valor registrado de R\$ 1.108, 19, desde quando foi contratada até agora não obteve nenhum reajuste, ela faz parte do precariado presente nos centros urbanos. Para Braga (2012), uma das características do precariado é o fato de serem uma parte da população estagnada e com renda entre 01 e 02 salários mínimos. Segundo este autor, os trabalhadores precarizados são uma parte da classe trabalhadora em permanente trânsito entre a possibilidade da exclusão econômica e o aprofundamento da exploração econômica. Esse fenômeno está muito articulado não só com a crise econômica, mas também com o processo de desindustrialização e reconfiguração do modo de produção capitalista. Margarida, apesar das adversidades mantém vivo seus sonhos, por condições dignas de vida, vejamos a narrativa:

Meu sonho sempre foi dá para os meus filhos condições dignas de vida, alimentação, educação. Que mais à frente eles reconheçam também tudo que eu e minha mãe fizemos por eles, por nós, pela nossa família. Eu sempre desejei ver meus filhos na faculdade. Para minha grande alegria um dos meus filhos já concluiu a faculdade, passou seis meses na França fazendo intercâmbio, fico feliz de ver ele buscando seus sonhos, eu dou muita força. Tenho fé em Deus que vou concluir meus estudos fazer uma faculdade ou um curso técnico em Gastronomia. Antes meu sonho era entrar na Polícia Militar, mas não foi possível, meus filhos eram pequenos, eu precisava garantir o sustento deles. Quero estudar para conseguir um emprego melhor ter condições de dar melhores condições pra minha mãe, arrumar a casa

---

<sup>66</sup> De acordo com Torres (2002), o trabalho assalariado, como um ato instituinte da sociedade moderna, possui uma estrutura de gravitação que engendra contradições que vão se materializando e se envolvendo no curso da história e na vida dos sujeitos sociais homens e mulheres.

dela, melhorar a estrutura, ela merece uma casa com mais conforto. Esses são meus sonhos, tenho esperança que tudo vai melhorar. (Entrevista, 2020)

O trabalho para as mulheres tem uma carga simbólica, não somente no que se refere aos papéis arbitrariamente destinados a elas, tampouco, somente pela necessidade de sobrevivência, mas principalmente, pelo sentir-se sujeito pertencente a sociedade, pela afirmação da identidade social e da cidadania. Para Torres (2020, p. 434) “a cidadania constitui-se no horizonte balizador de emancipação do ser social, é *status* de reconhecimento do cidadão enquanto sujeito de direitos e deveres”.

Os sonhos de Margarida representam a busca e a afirmação da cidadania tão negada ao conjunto de mulheres da classe subalternizada segregada nos centros urbanos. Esses sonhos, podem ser interpretado como um convite à luta contra as estruturas de dominação/opressão/ exploração. Os avanços conquistados ao longo dos anos ainda não são suficientes para frear as políticas neoliberais em curso. A luta deve ser universal e com objetivo único de construir a equidade de gênero. Margarida finaliza com a frase: “essa foi minha vida”. Podemos contribuir para o curso da vida de muitas mulheres, construindo com elas novas utopias de libertação social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Mal foi iniciada a busca da  
mulher pela própria identidade.  
Mas está próximo o tempo em  
que as vozes da mística feminina  
não poderão abafar a voz íntima  
que a impele ao seu pleno  
desabrochar.*

**(Betty Friedan)**

Esta pesquisa, centrada no trabalho terceirizado de mulheres, traz o debate atual da figura do precariado, como uma nova categoria que se põe no mundo do trabalho para explicar a condição de extrema exploração da força de trabalho extraída pelo capital. Embora as mulheres trabalhadoras do trabalho terceirizado possuam contrato de trabalho com assinatura da carteira profissional, elas são aviltadas em seus direitos sociais e trabalhistas.

O trabalho precarizado é aquele em que os trabalhadores são subtraídos em sua cidadania, que têm direitos trabalhistas negligenciados e até negados pelo capital, formando a figura do precariado. As mulheres estão majoritariamente inseridas neste tipo de trabalho, numa flagrante desigualdade de gênero. Esta situação não deixa de se configurar em violência simbólica, atingindo frontalmente a subjetividade e a psiqué das mulheres.

Esta pesquisa constata que as mulheres do trabalho terceirizado que prestam serviço à Escola Municipal João Goulart, assumem a função de cozinheiras e de serviços gerais. São mulheres chefes de família e algumas sem a presença do conjuge, residentes em bairros da zona Norte e Centro Oeste, áreas habitacionais da cidade de Manaus. Possuem baixa escolaridade e tem um histórico de inserção no trabalho doméstico em suas trajetórias de vida. A trajetória de trabalho dessas mulheres sempre foi marcada pela violação de direitos sociais e trabalhistas.

A pesquisa constata que essas mulheres enfrentam péssimas condições de trabalho, realizando suas atividades sem as necessárias condições de proteção com equipamentos de prevenção, em meio ao calor e altas temperaturas, insalubridade, sem plano de saúde, dentre outros. A violência simbólica se manifesta nessas situações, assim como a violência moral, que atinge as diversas dimensões da vida dessas trabalhadoras. Essas violências também estão presentes na diferença salarial, nos atrasos de salários, nos

calotes e na inexistência de férias, haja vista que muitas tiveram mudanças dessas empresas no plano da rotatividade na escola. O trabalho terceirizado na escola é um nicho onde identificamos a reprodução da divisão sexual do trabalho e da violência de gênero institucional e capitalista.

O século XX foi um século de avanços em relação à conquista de direitos sociais e trabalhistas para as classes trabalhadoras, sob o manto das lutas sindicais. A cidadania sindical conduziu diversos conflitos que emergem nas diversas categorias de trabalhadoras e que se colocaram na arena política frente ao Estado no âmbito da contradição capital/trabalho. O Estado, por sua vez, tem contribuído com os mecanismos e estratégias do mercado que busca manter sua hegemonia e controle dos meios de produção, para cumprir seus objetivos de acumulação.

Enfrentar a essência destrutiva do capital continua sendo o grande desafio dos trabalhadores e trabalhadoras que são atingidos dentro e fora do mercado de trabalho. No decorrer deste estudo não foi possível mensurar os lucros obtidos pelas empresas, mas conseguimos perceber o sofrimento causado às mulheres.

Historizar a real situação de exploração nas quais elas estão submetidas e suas estratégias de resistências neste contexto amazônico, é dar visibilidade às formas de opressão e dissimulação das violências presentes nas péssimas condições de trabalho. Dentre essas violências constatamos os preconceitos, os estigmas e discriminação sofridos por mulheres chefes de família.

A pesquisa constata que a inserção dessas mulheres no trabalho terceirizado tem sido em meio às tensões e conflito no que diz respeito aos atrasos dos salários por parte das empresas terceirizadas somados à não remuneração de hora-extra, férias, rescisão de contrato e outros encargos trabalhistas. Essa situação levou-as a se organizarem politicamente para reivindicar seus direitos frente à justiça do trabalho. Foram reconhecidas em seu pleito com ganho de causa junto ao Ministério Público do Trabalho que condenou a empresa Ré, tanto pela inadimplência trabalhista quanto pelos danos morais causados às trabalhadoras. Mesmo assim muitas delas não receberam todos os proventos atrasados.

Identificamos a reprodução da violência simbólica contra as trabalhadoras em vários aspectos e circunstâncias, tais como: adoecimento em função dos atrasos de salários e pelas más condições de trabalho, baixa autoestima, estresse emocional, humilhação, tristeza pela impossibilidade de suprir as necessidades básicas dos filhos,

impotência em não poder manter seus compromissos de contas a pagar, dentre outras situações.

Contatamos que o vilipêndio que atinge essas trabalhadoras em virtude das perdas trabalhistas como férias, décimo terceiro, FGTS, verbas rescisórias, dentre outros, interfere na subjetividade delas manifestada nas incertezas, vulnerabilidades, descartabilidade da força de trabalho e desvalorização da pessoa humana. Instituições públicas como escolas tem sido espaços de invisibilidade da exploração da força de trabalho dessas mulheres. Essas trabalhadoras, diante da violação de seus direitos, são sacrificadas com o dispêndio da sua força de trabalho em outras alternativas para conseguir suprir as necessidade básicas da família, que configura violência simbólica, pois essa situação também as priva do direito ao descanso e lazer.

Esta pesquisa constata que neste contexto de pandemia, causado pelo avanço do Novo Coronavírus, a Covid-19, tem agravado a situação dessas mulheres, pois, as empresas continuam violando os direitos trabalhistas, alegando que as trabalhadoras não estavam realizando o trabalho na escola, em virtude do isolamento social. Esse problema tem sido invisibilizado nesse momento de crise sanitária. A atitude desrespeitosa por parte das empresas configura um quadro de aprofundamento das condições precarizadas das mulheres.

Identificamos, também que ocorre violência simbólica nas práticas ilícitas das empresas ao promoverem privação de diversas naturezas às trabalhadoras e sua família, descontos indevidos em virtude de faltas na folha de pagamento, pois, elas não dispunham de proventos para o deslocamento até o local de trabalho. Nosso estudo mostra que são frequentes as práticas das empresas terceirizadas de atrasos de salários e demais inadimplências trabalhistas.

Quando a situação se avoluma nem sempre ou quase nunca as empresas entram em concordata, ou seja, se comprometem em pagar os direitos trabalhistas das funcionárias e, na maioria das vezes, anunciam falência. Essa situação tem demandado inúmeras denúncias junto ao Ministério Público do Trabalho advindas de profissionais das áreas de limpeza e cozinheiras das escolas municipais, que não são casos isolados. Mesmo a justiça dando ganho de causa para as trabalhadoras, elas findam não recebendo os direitos garantidos por lei, em virtude da declaração de falência por parte das empresas.

Esperamos, por fim, que este trabalho seja mais uma contribuição para a reflexão sobre a condição da mulher na modalidade do trabalho terceirizado nas instituições públicas. Esperamos que desperte o desejo de continuidades de mais estudos acerca da

violência simbólica no âmbito do trabalho terceirizado; que sirva de aparato científico para contribuir com a pauta dos movimentos feministas e demais organizações em defesa dos direitos das mulheres.

Ademais, confesso que este tema e a pesquisa aqui apresentada contribuiu substancialmente para o meu aprendizado, ajudando-me a tecer profundas reflexões sobre gênero e trabalho, aguçando mais o meu desejo pela militância social junto aos movimentos de mulheres, assim como o desejo pela pesquisa. Sou uma mulher melhor. Este estudo exigiu de mim disciplina e muito empenho para compreender as diversas faces e formas de manifestação da violência simbólica, que dissimuladamente atinge as mulheres no mundo do trabalho causando dores, silenciamentos, adoecimento, privação e empobrecimento.

Como pesquisadora admito que as dificuldades e os desafios foram enormes, durante o período de vivência do mestrado, sobretudo, na construção do objeto de pesquisa. Em virtude do evento da pandemia tornou-se mais difícil para mim realizar as entrevistas, pois, algumas trabalhadoras se recusaram a colaborar com o estudo por medo de perderem o emprego, outras demoraram a ceder, mas, enfim, conseguimos terminar a pesquisa.

Inúmeras vezes, o medo e a angústia tomaram conta de mim, outras vezes foi difícil conter as lágrimas, ao me encontrar com narrativas que foram surgindo ao longo desse estudo. Algumas passagens eram um encontro comigo mesma, como mulher, negra, desprovida de poder aquisitivo, chefe de família, que muito cedo foi submetida ao trabalho precarizado. Assim como essas mulheres, sei o que é sentir na alma as dores da injustiça e da exploração.

Mas chegamos até aqui, trilhando um caminho íngreme sem perdermos o foco, a fé, os sonhos e, acima de tudo, não desistir jamais. Como diz a música de Margareth Menezes, “nosso céu é todo blue e o mundo é um grande gueto”. Foi com esse sentimento de perseverança que a materialização dessa dissertação foi possível. A continuidade das desigualdades sociais tem criado guetos femininos, mas nesses guetos elas são resistência e protagonistas nas pautas por direitos. O protagonismo das mulheres é imprescindível para fazer frente aos desafios históricos conjunturais de nosso país. Mulheres, fiquemos unidas!

## REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludimila Costhek. **Sem maquiagem: O trabalho de um milhão de vendedoras de cosméticos**. 1. ed.- São Paulo: Boitempo: Fapesp, 2014.

\_\_\_\_\_. **Uberização do trabalho: subsunção real da viração**. CESIT/Unicamp, 2017. Disponível em: <https://www.cesit.net.br/uberizacao-do-trabalho-subsuncao-real-da-viracao>. Acesso em: 14 de maio de 2021.

\_\_\_\_\_. **Sem maquiagem: O trabalho de um milhão de vendedoras de cosméticos**. 1. ed.- São Paulo: Boitempo: Fapesp, 2014.

ABID – Ministério da Indústria, Comércio e Serviços. **Agenda brasileira para a indústria 4.0 -2017** . Disponível: <http://www.industria40.gov.br/>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2021.

A CRÍTICA. **Órgãos recomendam que SEMED não renove contratos com a empresa RCA**. Disponível em:<https://www.acritica.com/channels/cotidiano/news/orgaos-recomendam-que-semed-nao-renove-contratos-com-a-empresa-rca>. Acesso em: 13 de junho de 2019.

AGÊNCIA IBGE. **No Dia da Mulher, estatísticas sobre trabalho mostram desigualdade**. Disponível em:<<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/22374-ibge-divulga-as-estimativas-de-populacao-dos-municipios-para-2018>>. Acesso em: 08 de junho de 2019.

ANASPS. Associação Nacional dos Servidores Públicos da Previdência e da Seguridade Social. **Manaus é a capital com maior taxa de desemprego no país**. Disponível em: <<https://www.anasps.org.br/manaus-e-a-capital-com-maior-taxa-de-desemprego-no-pais-aponta-ibge/>> Acesso: 20 de jul de 2020.

ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do Trabalho**. 1ª edição -São Paulo: Boitempo.1999.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. 2ªedição – São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. **A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra**. 2015 Disponível: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/Sm4618UP754c17102374.pdf>. Acesso em: 24 de Nov de 2020.

ASSUNÇÃO, Assunção. **A precarização tem rosto de mulher: a luta das trabalhadoras e trabalhadores da USP**. São Paulo. Ed. Iskra, 2013.

BANDEIRA, Lourdes Maria; PRETURLAN, Renata Barreto. **As pesquisas sobre uso do tempo e a promoção da igualdade de gênero no Brasil**. In: Orgs. FONTOURA, Natália; ARAÚJO, Clara; BARAJAS, Maria d La Paz, et al, **Uso do tempo e gênero**. Rio de Janeiro, UERJ, 2016.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. 1994. Disponível em: <http://www.consultapopular.org.br/sites/default/files/consenso%20de%20washington.pdf>

f. Acesso em 01 de junho de 2019.

BARROS, Albani de. **Precarização: Degradação do trabalho no capitalismo contemporâneo**. Maceió: coletivo veredas, 2019.

BÉGUIN, Pascal. **Acerca de la evolución del concepto de actividad**. *Laboreal*, v. 2, n. 1, p. 55-61, 2006. (Tradução livre de autores)

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdade: os limites da democracia no Brasil**. – 1.ed.- São Paulo: Boitempo, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder do simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

\_\_\_\_\_. **A ilusão biográfica**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. *Uso e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 183-191.

\_\_\_\_\_. **A Dominação Masculina**. Tradução Maria Helena Kuner. 2ed. RJ: Bertrand Brasil, 2003.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

\_\_\_\_\_. **A Miséria do Mundo**. Tradução de Mateus S. Soares. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

\_\_\_\_\_. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kuhner. 6ª ed. Rio de Janeiro, 2018.

\_\_\_\_\_. **Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais**. Tradução de Fábio Ribeiro. Petrópolis: RJ, Vozes, 2018.

BRAGA, Ruy. **A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global**. São Paulo: Boitempo, 2017.

\_\_\_\_\_. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRANT, Luiz Carlos e MINAYO-GOMEZ, Carlos. **Da tristeza à depressão: a transformação de um mal-estar em adoecimento no trabalho**. *Interface*, 2008, vol.12, n.26, p.667-676. Botucatu, ISSN 1807-5762. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832008000300017>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2021.

BRASIL. **Lei da Terceirização**. Lei Nº 13.429, de 31 De Março de 2017.

\_\_\_\_\_. Secretaria Nacional de Relações de Trabalho e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos **Terceirização e Desenvolvimento: uma conta que não fecha / Dossiê do impacto da terceirização sobre os trabalhadores e propostas para garantir a igualdade de direitos**. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2014.

BRUSCHINI, Cristina. **Mulher e trabalho: uma avaliação de décadas da mulher**, São

Paulo: Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.

\_\_\_\_\_. **Trabalho Feminino no Brasil: novas conquistas ou persistências da discriminação.** 1998.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão de identidade.** Tradução de Renato Aguiar. 8a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CALDAS, Iraildes Gonzaga. **Cidadania e política de gênero: ação reivindicativa das mulheres operárias em Manaus.** In: SANTOS, Eunice Ferreira do, et al. A mulher e a modernidade na Amazônia. Belém, UFPA, 1997.

CASTORIADIS, Cornelius. A Instituição imaginária da Sociedade. Tradução de Guy Reynaud; revisão técnica de Luiz Roberto Salinas Fortes. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1982.

CAVENAGHI, Suzana e ALVES, José Eustáquio Diniz. **Mulheres chefes de família no Brasil: avanços e desafios.** -- Rio de Janeiro : ENS-CPES, 2018. Estudos sobre Seguro nº 32.

CIP, Centro Internacional de Pobreza. **O que Entendemos por “Feminização da Pobreza”?** Outubro, 2008 Número 58. Disponível em: <https://ipcig.org/pub/port/IPCOnePager58.pdf>. Acesso em: 12 de junho de 2019.

CNI, Confederação Nacional da Indústria. **Relações trabalhistas no contexto da indústria 4.0.** Brasília: CNI, 2017. Disponível em: [https://conexaotrabalho.portaldaindustria.com.br/media/publication/files/Relacoes\\_trabalhistas\\_web.pdf](https://conexaotrabalho.portaldaindustria.com.br/media/publication/files/Relacoes_trabalhistas_web.pdf). Acesso em: 12 de fevereiro de 2021.

COSTA, Heloísa Lara Campos da. **As mulheres e o poder na Amazônia,** - Manaus: EDUA, 2005.

COSTA, Maricelly. **Violência e capitalismo.** Maceió: Coletivo veredas, 2018.

COSTA, Joana Simões. PINHEIRO, Luana. MEDEIROS, Marcelo. QUEIROZ, Cristina. (Orgs). **A Face Feminina da Pobreza: Sobre-representação e Feminização da Pobreza no Brasil.** Brasília, novembro de 2005. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1649/1/TD\\_1137.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1649/1/TD_1137.pdf). Acesso em: 06 de junho de 2019.

COUTINHO, Grijalbo Fernandes. Terceirização: **Máquina de moer gente trabalhadora.** — São Paulo : LTr, 2015.

CSEM, Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios. **Resenha Migrações na Atualidade: Dignidade humana e mulheres migrantes.** Ano 26, nº 101, Dezembro 2015. Disponível em: [https://www.csem.org.br/wp-content/uploads/2018/09/Resenha\\_n\\_101\\_-\\_Dezembro\\_2015.pdf](https://www.csem.org.br/wp-content/uploads/2018/09/Resenha_n_101_-_Dezembro_2015.pdf). Acesso em: 16 de maio de 2020.

CUT, Central Única dos Trabalhadores. **Dossiê acerca do impacto da terceirização sobre os trabalhadores e propostas para garantir a igualdade de direitos.** 2014.

CRUZ, Sandra Helena Ribeiro. **Grandes projetos urbanos, segregação social e condições da moradia em Belém e Manaus.** (Tese de Doutorado), Programa de Pós-

Graduação em Desenvolvimento Sustentável. Universidade Federal do Pará. Belém, 2012.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **PEC 06/2019: as mulheres, outra vez, na mira da reforma da Previdência.** Nota Técnica, número 202, Março 2019.

D'ATRI, Andrea. **Pão e Rosas: identidade de gênero e antagonismo de classe no capitalismo.** (Tradução Marina Fuser, Mirian Rocco), São Paulo, 1 ed. Edições Iskra, 2008.

DRUCK, Graça. **Trabalho, Precarização e Resistências: novos e velhos desafios?** 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccrh/v24nspe1/a04v24nspe1.pdf>. Acesso em: 25 de agosto de 2020.

\_\_\_\_\_. **Indissociabilidade entre precarização social do trabalho e terceirização.** In: TEIXEIRA, Marilane Oliveira; RODRIGUES, Hélio; COELHO, Elaine d'Ávila (orgs.). **Precarização e terceirização: faces da mesma realidade.** São Paulo: Sindicato dos Químicos-SP, 2016

\_\_\_\_\_. **A Terceirização sem limites: mais precarização e riscos de morte aos trabalhadores.** In: SILVA, Alessandro et al. **Saúde e Segurança do Trabalho no Brasil.** 2017.

ENGELS, Friedrich. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem.** 1876. Disponível em: [http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/F\\_ANGELS.pdf](http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/F_ANGELS.pdf). Acesso em: 04 nov. 19.

FALQUET, Jules. **Transformações Neoliberais do Trabalho das Mulheres: Liberação ou novas formas de apropriação.** In: ABREU, Alice Rangel de Paiva e HIRATA, Helena et al (orgs). **Gênero e Trabalho no Brasil e na França: perspectivas internacionais;** tradução de Carol de Paula. 1.ed.- São Paulo: Boitempo, 2016.

FELDMAN BIANCO, Bela. **Apresentação: deslocamentos, desigualdades e violência do Estado.** Ciência e Cultura On-line version ISSN 2317-6660. vol.67 no.2 São Paulo Apr./June 2015. Disponível em: [http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252015000200009](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252015000200009). Acesso em: 25 de março de 2019

FONSECA, Tania Mara Galli. **Gênero, Subjetividade e Trabalho.** Petropolis, RJ: Vozes, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. -6ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo; Paz e Terra, 2017.

FREUD, Sigmund. **Um estudo autobiográfico, inibições, sintomas, ansiedade, análise leiga e outros trabalhos.** vol. XX, Imago, (1925-1926).

FRIEDAN, BETTY. **Mística Feminina.** Tradução de Áurea B. Weissenberg. Editora Vozes Limitada. 1971.

FROTA, Wagner. **Pachamama: caminhos xamânicos.** São Paulo: Criação e Obras Derivadas, 2014.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. Gustavo Venturi, Marisol Recamán e Suely de Oliveira, (orgs). – 1. ed. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

\_\_\_\_\_. **As mulheres carregam nos ombros o peso do mundo** disponível em: <https://fpabramo.org.br/2019/03/15/as-mulheres-carregam-nos-ombros-o-peso-do-mundo/>. Acesso em 04 de maio de 2019.

FURTADO, Odair. **Trabalho e solidariedade**. – São Paulo: Cortez, 2011.

GAMBINI, Roberto. *Indian Mirror. The Making of the Brazilian Soul*. São Paulo: Axis Mundi/Terceiro Nome, 2000. DIAS, Lucy GAMBINI, Roberto. **Outros 500. Uma conversa sobre a alma brasileira**. São Paulo: Senac, 1999.

GUATARRI, Félix. KOLAVIK, Suely, 2000. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 6 ed. Petrópolis: Vozes.

GOFFMAN, Erving. *Estigma Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Tradução: Mathias Lambert. 2013.

HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC RJ: Apicuri, 2016.

HIRATA , Helena; KERGOAT, Daniéle. **Mercado de Trabalho e Gênero: comparações internacionais**. IN: Albertina de Oliveira Costa, Bila Sorj, Cristina Bruschini e Helena Hirata(orgs). \_ Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

\_\_\_\_\_. **Nova divisão sexual do trabalho**. Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. Tradução Wanda Caldeira Brant, Boitempo, 2002.

\_\_\_\_\_. **O que mudou e o que permanece no panorama da desigualdade entre homens e mulheres? Divisão sexual do trabalho e relações de gênero numa perspectiva comparativa**. Orgs. LEONE, Eugenia Trancoso et al. *Mundo do Trabalho das Mulheres: ampliar direitos e promover a igualdade*. São Paulo, Unicamp, 2017.

\_\_\_\_\_. *A Precarização e a Divisão Internacional e Sexual do trabalho*. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, n. 21, p. 24-41. Jan./jun. 2009.

HIRATA , Helena; KERGOAT, Daniéle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez, 2007.

IBGE - **Censo 2010: Indicadores de Bairros - Região Norte**.

\_\_\_\_\_. **Conheça o Brasil – População rural e urbana**. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-brasil/populacao/18313populacao-rural-e-urbana.html>>. Acesso em 21 de março de 2019.

\_\_\_\_\_. **População estimada 2020**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/manaus/panorama>. Acesso em: 03 de junho de 2020.

\_\_\_\_\_. **Censo 2010: Indicadores de Bairros - Região Norte**.

\_\_\_\_\_. **Famílias e Domicílios – Resultados da Amostra**. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/97/cd\\_2010\\_familias\\_domicilios\\_amostra.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/97/cd_2010_familias_domicilios_amostra.pdf). Acesso em 21 de março de 2021.

\_\_\_\_\_. **Estatísticas de gênero: responsabilidade por afazeres afeta inserção das mulheres no mercado de trabalho.** Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-deimprensa/2013agencia-de-noticias/releases/20232-estatisticas-de-genero-responsabilidade-por-afazeres-afeta-insercao-das-mulheres-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 06 de junho de 2019.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Nota Técnica Nº 24 -**Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014.** Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota\\_tecnica/160309\\_nt\\_24\\_mulher\\_trabalho\\_marco\\_2016.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160309_nt_24_mulher_trabalho_marco_2016.pdf). Acesso em: 31 de maio de 2019.

\_\_\_\_\_. **Terceirização do trabalho no Brasil: novas e distintas perspectivas para o debate.** André Gambier Campos (Org.) – Brasília, 2018.

\_\_\_\_\_. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – 1995 a 2015 – 2017.** Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306\\_retrato\\_das\\_desigualdades\\_de\\_genero\\_raca.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_genero_raca.pdf). Acesso em: 21 de março de 2021.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada.** São Paulo. Ática, 2005.

KLIKSBERG, Bernardo. **Como enfrentar a pobreza e a desigualdade: uma perspectiva internacional.** São Paulo. Fundação Perseu Abramo, 2014.

LEONE, Eugenia Troncoso. **Renda familiar e trabalho da mulher na região metropolitana de São Paulo nos anos de 80 e 90.** In: Rocha, Maria Isabel Baltar da. (org). Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios. São Paulo. 2000.

LESSA, Sérgio. **Para compreender a ontologia de Lukács.** 4 ed. Maceió, Coletivo Veredas. 2016.

LÉVI-STRAUSS, Claude .. **Mito e Significado.** Tradução de Antônio Marques Bessa. São Paulo: Sabotagem, 1978.

LUXEMBURGO, Rosa. **Rosa Luxemburgo e o protagonismo das lutas de massa.** São Paulo: Expressão Popular, 1 ed, 2018.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do Trabalho.** 25ª edição. São Paulo: Atlas S.A, 2009.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre a pobreza e classes sociais.** 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política.** São Paulo: Civilização Brasileira, 18ª Ed. 2001.

MARX, Karl. **O Capital (v.1).** São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista;** ENGELS, Frederich. 1998.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. Tradução de Milton Camargo Mota-Petrópolis, RJ: Vozes. 2019.- (Coleção vozes de bolso).

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos de 1844**. Torino: Einaudi, 1968.

MARUANI, Margaret e MERON Monique. **Como contar o trabalho das Mulheres? França, 1901-2011**. In: Gênero e Trabalho no Brasil e na França, perspectivas interseccionais. Alice R. de Paiva Abreu e Helena Hirata et al (orgs). ed. Boitempo, 2016.

MELO, Luciene Ferreira de; PINTO, Renan Freitas. **O migrante rural e reconstrução da identidade e do imaginário na cidade**. In: OLIVEIRA, José Ademir de, et al. Cidade de Manaus: visões interdisciplinares. Manaus, EDUA, 2003.

MERLEAU-PONTY, Maurice. (2006). **Fenomenologia da percepção** (C. A. R. Moura, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1945)

MERCURE, Daniel; SPURK, Jan. **O trabalho na história do pensamento ocidental**. Introdução. Tradução de REUILLARD, Patrícia Chittoni Ramos; TABORDA, Sônia Guimarães. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

MONTALI, Lilia. **Mudanças na família, no mercado de trabalho e nos arranjos familiares**. In: LEONE, Eugenia Troncoso, et al. Mundo do Trabalho das Mulheres: ampliar direitos e promover a igualdade. Unicamp. São Paulo, 2017.

MORIN, Edgar. **Os sete necessários à Educação do Futuro**. Tradução de Catarina Eleonora. F. da Silva e Jeane Sawaya. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MORIN, Edgar. **O método 5: a humanidade da humanidade**. Tradução Juremir Machado da Silva. 4. ed. Porto Alegre: Sulina. 2007

NEVES, Magda de Almeida. **Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero**. In: Rocha, Maria Isabel Baltar da. (org). Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios. São Paulo. 2000.

NIETZSCHE, F. **Para além do bem e do mal**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **O trabalho duplicado: a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras de telemarketing**- 2ª ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. **Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para as mulheres**. Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Minas Gerais, ABEP, 2014.

OBSERVATÓRIO DAS DESIGUALDADE: Pobreza, substantivo feminino. Boletim N° 8 Abril de 2020. Fundação João Pinheiro e CORECON/MG. Disponível em: <http://observatoriodesigualdades.fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/04/Boletim-8.pdf>. Acesso em 05 de janeiro de 2021.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Guia para a formulação de políticas nacionais de emprego**. Departamento de Políticas de Emprego. - Genebra, 2013. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_emp/---emp\\_policy/documents/publication/wcms\\_214960.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---emp_policy/documents/publication/wcms_214960.pdf). Acesso em: 20 de agosto de

2019.

OLIVEIRA, Márcia Maria de, **Dinâmicas Migratórias na Amazônia Contemporânea**. São Carlos: Editora Scieza, 2016.

OLIVEIRA, José Aldemir de; SOUZA, Nilciana Dinely. O espaço urbano e a produção de moradia em áreas inundáveis na cidade de Manaus: o igarapé do Quarenta. In: OLIVEIRA, José Aldemir de (org.). **Cidade de Manaus: visões interdisciplinares**. Manaus: Edua, 2003.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Ambientes de trabalho saudáveis: um modelo para ação: para empregadores, trabalhadores, formuladores de política e profissionais**. Tradução do Serviço Social da Indústria. – Brasília: SESI/DN, 2010.

\_\_\_\_\_. **Depressão é tema de campanha da OMS para o Dia Mundial da Saúde de 2017**. Disponível em: [https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5321:depressao-e-tema-de-campanha-da-oms-para-o-dia-mundial-da-saude-de-2017&Itemid=839](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5321:depressao-e-tema-de-campanha-da-oms-para-o-dia-mundial-da-saude-de-2017&Itemid=839) Acesso em 18 de março de 2021.

ONU MULHERES. **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher**. Beijing: ONU Mulheres, 1995. Disponível em: <<https://goo.gl/jn8hrA>>. Acesso em: 4 de dez de 2020.

PAMPINI, Júlio César Martins; PINTO, Mário Luiz Silva. **Estresse e Trabalho**. Universidade Federal de Santa Catarina Associação Catarinense de Medicina. XVI Curso de Especialização em Medicina do Trabalho. Trabalho de Conclusão de Curso TCC, 2000.

PASSOS, Rachel Gouveia. **Trabalho, gênero e saúde mental: contribuições para a profissionalização do cuidado feminino**. São Paulo: Cortez, 2018.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Paz e Terra. 2017.

PELATIERI, Patrícia. **As Desigualdades entre Trabalhadores Terceirizados e diretamente Contratados: Análise a partir dos resultados de negociações coletivas de categorias selecionadas**. IPEA, Brasília, 2018.

POCHMANN, Marcio. **Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil: avanços recentes no emprego e na distribuição dos rendimentos**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

POCHMANN, Marcio. **Desigualdade econômica no Brasil**, São Paulo -SP, Ideias & Letras, 2015.

POCHMANN, Marcio. **Terceirização Desregulada e Seus Efeitos no mercado de Trabalho**. Rev. TST, Brasília, vol. 80, no 3, jul/set, 2014, p. 215 a 227. Disponível em: [https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/71230/012\\_pochmann.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/71230/012_pochmann.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em : 06 de junho de 2019.

PISCITELLI, Adriana. **Carinho, limpeza e cuidado- Experiências de migrantes brasileiras.**In: ABREU, Alice Rangel de Paiva e HIRATA, Helena et al. Gênero e trabalho no Brasil e na França-Perspectivas internacionais (orgs). Tradução: Carol de Paula. 1 ed-São Paulo: Boitempo,2016.

RAMOS, Jucelem Guimarães Belchior. **A representação social da mulher no contexto da relação conjugal violenta na cidade de Manaus.** Recife: Bagaço, 2003.

REIS FILHO, Milton Melo dos; TORRES, Iraildes Caldas. **Corpo de Trabalho: a vida da mulher indígena entre a casa e a roça no Amazonas.** In: TORRES, Iraildes Caldas. Entrelaçamentos de Gênero na Amazônia: silenciamentos, família, corpo e outras intersecções. Manaus: Valer, 2015.

RODRIGUES, Francilene dos Santos; VASCONCELOS, Iana Santos. **Migração, Gênero e Empoderamento das Migrantes na Pan-Amazônia.** Textos&Debates, Boa Vista, n.18, p. 251-268 , jan./jun. 2010.

RODRIGUES, Vivian Machado. **Tecnologias 4.0 nos bancos e os impactos no emprego bancário.** Revista Ciências do Trabalho - Nº 9 . Dezembro de 2017. Disponível em: <https://rct.dieese.org.br/index.php/rct/article/view/153>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2021.

RODRIGUES, Lavinia de Jesus. **Dossiê Imigração das Mulheres Latinas para o Brasil e o Mercado de Trabalho.** Universidade Federal da Bahia. ISSN 2525-6904.

ROLNIK, Suely. **Toxicômanos da identidade: Subjetividade em tempo de globalização.** In Lins, D. (Org.), Cultura e subjetividade: Saberes nômades, 1997. Campinas, SP: Papyrus.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero Patriarcado Violência.** 2. ed. São Paulo. Fundação Perseu Abramo. 2015.

SALAMITO, Jean-Marie. **Trabalho e Trabalhadores na hora de Santo Agostinho.** In: MERCURE, Daniel; SPURK, Jan. O trabalho na história do pensamento ocidental. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos Reuillard; Sônia Guimarães Taborda. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

SANTIAGO, Célia Maria. **Clandestinidade e Mobilização nas Linhas de Montagem: a Construção da Greve dos Metalúrgicos de 1985, em Manaus.** Programa de Pós Graduação em História. (Tese de Doutorado em História). Manaus, 2010.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** -3ª ed.- Rio de Janeiro: Record, 2000.

\_\_\_\_\_. Por uma Geografia Nova. Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: Edusp. 6ª edição, 2004.

SANTOS, Reivan. **Violência, controle e trabalho: relação inexorável ao desenvolvimento da produção da riqueza nas sociedades de classe.** In: O social em Perspectiva: Políticas, Trabalho, Serviço Social. Edufal, Maceió, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação: significado, controvérsias e perspectivas.** Campinas: São Paulo. 2014.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. SOS Corpo. Recife, 1990.

SCHULTHEISZ, Thais Sisti De Vincenzo; APRILE, Maria Rita. **Autoestima, conceitos correlatos e avaliação**. Revista Equilíbrio Corporal e Saúde, 2013;5(1):36-48.

SEMPLANCTI/ Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação. **Densidade demográfica e população estimada para os bairros de Manaus-AM (2015)**. Disponível em: [http://www.seplancti.am.gov.br/wpcontent/uploads/2017/09/POPULAcAO\\_MAO\\_25FEV.pdf](http://www.seplancti.am.gov.br/wpcontent/uploads/2017/09/POPULAcAO_MAO_25FEV.pdf). Acesso em: 08 de junho de 2019.

SOUZA, Elaine Silva. **A “Maquiagem” do trabalho formal: Um estudo do trabalho das mulheres terceirizadas no setor de limpeza na Universidade Federal da Bahia**. 2012. Disponível em: [dhttps://portais.ufg.br/up/245/o/ELAINE.pdf](https://portais.ufg.br/up/245/o/ELAINE.pdf). Acesso em: 04 de julho de 2018.

SOUZA, S. D. **Violência de gênero e religião: alguns questionamentos que podem orientar a discussão sobre a elaboração de políticas públicas**. Mandrágora, v. 13, n. 13, 2007, pp. 15-21.

SOUZA, Reivan. **Violência, controle e trabalho: relação inexorável ao desenvolvimento da produção da riqueza nas sociedades de classe?** In: O Serviço em Perspectiva: Políticas, Trabalho, Serviço Social. Edufal, Maceió, 2013.

SPURK, Jan. **A noção de trabalho em Karl Marx**. In: MERCURE, Daniel; SPURK, Jan. O trabalho na história do pensamento ocidental. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos Reuillard; Sônia Guimarães Taborda. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

STF, **STF autoriza terceirização irrestrita e sela destino de milhares de processos trabalhistas**. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/31/politica/1535667568\\_741528.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/31/politica/1535667568_741528.html). Acesso em: 04 de junho de 2109.

TEIXEIRA, Marilane Oliveira. **O que gera e perpetua a segregação a discriminação e as desigualdades salariais**. In: LEONE, Eugenia Troncoso; KREIN, José Darin; TEIXEIRA, Marilane Oliveira. Mundo trabalho das mulheres: ampliar direitos e promover a igualdade. São Paulo. 2017.

TORRES, Iraildes Caldas. **As Novas Amazônidas**. Manaus: EDUA, 2005.

\_\_\_\_\_. **Poder e liberdade em Stuart Mill: a inclusão das mulheres nesse debate**. Revista Pensamento e Realidade. Abril de 2002, Ano V, nº 10. ISSN 1415-5109.

\_\_\_\_\_. **Repensar os sentidos do trabalho e rever a cidadania na agenda geocultural do século XXI**. Revista Lumen, vol. 8, nº.17, Jan/Abril de 2002, São Paulo: IESP/UniFAI, 2002.

TRANCOSO, Deise e MEIRY, Mara et al. **O trabalho das mulheres no setor de serviço**. In. Reflexões coletivas de sindicalistas. Eugênia Trancoso Lione; José Dari Krein e

Marilane Teixeira ( orgs.) São Paulo: Secretaria de políticas do trabalho e autonomia das mulheres/Campinas, SP: Unicamp. IE, Cesit, jun. 2017.

TORRES, Iraildes Caldas; OLIVEIRA, Márcia Maria de, **Tráfico de Mulheres na Amazônia**. Florianópolis, 2012.

VIEIRA, Ivânia Maria Carneiro. **Lugar de Mulher: a participação da indígena nos movimentos feministas e indígenas do estado do Amazonas**. 2017. 2021f. Tese de Doutorado. (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus. 2017.

ZIZEK, Slavoj. **Violência: seis reflexões laterais**. Tradução Miguel Serras Pereira. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

WEBER, Max. **Os tipo de Dominação**. In: Economia e Sociedade. Cap. III, p.139-188. Brasília: UNB, 1999.

## ANEXO A

**Figura 1-** Protesto na Avenida Autaz Mirim – momento em que as trabalhadoras interditaram o trânsito.



Fonte: Divulgação do G1-AM.

**Figura 2-** Manifestação em frente à Câmara Municipal de Manaus



Fonte: Divulgação do jornal A Crítica.com- AM.

**Figura 3-** Protesto em Frente ao Ministério Público do Trabalho/AM



Fonte: Divulgação do G1- AM.

## ANEXO B

## Formulário de Entrevista Semiestruturada

## Mulheres que estão no trabalho terceirizado na E. M. Presidente João Goulart.

**Título da Pesquisa:** Estigma e humilhação de mulheres terceirizadas na escola municipal de Manaus: um estudo sobre a violência simbólica no trabalho

**Sujeitos da pesquisa:** Mulheres servidoras terceirizadas

## BLOCO I - IDENTIFICAÇÃO

1 - Qual é a sua idade?

( ) 18 a 21

( ) 22 a 25

( ) 25 a 30

( ) 30 a 40

( ) 40 a 50

( ) acima de 51

2 - Em que bairro você reside?

---

3 - Naturalidade?

---

4- Tem filhos? SIM ( ) NÃO ( ) Quantos? \_\_\_\_\_

5 - Grau de escolaridade

a- Nunca frequentou a escola ( )

b- Ensino Fundamenta Incompleto ( )

c- Ensino Fundamental Completo ( )

d- Ensino Médio Incompleto ( )

e- Ensino Médio Completo ( )

f- Ensino Superior Incompleto ( )

g- Ensino Superior Completo ( )

h- Outro: \_\_\_\_\_.

5 - Estado civil?

a- Casada ( )

b- Divorciada ( )

c- Solteira ( )

d- Viúva ( )

e- União estável ( )

f- Outros ( )

6 – Com quem você reside?

a- Sozinha ( )

b- Pais ( )

c- Companheiro / marido ( )

d- filhos ( )

6- Moradia

a) Casa própria ( )

c) parentes ( )

b) Alugada ( )

d) outros ( ) qual

---

7- Atividades domésticas

a) Quem faz as atividades do lar? Lavar roupas, louças, preparo das refeições, limpeza da casa, etc.

- ( ) Mãe                      - ( ) Avó                      - ( ) Empregada                      - ( ) Nora  
 b) Você tem ajuda de outro morador da casa? Sim ( ) não ( ) em quais atividades?

## BLOCO II - SOBRE O TRABALHO

1- Como você se desloca para o seu trabalho?

- a- de ônibus ( )                      c) transporte próprio ( )  
 b- a pé ( )                      d) outros ( ) quais?

2- Como foi o processo de admissão na empresa?

Através de indicação ( )

Anúncio em algum meio de comunicação, tipo classificados? ( )

3- Quando você começou a trabalhar para as empresas terceirizadas?

\_\_\_\_\_

a) Recebeu algum treinamento? ( ) Sim ( ) Não

4- Você é lotada só nesta Escola, ( ) Sim ( ) Não

Presta serviço em outra unidade? ( ) Sim ( ) Não

5- Quais os benefícios que a empresa oferece?

Auxílio-creche ( ) Sim ( ) Não	Planos de saúde ( ) Sim ( ) Não
Cesta básica ( ) Sim ( ) Não	Programas de Incentivo ( ) Sim ( ) Não
Cursos de capacitação e treinamento ( ) Sim ( )	Transporte da empresa ( ) Sim ( ) Não
Espaço para descanso, jogos ( ) Sim ( ) Não	Vale-alimentação ( ) Sim ( ) Não
Férias ( ) Sim ( ) Não	Vale-refeição ( ) Sim ( ) Não
Hora extras ( ) Sim ( ) Não	Vale-transporte ( ) Sim ( ) Não.
Plano odontológico ( ) Sim ( ) Não	

6- A carteira de trabalho é assinada? ( ) Sim ( ) Não

7- Qual a duração do contrato que a empresa fez com você ?

90 dias ( ) Sim ( ) Não    120 dias ( ) Sim ( ) Não    150 dias ( ) Sim ( ) Não

6 meses ( ) Sim ( ) Não    12 meses ( ) Sim ( ) Não    Indeterminado ( ) Sim ( ) Não

Tem renovação de contrato?

( ) Sim ( ) Não

8- Qual sua remuneração ? E qual sua carga horária de trabalho?

\_\_\_\_\_

9- Quem da empresa acompanha o trabalho de vocês na escola? E como se dá esse acompanhamento?

Gerente ( ) Sim ( ) Não    Diretor da Escola ( ) Sim ( ) Não    Supervisor ( ) Sim ( ) Não

Fiscal da escola ( ) Sim ( ) Não    Anônimo ( ) Sim ( ) Não

10- Há atrasos no pagamento de salários? Sim ( ) não ( ) por quanto tempo? ( )

11- A empresa tem cumprido com os direitos trabalhistas? Sim ( ) Não ( )  
12- Já ouviu mudanças de empresa? Sim ( ) Não ( )  
Você foi indicada para outra empresa que assumiu contrato com a prefeitura? Sim ( )  
Não ( )  
Quem  
indica? \_\_\_\_\_

13- Há diferença de tratamento por parte da administração da escola em relação às trabalhadoras efetivas e terceirizadas? Sim ( ) Não ( )

14- Em 2017 tiveram algumas reportagens sobre a manifestação que servidores/as terceirizados/as fizeram em frente ao Ministério Público e na Câmara Municipal, alegando atrasos de salários e o não cumprimento de outros direitos trabalhistas? Você já estava trabalhando como terceirizada? Houve esses atrasos? Sim ( ) Não ( )

15- Como vocês se organizaram?  
Associações Sim ( ) Não ( ) Fundações Sim ( ) Não ( ) Sindicato Sim ( ) Não ( )

A categoria tem sindicato? Sim ( ) Não ( )

16- Durante as manifestações teve alguma forma de violência, proferida contra a categoria?  
Sim ( ) Não ( )

17- Sofreram alguma ameaça por parte dos patrões ou da gestão da escola?  
Sim ( ) Não ( )

18- O ministério público do trabalho atendeu as reivindicações da categoria? Sim ( )  
Não ( ) quais as providencias tomadas?

---

---

---

---

---

19- Houve interferência da SEMED? Sim ( ) Não ( ) Como?

---

---

---

---

20- Você tem conhecimento se essas empresas tem ligação com algum político? Sim ( )  
Não ( )

21- Você já sofreu algum acidente no trabalho? Sim ( ) Não ( )

22- Você já ouviu falar em violência simbólica? Sim ( ) Não ( )

23- Você tem alguma ajuda financeira ou outros tipos de ajuda nos casos de atrasos do salário? Sim ( ) Não ( )

24- Você pode relatar como se sente, quais os impactos na sua vida, sua família quando o seu salário atrasa e outros direitos não são cumpridos?

---

---

---

---

---

---

---

---

25- Por qual motivo você permaneceu na empresa ou mudou para outra, sendo a mesma modalidade de emprego, ou seja, terceirizada?

---

---

---

---

26- Há mais demissão por parte da empresa ou são as funcionárias que pedem demissão? Quais os motivos?

---

---

---

### BLOCO III – Entrevista com a funcionária da administração da Escola.

1 – A senhora lembra a quanto tempo na gestão da escola ?

---

---

2- A senhora lembra quando começou a inserção do trabalho terceirizado, para o serviço de limpeza e merendeira na escola?

---

---

---

3- Antes como era a forma de contratação?

---

---

4- Quantas funcionárias efetivas e quantas terceirizadas a escola dispõe?

---

---

5- Efetivos e terceirizadas trabalham a mês quantidade de horas? Como estão divididas, considerando que a escola funciona em três turnos?

---

---

---

6- Quem na gestão da escola tem coordenação sobre as atividades das terceirizadas?

---

---

7- Tem muita rotatividade das empresas?

---

---

---

8- A gestão da escola tem influência na contratação das funcionárias?

---

---

9- Quais as providencias por parte da gestão escolar em relação aos atrasos de salários?

---

---

---

10- Em situações de atrasos se salários, as funcionárias continuam trabalhando normalmente? Sim ( ) Não ( )

11- Os gestores são chamados pela Semed para acompanhar o processo de licitação para contratar as empresas?

Sim ( ) Não ( )

---

12- Qual sua opinião sobre o trabalho terceirizado?

---

---

---

---

---

13- Alguma servidora já expressou para a senhora como se sente quando seus direitos trabalhistas não são cumpridos?

Sim ( ) Não ( )

14- Há conflitos entre as funcionárias com a gestão ou com outros servidores da escola?

Sim ( ) Não ( )

BLOCO IV – Entrevista com o representante do Ministério Público do Trabalho.

1- O Ministério Público do Trabalho através de um representante tem acompanhado o processo de licitação da Semed para contratar as empresas terceirizadas?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

2- Este órgão tem recebido muitas denúncias por parte das servidoras terceirizadas da Semed, por não cumprimento das empresas dos direitos trabalhistas das contratadas?

---

---

---

---

---

---

---

---

3- O MPT tem punido as empresas que não cumprem com as obrigações trabalhistas?

---

---

---

---

---

---

---

---

4- Em 2107 as servidoras fizeram alguns protestos reivindicando salários atrasados, férias, décimo terceiro, dentre outras. Quais foram as providencias tomadas pelo MPT?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

5- Isso tem acontecido em outras instituições?

---

---

---

---

---

---

---

---

6- SEMED, que é o órgão responsável direto pelas empresas terceirizadas são fiscalizadas? Diante da constatação de irregularidades, são punidas?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

7- A Lei da Terceirização aprovada em 2017 que amplia o serviço terceirização para atividades fins, recebeu várias críticas por diversos setores da sociedade. Qual sua opinião sobre esta Lei?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

#### BLOCO V – Entrevista com a representante do Movimento Feminista

1- Há quanto tempo você está atuando neste Movimento?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

2- Quais as principais dificuldades encontradas pelas mulheres em relação as garantias de direitos trabalhistas?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

3- Na sua opinião porque ainda persiste as desigualdades de gênero no mercado de trabalho?

---

---

---

---

---

---

---

4- Que fatores ainda fluência para que as mulheres ainda predominem trabalhos, que ainda são considerados extensão do lar?

---

---

---

---

---

---

---

---

5- No Movimento vocês acompanham muitos casos de violências, preconceitos, humilhações, assédios sofrido pelas mulheres no trabalho? Em que setores é mais frequente?

---

---

---

---

---

---

6- Qual sua opinião sobre o trabalho terceirizado?

---

---

---

---

---

---

---

---

7- O Movimento tem acompanhado o dilema das mulheres que prestam serviço nas escolas municipais de Manaus? As questões dos calotes, atrasos de salários dentre outros?

---

---

---

---

---

---

---

---

8- Você acha que as mulheres que migram de outros lugares pra a capital estão mais vulneráveis a terem sua mão de obra explorada?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

9- Você ver o não cumprimento de direitos como Violência Simbólica? De que forma o Movimento pode ajudar a dar visibilidade a essa forma de violência ?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

10 - Considerando o contexto de terceirização e flexibilização da força de trabalho, que ações os Movimentos de Mulheres podem promover no intuito de contribuir para a diminuição da participação em massa de mulheres em trabalhos precários e também ações de enfrentamento as violências sofrida por elas, que ainda permeiam nos diversos postos de trabalho?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

Obrigada!